



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

82ª Reunião do Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

Brasília/DF.
09 de Março de 2018.

(Transcrição *ipsis verbis*)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Bom, gente,
2 bom dia. Bom dia a todos. Eu vou fazer uma rodada de auto apresentação.
3 Desculpe, mas ontem como o resultado da Reunião do Conselho e ficar
4 embaixo do ar-condicionado me acabou com a garganta. Então, às vezes, está
5 com a voz meio complicada aqui. Mas, bem-vindo a todos. Eu vou fazer mais
6 essa Reunião da CTAP, 82ª Reunião da CTAP, nós estamos fazendo. Ontem
7 teve uma Reunião do Conselho Nacional em que foram discutidos diversos
8 assuntos importantes, um que é bem relevante, foi aprovada a criação do
9 Comitê do Rio Parnaíba, que é Ceará, Maranhão e Piauí. Esse é o 11º Comitê
10 em Rios de Bacias de Rios Federais, que foi criado, quer dizer, esse ainda está
11 bem encaminhado, porque só é criado mesmo depois que o Presidente assinar
12 o Decreto, né? Mas, pelo menos para o Conselho já passou, né. Desses 10,
13 desses 11 Comitês que nós temos tem um que foi criado logo no início aqui do
14 Conselho e que teve um voto contra, que foi o meu, e esse Comitê nunca
15 funcionou, que é o Pomba Muriaé. Então, isso é uma outra coisa que a gente
16 tem que verificar, talvez enfim nunca funcionou, nunca teve reunião, nunca teve
17 nada. Então, mas, enfim, são 11, na verdade, hoje 9 funcionando e esse aí
18 seria o próximo Comitê a funcionar. É uma área importante, cheia de conflitos
19 pelo uso da água, conflitos por razão de falta de água, seca. Então, é
20 importante isso. Bom, teve mais alguns outros assuntos, que alguns não foram
21 resolvidos, teve um pedido de vistas e foi encaminhado, vai ser encaminhado
22 para o próximo..., o pedido de vistas foi a atualização dos preços da cobrança
23 do Comitê de São Francisco. O pessoal representante dos irrigantes pediu
24 vistas e foi dado o prazo de 30 dias para apresentar o relatório, né, e depois
25 disso a gente vai entrar numa reunião, não sei se vai ser uma Reunião
26 Extraordinária, ou vai ser a própria Reunião Ordinária. A Reunião Ordinária,
27 nós estamos prevendo, do Conselho, estamos prevendo para 28, é isso? 27 e
28 28 de junho, que é a Reunião Ordinária do Conselho, está sendo prevista e
29 salvo mudanças aí, mas é que a gente já está se organizando para isso. Eu
30 não sei se... O primeiro item é mais um esquentamento aqui, não sei se alguns
31 de vocês querem fazer... Vamos começar primeiro nos auto apresentando, aí
32 se a pessoa, quem tiver algum aviso, ou alguma coisa, na hora que se
33 apresenta já aproveita e já fala, né? Começar pelo Rui. Por favor, se apresenta
34 e se quiser falar alguma coisa, algum aviso, alguma coisa que queira; se não,
35 não é obrigado, quer dizer, é só... Sim, desculpa, Rui, por favor, fala no
36 microfone. Bom, eu já te identifiquei, mas no decorrer da reunião quando a
37 gente for falar, por favor, se identifica, que está sendo gravado. Acho que não
38 ligou.

39
40
41 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP)** – Sou Rui Brasil Assis, eu sou
42 Coordenador de Recursos Hídricos em São Paulo e estou aqui a convite da
43 Câmara Técnica do Júlio aí para falar uma pouco com vocês aí do assunto lá
44 que nos perturbou, e ainda não esquecemos da crise hídrica do Sudeste. Sou
45 Conselheiro também do CNRH, nessa gestão suplente do Rio de Janeiro, né,
46 São Paulo divide com o Rio a cadeira lá no Conselho e sou Secretário-
47 Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo.

A SR^a. MÔNICA MILFONT (CAESB) – Meu nome é Mônica Milfont, atualmente eu presido a Comissão de Inspeção de Segurança de Barragens da Caesb, e estou representando a Eloneide, que é minha supervisora e que não pode estar aqui.

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – Fernando Meirelles, sou diretor do Departamento de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul.

O SR. GUSTAVO CERQUEIRA ATAIDE (MME) – Meu nome é Gustavo Cerqueira, eu sou do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, eu estou substituindo o colega Cassio Carvalho, que recentemente assumiu a Diretoria do Departamento, e pelos compromissos não vai mais poder participar da Câmara. Então, eu estou no lugar dele, as suas ordens aí.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Ok. O nosso colega que está tomando conta aqui do sistema, disse que depois que a gente falar, a gente desliga, inclusive o meu está ligado, porque senão dar algum *tilt* aí que não sei o qual é.

O SR. JOSÉ CARLOS PIRES (Irrigantes) – José Carlos Pires, represento os Irrigantes e sou do Rio Grande do Sul.

O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (ABRAGE) – Bom dia a todos. Me chamo Wagner Pernias Lopes, eu trabalho na AES Tiete Geração de Energia e estou representando a ABRAGE. Está ok?

O SR. LUCAS (DAEE) – Bom dia. Sou Lucas, eu estou representando aqui o Renato Crivelenti, que é o representante titular dos Comitês aqui na CTAP, que não pode vir hoje. Eu trabalho no DAEE, que é o Órgão Gestor do Estado de São Paulo.

O SR. VINICIUS TAVARES CONSTANTE (CRH/SC) – Bom dia a todos. Meu nome é Vinicius Constante, eu sou da Diretoria de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina e representando a vaga dos Conselhos Estaduais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Bom, eu sou Júlio Thadeu Kettelhut. Eu estou aqui como Coordenador-Geral da Coordenação que apoia o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o

funcionamento do Conselho e também tem outras atividades além dessa, (...) subterrânea, mas a principal atividade nossa lá na Coordenação é isso e estou há bastante tempo mexendo com essa área de recursos hídricos, é a minha cachaça.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (MMA) – Bom dia a todos. Então, bem-vindos. Eu sou Liliana, relatora desta Câmara e faço parte da Equipe da Secretaria de Recursos Hídricos aqui do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Muito bem. Então, dando prosseguimento a nossa reunião. Vamos primeiro para aprovação da Minuta da Ata que todos receberam, né, da 81^a, da reunião anterior. Então, está aberto, se alguém tem algum comentário a fazer, foi enviado algum por e-mail?

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (MMA) – Até ontem não recebi nenhuma adesão, ou nenhuma correção à ata.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Sempre lembrando que quando receber a ata, a proposta de ata da reunião anterior, quem tiver alguma coisa já pode adiantar, já pode escrever e mandar que daí fica mais fácil aqui e mais rápido, nada impede também chegando aqui de sugerir alguma coisa. Então, está aberto, se alguém tem alguma sugestão. Se identifica, por favor, sempre quando for falar, tá?

O SR. VINICIUS TAVARES CONSTANTE (CRH/SC) – É só uma questão formal aqui. O número da ata no título ali ficou da Reunião 80, da 81, né, é só isso.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Obrigado. Sou eu que tenho que desligar isso aqui. Mais algum comentário? Não? Então, consideramos aprovada a ata da reunião. Dando prosseguimento, então, para quem não pode participar das duas últimas reuniões. Tem uma demanda antiga, antiga é, antiga. A CTAP passou um tempo sem se reunir, então houve essa demanda, foi exatamente nesse período que houve essas questões de crise hídricas, enfim. E também uma demanda da gente fazer o que o Conselho poderia ajudar nessa questão da gestão integrada de recursos hídricos, e também na questão aí desses problemas de, enfim, de crise hídricas que estão se repetindo e cada vez mais. Então, a ideia nossa foi primeiro vamos fazer um nivelamento, porque esse tema é um tema meio que difuso, todo mundo acha que deve, de alguma forma que deve a gente entrar nesse tema, o Conselho participar mais, ter uma participação mais ativa nesses problemas. Mas, está meio assim, meio no ar qual seria a nossa participação,

quer dizer, como nós poderíamos participar, como nós poderíamos ajudar. Então, nesse sentido nós convidamos pessoas e entidades que estão ligadas nos últimos acontecimentos aí sobre esse tema, sobre esse assunto, nós convidamos o professor Saito, que veio na reunião e deu uma excelente..., fez uma excelente apresentação sobre o conceito de segurança hídrica, como é, foi e contou inclusive a história de como esse conceito evoluiu durante, vem evoluindo. E convidamos também a ANA, que aqui apresentou também o trabalho que vem fazendo. E agora nós temos a oportunidade da presença do Dr. Rui Brasil, como ele já se auto apresentou, o Rui é uma das pessoas que eu conheço há bastante tempo, não é Rui, desde o início, antes da Lei 9433, a gente tem contato e o Rui sempre trabalhando em São Paulo com essa questão de Gestão dos Recursos Hídricos lá em São Paulo. Então, nós sabemos da crise que aconteceu em 2014/2015 na cidade de São Paulo, quer dizer, no Estado de São Paulo, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo. Então, nós convidamos aqui o Rui para fazer uma apresentação de como isso foi tratado, apesar que nós tivemos conhecimento pela imprensa, mas nada melhor do que ter uma versão oficial aqui do que aconteceu e também essas lições apreendidas, e solicitamos a ele também, se for o caso, de sugerir o que é que a gente poderia ajudar, o Conselho poderia ajudar, claro que essa ajuda ela é basicamente de regulamentação, mas aqui na nossa Câmara, aqui na CTAP no transcorrer aqui dos anos nossos, nós temos exercido um papel moderador também entre algum conflito, ou potencial, ou que já está instalado, nós temos exercido um papel moderador, trazer aqui as pessoas, as entidades que estão, enfim, tem algum desentendimento sobre algum uso da água aí, e aqui tentar ter uma conversa, fazer uma apresentação e aí tentar chegar num ponto comum. Isso nós já tivemos sucesso no passado e mais do que nunca a gente percebe que muitas das crises que a gente tem de governança é por falta de conversa. Então, isso nós temos tido aqui essa oportunidade de propiciar aqui dentro da Câmara e nunca chegou, pelo menos eu fui Presidente dessa Câmara no passado, voltei agora, nós nunca chegamos a necessitar de levar ao Conselho uma Resolução, uma moção, ou o que seja, né, todos os problemas que aqui vieram foram resolvidos entre nós aqui e os interessados, e aparentemente é bem resolvido. Então Rui, por favor, se sinta à vontade, se você quiser falar aí do seu lugar, mas se quiser ficar em pé, fica como queira. Eu acho que tem microfone. Tem o microfone? Já está com ele? Então, está nom. Obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – A pauta está aqui, todo mundo recebeu.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu estava querendo acrescentar algo à pauta.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Dependendo do assunto pode ser, se os demais concordarem é claro.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Vossa Senhoria falou que essa Câmara, ela na verdade sempre foi..., nunca propôs uma Resolução, nunca saiu daqui, emanou aqui um documento, alguma determinação em relação a questões que assim, que às vezes acontece, que são até dirimidas e resolvidas por aqui, segundo a leitura que o senhor falou. Mas, eu devo dizer que o que nós esperamos dessa Câmara é que ela se coloque em torno de questões estratégicas, ou de projetos estratégicos que vão interferir na Gestão de Recursos Hídricos. Então, nós estamos tendo algumas sinalizações e problemas que diz respeito, a nosso ver, a missão dessa Câmara, que é a presença constante de conflitos, ou disputa pela água, ou consequências da não legislação, ou não posicionamento do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos de maneira mais incisiva, no que diz respeito a hidronavegação. A gente faz parte do Comitê lá do Paranaíba, temos amigos na bacia do Tietê, e agora nós vamos ter..., estamos tentando ter mais transparência no projeto de hidronavegação lá da bacia do Paraguai e é uma caixa, um negócio meio esquisito. Então, essa coisa precisa ser esclarecida e nós vemos essa questão de hidronavegação do Tietê, e a hidronavegação do Paraguai uma caixa de surpresa, e uma caixa preta que não abre. Eu acho que o Conselho tem uma missão estratégica a nível Nacional de conseguir pautar isso e dar uma orientação, uma diretriz a nível nacional, porque há uma grande confusão de conceitos por parte desse tipo de usuário, o hidronavegação, DNIT, ANTAC, ANA. Então, eu queria pedir a Vossa Senhoria que desse, já que a gente não tem, pelo menos eu imaginava que a gente ia discutir prioridades da Câmara, que já foi um assunto colocado na Plenária, há um tempo atrás, é que foi aprovado na Plenária um vau de assuntos que poderia..., teria que ser discutido aqui, eu não sei em que pé está essa agenda, eu queria que Vossa Senhoria informasse, porque dentre esses assuntos que já foram definidos na Plenária para essa Câmara, eu queria propor que a hidronavegação, especificamente o Tietê e o rio Paraguai, é onde está havendo já problemas, porque nós estamos em parte do GT da Hidronavegação lá da bacia do rio Grande, nós fazemos parte através do nosso trabalho na bacia do Paranaíba, e fazemos parte do Grupo de Acompanhamento do Plano, onde está detectado esse problema também lá no rio Paraguai, e a gente está notando que não tem diretrizes mais sólidas emanadas a nível nacional, e está gerando conflitos de competência entre os atores, e queremos que esse Conselho seja proativo nesse sentido.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – A ideia é que durante a reunião, aqui eu vou depois ter a oportunidade para falar sobre isso. Nós pegamos aqui as propostas da ANA, que apresentou, vamos botar assim, proposta que veio no legado, não só o que a ANA encaminhou, mas também todas as outras que nós achamos que poderiam, para a gente ver aqui se deve discutir, qual o encaminhamento que deva ser feito. Então, a sua proposta, eu acho que pode ser bem-vinda. Agora, manda, faz, envia uma cartinha e de

preferência, porque essas todas aqui têm..., para mim foi um grande produto aí desse trabalho do legado, foi que os problemas que eles identificaram, eles fizeram uma proposta de texto, vocês acharam que era Resolução, fizeram uma proposta de Resolução; vocês acharam que era moção. Então, isso a gente sabe que facilita e facilita muito a nossa discussão. Então, se tiver alguma coisa nesse sentido, você encaminha para nós e a gente aí coloca, pode colocar depois, a gente pode ver isso, porque ver isso e aqui a gente ver com tocar em frente. Tá? Agora, só para não ficar dúvida, porque às vezes as palavras ou não são entendidas, ou às vezes certas afirmações podem dar a entender que houve um mal procedimento. Quando eu mencionei que não foi necessário enviar Resolução e Moção ao Plenário do Conselho, foi porque o problema foi resolvido pelas partes e as partes aqui se sentiram satisfeitas, e não tiveram a necessidade, não tiveram mais a necessidade de solicitar, ambas as partes, não tiveram mais necessidade de solicitar ao Conselho, né? Uma delas, duas reuniões, por exemplo, o que eles queriam era que criasse um Fórum aonde pudesse reunir os interessados periodicamente e os dois concordaram e estão reunindo, e estão resolvendo, ou não, estão até hoje e não veio mais demanda, inclusive uma demanda judicial que tinha naquela época a pessoa tirou a demanda da Justiça, por conta... Então, isso foi resolvido nessa forma, aqui uma forma de conversa e de entendimento, se uma das partes não tiver se sentido contemplada, teria andamento e daí teria dado ao Conselho. Bom...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Poderia citar um outro exemplo, só para terminar esse assunto, porque o seu exemplo, ele é pouco ilustrativo e eu acho que a gente não pode...

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Mas, nós não estamos em discussão Clímaco, nós não estamos em discussão agora. O que eu falei é alguma coisa que aconteceu histórico, o que eu falei é isso. A sua proposta, o seu pedido, eu estou solicitando que isso seja encaminhado de uma forma formal. Agora, se for para discutir o que eu estou falando aqui, nós vamos passar o dia...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – O senhor citou um exemplo que não representa a realidade aqui.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Como não representa? Você não estava presente aqui.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Por exemplo, o conflito de Tocantins, da Barragem de Tocantins, que veio uma comitiva de 30 prefeitos para cá, o que a Secretaria e essa Câmara fez foi

exatamente não deixar a coisa andar e eles voltaram frustrados lá para a região com uma péssima impressão do Conselho.

[23min20seg] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Desculpe. Eu só queria entender qual é exatamente o ponto da ata em que a gente deve colocar qualquer modificação?

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não, eu pedi para ele encaminhar oficialmente a demanda.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – (...) não é verdadeira. Então, eu estou tendo que colocar a verdade, porque eu sou ator da história. Então, a história da CTAP pode ser reescrita e futuramente ela ter um papel mais consequente e responsável em relação aos grandes problemas que estão surgindo nesse país.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Então, você, por favor, faça o seu pedido depois oficialmente e a gente depois traz aqui para a Câmara para julgar. Bom, Rui, por favor.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Bem, como nós não temos... Eu esqueci o meu apontador e a gente não tem. Então, eu vou pedir licença para ficar ali. Bem, então em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite aqui da Câmara, já é um convite do ano passado e a gente não conseguiu conciliar, mas agora estamos aqui e eu estou trazendo aqui uma visão, e eu quero dizer, deixar bem claro que isso não é uma receita, isso aqui é uma, vamos dizer, um relato da experiência que nós tivemos lá, do que nós vivemos e de algumas percepções que essa crise nos deu, não é? Tem aquele velho ditado que crise é oportunidade e nós tentamos na medida do possível aprender com ela. Então, eu acho que é relevante compartilhar alguns desses aprendizados e que talvez ainda não tenhamos absorvido tudo isso que essa crise nos trouxe. Mas, de qualquer forma, é uma experiência, foi um período bastante intenso para nós, o país inteiro acompanhou, como acompanhamos as outras crises do país, o Nordeste que vem também sofrendo há mais tempo e temos muito a aprender com essa questão do recurso hídrico. Eu, como metodologia, preferi trazer aqui uma visão ampla, mas evidentemente não vou conseguir, por uma questão de tempo, entrar nos detalhes de todas as informações que constam da apresentação. Ela vai ficar à disposição da Câmara, e nós também ficamos à disposição para depois, ou se houver tempo aqui, poder aprofundar uma, ou outra questão. Nós vamos tentar colocar essas questões aqui para vocês, como é que estávamos, vamos dizer, alguns números da crise e os seus impactos, o que fizemos, enfim. Como eu disse, essas lições, elas vão ser ainda objeto, vamos dizer, de análise, né, a crise está em análise ainda e como sempre o fato cada um vê de um jeito, e depois, mesmo ele sendo um fato,

cabe mil interpretações, basta... Temos advogado aqui, não? Basta ver... (Risos!). Então, qualquer coisa tem mais de uma interpretação, certo? Bom, vamos lá. Ok. Bom, a Metrópole, nós temos a bacia do Alto Tietê, que é aquela região em vermelho, que é a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos, já a Região Metropolitana, ela é um pouquinho mais ampla, está naquele limite amarelo e nós temos 8 grandes, 8 sistemas produtores, nem todos tão grandes, mas que abastecem essa região e foram sendo construídas ao longo do tempo. Para vocês terem uma ideia a vazão mínima do rio Tietê ali na região do exutório dessa sessão da bacia, aqui em Pirapora, é coisa de 20 metros cúbicos por segundo, e a demanda da região ela chega na época, pré-crise, é da ordem de 70 metros cúbicos por segundo. Então, sem regularização de vazões seria impossível, além do que importamos água, né? Então, os grandes sistemas, o famoso Cantareira, o sistema do Alto Tietê, o Rio Claro, que é o apêndice do Alto Tietê; os menores, o Guarapiranga, Billings e agora..., e aqui esses daqui que são menores. Bom, antes da crise, então nós tínhamos uma disponibilidade hídrica para o manancial de 75 metros cúbicos por segundo. Agora, veja ali em vermelho aquela primeira observação e guardem esse número, é o número que nós normalmente usamos no Setor de Abastecimento para planejar uma garantia de 95% do tempo. Isso para os técnicos ok, mas quando ocorre aquela falha é que é o problema, e nós tínhamos uma capacidade de produção ali pau a pau, né, 75 metros cúbicos por segundo quase também, um pouquinho abaixo nas ETAs. Então, é um sistema que estava também muito, vamos dizer, nós não tínhamos ociosidade nenhuma. Bom, isso muitos já devem ter visto, foi muito falado, nós temos que trabalhar com informações e a questão meteorológica é um fator, a gente sabe que não é uma coisa que exata, porque é exato naquele momento que você observa, e os modelos dizem aquilo, mas no dia seguinte basta ver a previsão do tempo, e que às vezes não dá certo. Então, isso aí todo mês é feita essa previsão, são os melhores centros do mundo de previsão, mas ali é uma previsão do CPTEC/INPE, INMET, que é um consenso. Ali novembro, dezembro e janeiro foi feita uma previsão, olha, está tudo mais ou menos igual; mês seguinte, dezembro, janeiro e fevereiro, também sem grandes problemas e para janeiro, fevereiro e março era tipo assim: 1/3, 1/3, 1/3 as probabilidades. Então, não havia uma disparidade que pudesse chamar a atenção, porém o que se verificou essa é uma página do relatório da ANA, a conjuntura de 2014, vejam ali o que aconteceu no Sudeste. Janeiro, fevereiro e março, você tinha a região de seca estava concentrada lá no Noroeste do Estado de São Paulo, mais ou menos na região do Jefferson, que acabou de entrar aí, aquela mancha mais vermelha, que ele gosta dessa coisa vermelha assim, não sei o porquê. Então, o resto vocês não vão me dizer que é um céu de brigadeiro, mas estava tranquilo março. Para janeiro, fevereiro e março 2013 também teve um comportamento muito tranquilo em todo o Sudeste. Já vejam o que ocorreu no primeiro trimestre de 2014, aquelas manchas mais vermelhas significam extremamente seco, né, menor que 5%, que não dá para ler lá. Então, pegando todo o leste do Estado de São Paulo, a Região Norte e se estendendo ali para Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Nós fizemos algumas contas, não vou entrar em muitos detalhes sobre isso daqui, mas, por exemplo, nos últimos 35 anos, isso é lá do nosso relatório de situação do Estado de São Paulo, a gente fez uma conta dos últimos 35 anos, qual era o comportamento

da precipitação em todo o Estado de São Paulo? Então, a gente vê que na média, nós temos uma situação mais seca um pouco para o Noroeste do Estado ali perto do Centro do Estado, região de Piracicaba e muito tranquilo mais ao Sul ali, Litoral, e também lá no Norte. Já na média de 2014, a gente que vê que a precipitação ela despencou e você tem essas áreas mais vermelhas com menos que 900 milímetros de chuva. Aqui é outra comparação, que já é uma relação percentual entre a pluviometria de 2014, e a média anual histórica. Então, esse mapa da esquerda e o da direita é uma relação percentual entre a chuva do primeiro trimestre de 2014, né, e a média histórica. Então, a gente vê que a região mais afetada foi realmente o Leste, ali a região das cabeceiras do Piracicaba, né, o centro, quase o centro do Estado, se estendendo por toda região de Mogi Guaçu, Pardo, Sapucaí Mirim, Grande, aquela região do Norte ali e Nordeste. Bom, aí pergunta-se, que tipo de informação a gente tem em São Paulo? Nós temos um razoável Banco de Dados e monitoramento em todos os sentidos, nós temos redes muito antigas que nos dão séries aí de mais de 80 anos, vocês se lembram sempre se batia na tecla a maior seca dos últimos 84 anos, porque a nossa série não é a de São Paulo, mas é do Sudeste, o Setor Elétrico trabalha com uma série que começou em 1930, né? Nós temos sistema de alerta a inundações aqui com radares, nós temos a questão de redes plu, flu, piezométricas, nós temos um sistema no (...) de planejamento, que chamamos de Sistema de Bacia Hidrográfica, enfim. Nós temos também sistemas aí que estão no ar também com as informações do Sistema de Recursos Hídricos, temos o Sistema da Secretaria de Meio Ambiente chamada DataGeo, InfoÁGUAS da CETESB, temos sistemas já mais localizados e específicos no PCJ aqui, nós temos ainda todas essas redes aqui que nos ajudam: INMET, (...), IAC, Defesa Civil, ANA, o Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura de São Paulo, enfim. Temos muitas informações. Para o cidadão comum isso é um inferno, não é, porque a hora que ele quer uma informação, ele não tem isso de uma forma amigável, ele quer buscar; ou para o acadêmico que quer um estudo, não sei o que, às vezes acha. Mas, informações têm, agora elas estão adequadamente disponibilizadas? Eu acho que não. Então, nós fizemos lá na Coordenaria, nós fizemos um Plano-Diretor que a ideia é dar um caminho das pedras para isso, não é substituir esses sistemas, mas é fazer com que eles possam ser mais organizados e disponibilizados de uma forma mais amigável. Nós vamos implementar isso a partir de agora. Bom vamos, então, para aquilo que aconteceu. A primeira crise é como se fosse, vamos dizer, nós podemos ter a crise doméstica conjugal, por exemplo, aquilo é complicado, nós temos todo tipo de crise; aqui do lado, o nosso Congresso está sempre em crise; o sistema político está em crise e você tem que dar explicações, e cada lado dá uma explicação. A crise, a primeira questão que ocorre é uma guerra, uma guerra de informação e como é que a população entende que eu trabalhava com risco de 5%, que é uma falha estatística, você precisa explicar isso, você consegue explicar isso para um repórter? Pois é, mas olha foi feito um estudo bem interessante, saem coisas interessantes aqui do Congresso também, tem lá um questionamento. O Senado fez um estudo, que é um estudo que não é muito extenso, ele deve ter umas 30, 40 páginas, foi um estudo de 2015 e eu fiz uma adaptação ali, o resumo da ópera é o seguinte, a gente tem sim uma sazonalidade, em função dessa sazonalidade a gente precisa armazenar água,

conceito básico de regularização, porém você continua tendo um risco e se eu não quiser ter risco, eu preciso fazer o quê? Investir mais. Quanto mais, qual risco você quer ter? Então, aquele graficozinho que tende ao infinito, né, ou seja, um investimento seria infinito para risco zero, ou a disposição a pagar. O que o governante, o tomador de decisão faz? Ele normalmente, ele tira o problema da frente dele naquele momento. Então, aí começa a ter a resposta talvez para aquilo que o Júlio colocou, o que o Sistema de Recurso Hídrico tem a ver com isso? Ou o que o Sistema de Recurso Hídrico vai fazer na crise? Todo mundo falava, vamos chegar lá. Isso aqui é uma avaliação, não está a fonte aí, mas eu acredito que é no Relatório da ANA, vocês não vão conseguir enxergar, mas veja o seguinte: mais cedo o Paranapanema aqui, a vazão fevereiro de 2014 foi menor, ou igual a 40% que média de fevereiro. Já a Bacia do Tietê, do Grande e toda essa região aqui de São Paulo e vale do Paraíba, a vazão de fevereiro de 2014, ela já era menor, ou igual a 70% da média. Então, foi um mergulho, foi realmente um mergulho que decresceu violentamente as vazões em toda essa região e também aqui Minas Gerais. Consequência disso, vocês vejam que aqui não dá para ver direito por causa da luz, mas aquela parte a direita ali, onde tem aqueles pontinhos vermelhos, são Municípios, que segundo a imprensa são mais de 50, eles tiveram um problema, está totalmente coerente com aquela questão da chuva, que eu mostrei. Então, aquela faixa do Leste e seguindo no Mogi Guaçu, Pardo, Sapucaí Mirim em direção a bacia do Tietê, também o centro ali Bauru, lá para o Noroeste Birigui, Guararapes, Mirandópolis, lá em Santa Fé do Sul, foram Municípios que tiveram problema, e toda aquela parte mais clara do mapa era a região com problema no Estado de São Paulo. Bom, visualmente vocês podem ver agora também de uma forma bem espalhada no Estado os problemas. Mais à direita Paraíba do Sul, aquele é o Tulipa, uma visão do Tulipa do reservatório Paraibuna. Aquela bolinha lá em embaixo é um ser humano, eles vêm ter uma noção de grandeza desse troço aí, eu acho que nunca tinha chegado a esse ponto, que era um copinho. Pois é, mas ali a esquerda, nós temos o reservatório de Ilha Solteira, que foi “deplecionado”, né, ele foi há um volume negativo, ele foi ao volume morto e bebeu muito lá do (...), porque ele foi mantido “deplecionado”, paralisou a hidrovia. No Alto Tietê, essa embaixo é uma visão do reservatório Jundiá, do Sistema Alto Tietê. E lá em cima já são as obras do volume morto, que a gente vai falar um pouco mais do maior reservatório Cantareira, que é esse aqui. O reservatório Jaguari, ele, todas essas áreas de solo estavam cobertas pela água, quer dizer, ficou realmente numa situação... Esse é só o visual, veremos gráficos também. Lá o rio Piracicaba, além de não jogar água para fora, ele ficou seco. Essas são fotos. Essa foto aqui de agosto de 2015, vocês veem que tem mais água aqui a esquerda, mas é uma situação e isso tem uma repercussão, além dos problemas econômicos, sociais, políticos e etc., isso cala muito fundo na sociedade, porque esse rio atravessa o centro da cidade. Bom, esse gráfico aqui é bastante ilustrativo, muitos já devem ter visto, mas ele está aí com os anos de 2000, a gente fez esse gráfico focando os anos 2000, a série histórica de 1930 a 2013. Então, os famosos 84 anos e a gente vê que aquela linha azul, a faixa azul lá em cima, a linha superior, ela dá a média mensal de 30 a 2003, que é o sistema equivalente do sistema Cantareira. O sistema Cantareira é um conjunto, historicamente são 5 reservatórios, na verdade, são 6, dois no Alto

490 Tietê; o Águas Claras, que é em cima lá do Serra da Cantareira; o Paiva
491 Castro; e os sistemas equivalentes são os reservatórios que estão na bacia do
492 Piracicaba, de onde se tirava até 31 metros cúbico por segundo. Então, para
493 tirar 31 metros cúbico por segundo tranquilo na média, né, eu tenho ali janeiro,
494 fevereiro e março na faixa dos 60 metros cúbicos por segundo de afluência; e
495 depois a medida que vem o período seco, diminui, e depois sobe de novo no
496 final do ano. Isso é a média, que é como dizemos sempre, é o caminho feliz
497 das coisas, a média. Só que a média ela não é a realidade. Você tinha o pior
498 do histórico, em termos de afluência, até 2013, em termos de ano, era o ano de
499 1953, que é aquela linha branca. Na linha laranja lá é a mínima de cada mês
500 de 2030 a 2013. Então, você ver que em uma série de 84 anos, eu tinha em
501 janeiro uma precipitação de 25, como mínima histórica, abaixa um pouquinho
502 pior do histórico seria setembro com cerca de 11, de depois sobe um pouco. O
503 que aconteceu em 2014? Em 2014 é aquela linha branca lá embaixo, vocês
504 veem que aquilo é um filme de terror. Você tem em janeiro já começou com ali
505 15; fevereiro aprofundou, e eu tive o mínimo lá em outubro, que chegou a 5, 6
506 metros cúbico por segundo de afluência para um sistema que eu precisava tirar
507 31, não é? Ali 2015 já foi um pouco melhor, mas vocês veem que ele é muito
508 irregular. Em agosto, por exemplo, que é aquela foto que eu mostrei do rio
509 Piracicaba, aqui é de agosto, a direita, vocês veem que a vazão mínima de
510 agosto de 15, ela foi 5 metros cúbico por segundo de afluência. Então, a
511 probabilidade desse evento de 2014, de ocorrência disso aí, foi calculada, até o
512 Kelman falou disso aí 4, 0, 0, ou seja, uma vez em média a cada 250 anos.
513 Bom, o sistema Cantareira, ele está localizado, para quem não conhece São
514 Paulo, o sistema ele está aqui, essas são as bacias PCJ. Está aqui na bacia do
515 Piracicaba o conjunto de 4 reservatórios com 3 pontos de descarregamento
516 para uma descarga de 5 metros cúbico por segundo, isso pela outorga de
517 2004. Então, 5 metros cúbico por segundo da outorga de 2004, que era até, ou
518 seria, vamos dizer, a descarga aqui é um compromisso de 31 para o Alto Tietê,
519 que daria uma retirada total do sistema de 36 metros cúbico por segundo. Isso
520 em condições normais, mas nessa crise isso evidentemente não foi possível.
521 Ao longo do histórico e aí nós começamos ali o gráfico em 2004, que é a
522 outorga de 2004, vocês veem o comportamento do volume do sistema
523 equivalente, do sistema Cantareira, são aqueles reservatórios na bacia do
524 Piracicaba. Então, a gente tinha, claro isso não é igual Bolsa de Valores, não é,
525 porque não é tão repentino, mas ele tem as flutuações normais hidrológicas. Só
526 que lá quando é que começou a crise? Nós tínhamos no final de 2013, nós
527 estávamos aqui, então nós estávamos em janeiro de 2014, nós estávamos
528 então com um armazenamento da ordem de trinta e poucos por cento, era
529 pouco, mas ainda tínhamos janeiro, fevereiro e março para chover e aí o que
530 aconteceu? Não aconteceu, choveu, chove, aliás, não choveu e mergulhou até
531 que já em meados de 2014 entrou no volume morto e assim permaneceu até o
532 início de 2016. Foram, então, realmente dois períodos, um período longo e que
533 depois o reservatório deu uma recuperada, está uma Brastemp? Não, mas ele
534 recuperou e aí somada as outras ações se declarou aqui que a crise tinha sido
535 debelada, isso foi abril de 2016, quando o reservatório já estava mais ou
536 menos por aqui, mas nós tínhamos outras alternativas e já tinha mudado o
537 conceito de uso do Cantareira. O Sistema Integrado Metropolitano, aquele que
538 eu mostrei lá no início com o risco de 95%, qual é a produção média anual?

Então, você vem lá de 2004 com uma produção que com a tendência de crescer um pouquinho, chegou a um pico em 69.1 em 2013, aí 2014 não, isso é a questão da inércia, você não consegue de repente zerar, ou desacelerar. Então, na média anual diminuiu muito em 2014, mas já para 62; em 2015 foi a 52 metros cúbicos. Então, vocês veem que tem uma diferença na média anual já ali de quase 20, 17 metros cúbicos por segundos em relação a 2013. Depois, em 2016 deu uma melhorada na produção anual, cresceu um pouquinho, mas 61 para 60, eu tenho na média anual uma diferença de mais de 8 metros cúbicos por segundo, mesmo com disponibilidade não voltou a produzir o que produzia antes. Isso na média anual. Quando você pegar a média mensal, isso é diferente. Na verdade, essa amplitude da diferença é maior ainda, que ela passa de um máximo lá em janeiro de 14 de 71.4 de média mensal, para 50 no mínimo ali, que foi ali no início de 2015. Então, nós tivemos uma diferença da produção de 21 metros cúbico por segundo para uma metrópole de 21 milhões de habitantes. Então, isso é o impacto extremamente relevante e que precisou buscar alternativas.

[52min09seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Rui, só uma perguntinha rápida nisso aí. Não voltou ao patamar de antes, porque a demanda ainda não recuperou, ou porque o sistema ainda tem algum problema de produção? Porque a gente não voltou para o patamar lá antigo.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Mudou o padrão de consumo.

[52min23seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – O padrão de consumo mudou, né?

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Vou mostrar outros gráficos que vai ilustrar mais isso aí ainda. Isso para o diretor-financeiro da Sabesp é um desastre, eu estou vibrando e o cara está lá se ferrando. (*Risos!*). Mas, aqui vejo bem, todos sabem aqui estão as cabeceiras da bacia do Paraíba do Sul, o Paraitinga, que se junta com o Paraibuna, forma o Paraíba, ele ia para o interior, mas mudou de ideia e foi lá para o Rio de Janeiro. Então, ele faz esse cotovelo aqui. Agora, nós temos aqui o reservatório Paraibuna, que são 4 milhões de metro cúbicos, nós temos o reservatório de Santa Branca, que é pequeno, e nós temos o reservatório do Jaguari, que sozinho equivale ao sistema Cantareira, que é também da ordem de 1 bilhão, ele tem 780 milhões de metros cúbicos de volume útil; o Cantareira tem 980 milhões de metros cúbicos de volume útil. Isso aí é a caixa d'água do Rio de Janeiro, vocês ouviram falar muito disso. O Funil aqui é um reservatório, que ele não tem regularização, é quase um reservatório de passagem. E depois aqui em Santa Cecília tem a transposição que joga para a bacia do Guandu e tem a captação para toda a Grande Rio aqui. Então, vocês ouviram falar muito disso. Então, foi muito complicado e aí o problema não era um problema só de São Paulo, era uma grande preocupação para o Rio de Janeiro. Vocês ouviram isso na época

de Copa, vai afetar a Copa, depois a Olimpíada e etc.. Paraibuna também mergulhou e nós tivemos ali, olha, lambeu o zero, ali deu 0,0 alguma coisa de volume útil em janeiro de 15, que ele mergulhou também como todo o Sudeste ali, depois recuperou um pouquinho em 15, mas em 16 ele voltou e depois recuperou bastante. Questão de usos múltiplos, nós temos a hidrovía, veja a hidrovía vermelho Paraná, azul Tietê e lá nós temos essa situação aqui. Aqui está o rio Tietê, nós temos aqui um canal, que é o canal de Pereira Barreto, que está sob a influência aqui do nível da água do reservatório de Ilha Solteira, se eu falar besteira me corrija aí, viu Jefferson? Você que é da região. Ali o que aconteceu foi o seguinte: com o “deplecionamento” do reservatório de Ilha Solteira, a hidrovía parou, parou. Essa situação lá em Pederneiras, você vê que está tudo parado aí. Aqui é jusante, cadê o moço da IES ali que conhece bem a situação? Ali é jusante de Nova Avanhandava, que tem ali..., vocês estão vendo no leito do rio aquelas pedras ali. Ali a navegação exige um calado e para isso tem que ter nível, como o reservatório de Ilha Solteira “deplecionou”, a hidrovía parou, toda à cascata ali também foi “deplecionada” e a navegação parou ali. Isso gerou, vocês vejam lá o moço na régua, né, está ali quase não cobre o pé dele. Então, de maio de 14 a janeiro de 16. Eu estive em uma reunião na ANA com o Alto Comando da Marinha para questão de navegação, a ANTAC, e todo mundo, e ali eu vi a fragilidade, a debilidade do nosso país para contornar um conflito desse; se era impossível, ou não; e aí vem uma análise do *trade off* aí, o que é mais importante para o país gerar energia, ou ter o transporte hidroviário? Alguém decidiu quem era mais forte, que era importante gerar energia, porque o setor argumentava o seguinte: olha, você tem um pouco de água na cabeceira, solta um pouco, deixa aqui para dar o calado e você vai gerar cascata, mas estrategicamente a ONS, essa reunião tinha umas 20 pessoas e uma pessoas da ONS. Como sempre muito bem preparado, e ele falou: não, nós precisamos armazenar na cabeceira e foi opção que se fez para deixar a água na cabeceira do Rio Grande, nos reservatórios do Rio Grande e com isso veja esse gráfico que interessante: a cota mínima para navegação lá da hidrovía do Tietê seria 325,40, o mínimo operacional está ali embaixo em 323, e o que aconteceu está ali, o vermelho é o nível de 3 irmãos e o azul é o nível de Ilha Solteira, não tem muita diferença, mas vocês vejam que realmente entrou no volume morto e não tinha a menor condição operacional para hidrovía. 21 meses, então, paradas. O que isso significa? Significa isso aí, você tinha um propósito com a hidrovía, você tinha um setor investindo e crescendo, e você tinha, vamos dizer, investimentos e etc., que de repente você não tinha como operar, e ali vejam que as cargas, o que foi transportado, não vamos entrar no detalhe, tem uma legenda bem pequenininha ali, que a parte que continua sendo transportada, eu acho que são produtos de menor valor agregado tipo areia, essas coisas, mas os produtos de melhor valor agregado, que vem de Goiás, que vem, enfim, de Minas ou de São Paulo mesmo, e que dependiam de escoamento pelos portos de Pederneiras e Anhembi, eles pararam, só retomou, em 2016, aliás num padrão melhor do que antes. Então aquilo que está ali é prejuízo, está um exercício para os economista, o que é isso em termos de economia, de PIB, e etc.. Agora, crise hídrica tem prejuízo, a gente já viu, fala isso direto, mas é real o prejuízo econômico, social, político, e os técnicos que se danem, os prejuízos, quantos não dormiram, quantos tiveram problema de gastrite. Aí,

veja só, Aquicultura, essa então nem participou da discussão, veja numa situação normal você tem aquele... E isso foi um *boom* na região lá do Rio Grande, os tanque-rede em situação normal e, ali você tem o reservatório de Ilha Solteira, Santa-fé do Sul ali, a situação que ficou, junho de 2014. Bom...

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Você, me permite só uma intervenção, por favor?

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Sim, você tem 30 segundos.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Ótimo. Mais de mil toneladas de peixe perdidas, e também a cadeia produtiva parada. Obrigado.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Nem usou os 30 segundos. Bom, aqui, evidentemente, a gente vai mostrar algumas ações estruturais e outras ações não mais... E o que o sistema de gestão, qual foi a participação, não pode se dizer um protagonismo, mas o que a gente, o que foi possível fazer? Primeiro na questão candente que é o abastecimento de 21 milhões de pessoas, então, aí, eu tenho aqui que dar um testemunho, não fosse a robustez econômica e técnica da SABESP, e de um esforço colegiado que se fez, se montou, evidentemente, um comitê de crise no Estado, e havia reuniões toda semana com o próprio governador, os dirigentes, e uma equipe técnica que mostrou que realmente a Engenharia consegue fazer as coisas, é claro que se não tivesse uma empresa com capacidade financeira e flexibilidade para mudar seu planejamento até, então, a empresa vinha priorizando nas últimas décadas o tratamento de esgoto, coleta, e tal, teve que dar um cavalo de pau nesse plano, e inverter para aplicar em água. Então... Mas, é uma conjunção de fatores, não é uma ação. Então, primeiro, emergencialmente, aqui o uso, porque esse nome reserva técnica? Para nós é volume morto e acabou, mas, aí, entra uma questão de comunicação, os marqueteiros dizem o seguinte, volume morto pega muito mal, parece água estragada, e olha, eles tem razão, eu moro em Piracicaba, e aquele povo lá, e eu não sou de lá, mas já posso me considerar, quando eu cheguei lá, falaram: pelo menos 20 anos aqui para dizer que é daqui, tudo bem, já passou isso, faz bem, e eu estava num rancho na beira do Piracicaba, e o dono do rancho, amigo nosso, e tal, falou assim: “aquele povo de São Paulo vai beber a água do volume, aquela água podre, tomara que faça mal para todo mundo, é a nossa água, e etc.”, não é uma pessoa má informada, mas esse conceito tem, que era uma água podre, aí essa firula foi por conta disso. Então, primeiro a reserva técnica, depois um trabalho também de Engenharia e obra, que é a transferência entre sistemas, do lado de lá a parte não estrutural, que é a questão do uso racional, e ainda uma parte que não é propriamente estrutural, mas é operacional, que foi a atuação em perdas. Primeiro ali são fotos que vocês... Imagens que vocês viram pela televisão, aquela torre, à esquerda aqui, é a tomada d’água do

686 reservatório de Jacareí, que emboca para o túnel 7, se não me engano, que
687 transfere água do Jacareí, que é o maior reservatório, para o reservatório de
688 Cachoeira, depois na sequência, é uma tomada d'água, como (...) totalmente,
689 não tinha cota para a água entrar. O que foi feito? Vamos buscar água na
690 maior profundidade do reservatório, então a obra nada mais é do que você faz
691 ali umas ensecadeiras, as barraginhas, você bombeia da parte mais funda, faz
692 um canal, e eleva o nível artificialmente para jogar água para os outros tuneis.
693 Então é aquela primeira etapa, acabou o primeiro volume morto, acabou, tinha
694 lá 120 milhões de metros cúbicos, o que nós vamos fazer? Buscar mais longe,
695 em outra profundidade, então aquelas águas, aquela segunda foto são as
696 obras, aqueles tubos de PAD se conectam num canal, e que as bombas
697 flutuantes estão lá atrás jogando para aquele canal que joga para aquela
698 tubulação para chegar naquele mesmo ponto que já tinha sido feito a obra.
699 Então foram as duas etapas, a questão do mecanismo econômico aí, a
700 primeira ação foi a questão do bônus, e olha, vocês veem o gráfico em verde,
701 que não dá para ler os números aí, significa a porcentagem da população que
702 se beneficiou do bônus, então vocês veem que de março de 2014, cresceu até
703 um pico que chegamos a julho de 2015, que realmente teve o benefício do
704 bônus. O amarelo é uma população que reduziu o consumo, mas não ganhou
705 bônus, estava ali na faixa do 0,20 de economia, ela economizou, e a vermelha
706 é o pessoal que continuou acima da média, não quis nem saber, e vocês veem
707 que é uma minoria. Aqui, pergunta do colega aqui, como é o comportamento da
708 demanda na crise e pós-crise, vocês veem que em todos os tipos de consumo
709 residencial, comercial e industrial, você tem uma queda acentuada com o
710 mínimo em 2015, e depois uma pequena retomada, porém, todos diminuíram o
711 consumo, todos, por alternativas, quem pode, tanto residencial como industrial,
712 buscou poço, reuso, aproveitamento de água de chuva, quando você faz na
713 sua casa uma captação de água de chuva, começa a regar o jardim, a lavar
714 piso, ou aproveitar água da máquina, etc., esse hábito ficou, você não jogou
715 aquela instalação, ou a quem realmente aderiu não jogou fora, não deixou de
716 fazer. Então, hoje, nós temos realmente uma economia de cerca de quase...
717 Uma redução de dez metros cúbicos que se manteve 16 e em 17. As
718 intervenções no sistema para melhorar a flexibilidade do sistema, porque os
719 sistemas eram meio, assim, fechados em si, o sistema da Zona Sul ou região
720 do Cantareira não comunicava com os outros sistemas, o que teve que fazer?
721 Intervenções de porte para dar flexibilidade e transferir. O sistema Cantareira
722 abastecia quase 9 milhões de pessoas, reduziu para seis, por onde vão ser
723 abastecidos os outros 3 milhões? Tinha que trazer água do Guarapiranga,
724 então teve que fazer muitas interligações, retomar adutoras abandonadas,
725 recuperar, fazer reservatórios, então foram trinta e tantas intervenções desse
726 tipo no sistema. Bom, meio que finalizando, não dá para vocês lerem, mas
727 vocês podem ver as cores, a gente fala: uma coisa é o aumento da oferta, que
728 é água na veia, outra coisa é eu ter... Fazer obras que eu diminua aquele meu
729 risco, que era de 5%, e essa é uma nova realidade, eu tenho que diminuir
730 aquele risco, vou chegar a 100%? Não, claro que não, porque senão teria uma
731 ociosidade imensa, e o custo seria muito alto, mas todas essas obras, de todos
732 esses quadradinhos aqui, algumas foram cogitadas, não chegaram a ser feitas,
733 como, por exemplo, reuso das águas... Do Efluente de Barueri, foi um cogitado
734 de fazer para dois metros cúbicos por segundo, reuso direto lá no rio Pinheiros,

735 montante, perto do Guarapiranga, de um metro cúbico por segundo, também
736 não foi feito, mas já estava em obras, e foram aceleradas, o sistema São
737 Lourenço, que é 6,4 metros cúbicos por segundo, que esse traz águas da bacia
738 do Ribeira, e isso é aumento de oferta, vai atender toda a região oeste, que é
739 esponja, toda água que você põe tem uma demanda reprimida, então isso é
740 um aumento de oferta, e uma diminuição da dependência do Cantareira,
741 porque vai atender a área de influência do sistema Cantareira, inaugura dia 27
742 essa obra, é uma PPP, que já tem vários anos aí, uma obra complexa que tem
743 desde captações aqui na represa do França, que é um afluente do rio Juquiá,
744 no Ribeira do Iguape, vai... Tem adutoras de 50 quilômetros, e isso está pronto,
745 e vai ser realmente aumento da oferta. Agora, todos os amarelinhos são obras
746 de porte, porém, são para aumento da segurança hídrica, o que significa? Que
747 vou usar quando precisar, porque todas as obras têm bombeamento, bombear
748 custa dinheiro, e nenhuma empresa vai ficar bombeamento sem ter
749 disponibilidade. Então, aí, nós temos, olha, primeiro as ETAs, Alto da Boa
750 Vista, lá em Santo Amaro, Rio Grande, que é ali junto da Anchieta, foram
751 colocadas membranas, e aumentou a capacidade de produção das ETAs, e
752 inclusive usando água de menor qualidade com essas membranas, que são
753 caríssimas, mas, hoje, não tanto quanto há 10, 15 anos atrás. Então, isso deu
754 um *up* nessas ETAs, e também está com Itaquaquecetuba, nós aumentamos
755 em um metro cúbico por segundo a captação. A outorga, valor médio é 2,4, a
756 outorga o valor máximo é de 4, mas em situação emergencial chegou a 5 de
757 captação. Rio Pequeno, aqui na Billings, que é o braço... Nós temos a Billings,
758 o braço do Rio Grande, esse é o braço do Rio Pequeno, uma transferência
759 para o Rio Grande de dois metros cúbicos por segundo, também isso aí está
760 criando água nova? Não, essa água já estava lá, porém, eu consegui fazer aqui
761 também uma obra emergencial, que é o rio, uma transposição dessa bacia do
762 Rio Grande aqui para o reservatório Taiaçupeba no Alto Tietê, de quatro
763 metros cúbicos por segundo, essa obra aqui, olha, os tubos de PAD lançados
764 sobre a represa Billings e a parte em terra, isso feito em tempo recorde, e isso
765 deu alívio para o sistema Alto Tietê, que estava muito baixo e sofreu também
766 tanto quanto o Cantareira. Depois, nós temos aqui a famosa Jaguari-Atibainha,
767 veja só que capricho 5.13 é a vazão média de transposição, vou contar para
768 vocês a história do 5.13, essa obra foi inaugurada agora dia 03, sábado, está
769 pronta, por incrível que pareça a obra foi uma pós Lava Jato, tivemos uma
770 disputa ferrenha de grandes grupos construtores, teve um desconto de 33% no
771 valor orçado, terminou do prazo previsto e no valor previsto sem aditivo, eu
772 visitei essa obra, era um case, uma coisa linda, e realmente. E isso aí ainda em
773 Itatinga e Itapanhaú, que era um tabu em plena Serra do Mar, que é um
774 parque, “aí é intocado”, não sei o quê. A adutora passa por estrada existente,
775 etc., mas foi um parto da montanha para conseguir o licenciamento, a rigor
776 poderia ser água nova, é a região que mais chove no Brasil, 4 mil milímetros
777 por ano, e está lá a água, você não vai usar? Aí, mas tem três mil páginas aí de
778 coisas dos ambientalistas dizendo isso e aquilo, mas, enfim, está licenciado,
779 está tudo certo, com as garantias, e etc.. E, aí, poderia ser água nova, mas
780 também não será, também aumento da segurança hídrica. E, aqui, obras
781 menores, por exemplo, SABESP não entrava em nenhum lugar que fosse para
782 tirar menos de um metro cúbico por segundo, na crise, meu, 200 litros por
783 segundo tá valendo. Então, fez obras ali em afluentes menores do Alto Tietê,

784 todas essas obras, de certa forma, aqui são cenas, esse aqui é o sistema lá do
785 São Lourenço, a capitação, isso aqui também é o sistema do São Lourenço e,
786 aqui, a inauguração, sábado passado, do Atibainha, tem algumas figuras
787 conhecidas de vocês aqui, Marilena, Kelman, o presidente do BNDES, que
788 estava na inauguração, o Braga. Perdas, sim, vamos acelerar aqui para
789 concluir então. Perdas, a gente tem uma tendência de vocês, talvez,
790 estranhem, litros por ligação por dia, que é a associação internacional de
791 recursos hídricos recomenda, não mais porcentagem, e há uma queda, porque
792 na crise se reduziu a pressão e se descobriu que ali estava realmente um
793 grande ponto de perdas, passada a crise aumentou um pouco a pressão,
794 evidente que a perda voltou a subir, mas não no patamar que estava antes.
795 Durante a crise hídrica, todo mundo queria que o comitê do Alto Tietê fizesse
796 plano de contingência, e etc., um equívoco, por quê? O *modus operandi* do
797 sistema de recursos hídricos é um, a crise exige resposta em outro tempo, e
798 com outros atores, o sistema de recursos hídricos tem que pensar no recurso
799 hídrico como um todo, mananciais e etc., o Plano de Contingência, na verdade,
800 era para o sistema de abastecimento, então eu tenho outras questões, como
801 saúde, mobilidade, a questão de atendimento aos serviços essenciais, os
802 atores são outros, então montou-se... Houve uma pressão danada, um comitê
803 de crise, e fez um grupo executivo, montou o plano, que acabou ficando pronto,
804 isso foi no começo de 2015, esse comitê de crise, Comitê da Crise Hídrica,
805 para vocês terem uma ideia, na primeira reunião, estava todo mundo lá, FIESP,
806 Federação do Comércio, Defesa Civil, Saúde, toda aquele pessoal, as
807 entidades mais fortes, e começou a reunião, quatro secretários de Estado, a
808 imprensa ali, passou quinze minutos, o Governador chegou para presidir a
809 reunião, resolveu se fazer o Plano de Contingência, e está aí, está na Internet,
810 está no site da Secretaria, não é fácil achar, porque está lá em biblioteca não
811 sei o quê. Mas, foi uma experiência muito interessante, ficou pronto, mas não
812 precisou ser ativado, porque já estava passando. Aí, vocês lembram-se do
813 Sílvio Santos? Tinha A Cidade contra Cidade, não é? Lá atrás. Esse aqui é
814 Estado contra Estado, a transposição foi uma celeuma, e houve duas ações do
815 Ministério Público e, aí, bateu num juiz, ele falou: isso não é comigo não, isso é
816 conflito federativo, vai lá para o Supremo, aí o Fux controlou, chutou, chamou
817 todo mundo, senta aqui, vamos conversar, e isso fez com que a Agência
818 Nacional de Água fizesse o meio de campo, tem o mérito da Agência, fez esse
819 meio de campo com São Paulo, Minas, Rio, e saiu uma resolução conjunta
820 com novas regras operacionais e seria assinado um acordo. Para a minha
821 surpresa, semana passada, fiquei sabendo, recebi um despacho, o acesso do
822 ministro Fux, que ele devolveu o processo, eu não sei se é verdade, mas
823 parece que tinha um monte de coisa para fazer, principalmente o Rio de
824 Janeiro, e o Rio falou: “não dá para fazer”, e não assinou o acordo. Então, o
825 Ministro tirou da frente dele, devolveu, e não sei o que vai dar. Essa resolução
826 nada mais é do que desde os tempos do (...) tinha umas vazões mínimas que
827 descarregava chegar aqui em Santa Cecília com 190, e distribuir no mínimo
828 119 para o Guandu, e abasteceu o Rio de Janeiro com certa de 50 metros
829 cúbicos por segundo, dilui esgoto também, uma boa parte disso daqui, e 71
830 que vai para o Médio Paraíba, é interessante o Médio Paraíba, porque o Médio
831 Paraíba é um conflito com o Rio de Janeiro, com a capital também, porque eles
832 queriam mais água lá. Enfim, o que essa Resolução fez foi reduzir essas

vazões mínimas de forma a... Melhorou a gestão desses sistemas de reservatórios, e não mudou nada aqui em termos dessas vazões mínimas lá para o Rio. Do ponto de gestão, na crise essas quatro unidades hidrográficas, Alto Tietê, PCJ, Turvo Grande e São José dos Dourados, o (...) suspendeu a emissão de outorgas, então isso foi uma ação de gestão, mas uma ação do órgão gestor, os planos não diziam nada a respeito disso. Principais ações, então, Márcio, suspensão no Alto Tietê e PCJ, intensificação de fiscalização, aí suspensão, ali o início foi análise de novos pedidos e depois suspensão de novas outorgas, área urbana de Itu também no Turvo Grande, e evidentemente muita conversa. Aqui, uma ação, também como não havia nada no Plano do próprio PCJ, a ANA e o (...) foram à campo com o IGAM em Minas Gerais, estabelecer algumas faixas para restrição de uso na crise. Bom, o Estado e a União, nós trabalhamos juntos no famoso GTAG, Grupo Técnico de Apoio a Gestão do Sistema Cantareira, e que era um grupo de cinco, funcionou de fevereiro a agosto. O que aconteceu? Nessa crise, era uma espécie de comitê de crise para a gente fazer simulações do sistema Cantareira, ver quanto iria chegar e quanto podia tirar. Todo mundo tinha bola de cristal, só que tudo tinha que passar pela decisão superior, o que aconteceu? O grupo acabou, não adiantava, porque era melhor que todo mundo assessorasse quem tomava a decisão, e os decisores que decidissem. Bom, aí, passou para os órgãos gestores uma atuação direta a partir de agosto. Restrições, já falei disso, e a ANA, a discussão do Paraíba do Sul, que ela mediou. No âmbito do sistema, os comitês Alto Tietê participaram desse GTAG aí, Alto Tietê e PCJ, é uma participação extremamente limitada, como você fala que um Comitê participa? Comitê é um plenário, então ia lá um secretário-executivo, que no máximo interpretava a região. Presidentes aqui, uma tentativa de mostrar que havia um entendimento, Alto Tietê e PCJ fizeram um artigo, publicaram, PCJ criou um grupo de (...), Alto Tietê fez ações para a gestão da demanda, o Conselho discutiu a crise e mostrou os números, enfim. Mas, não chegou a tomar nenhuma decisão, e foram feitos alguns reenquadramentos em função da crise para possibilitar captações de água, é o caso do rio Jundiá, e um caso localizado em Botucatu ali. Outras ações, bom, um grande apoio a todos aqueles municípios que tiveram problemas que eu mostrei, e aceleração de obras, inclusive as decisões já estavam tomadas aqui sobre as barragens e duas pontes em Pedreira, no PCJ, elas foram aceleradas, contratou projeto executivo, etc., e uma mudança de paradigma, por exemplo, Campinas já está fazendo reuso, indireto, mas está fazendo reuso, e a SABESP cogitou. No auge da crise, o Governo Federal falou para São Paulo assim, aos quatro: “você não pede ajuda”, três dias depois, nós chegamos aqui com sete projetos pedindo ajuda. O que saiu? Muita conversa e viagem para Brasília, saiu um financiamento que foi para obra da reversão do Jaguari para o Atibainha, um financiamento do BNDES, o resto, estamos esperando até hoje. Essas duas barragens, eu tive pessoalmente um grande envolvimento com isso, principalmente no Governo passado, viabilizando verbas para desapropriação, decretas de utilidade pública, e são barragens que começaram a ser estudadas há 40 anos, década de 70. E, hoje, vamos dizer, eu vou sair daqui, se eu chegar a tempo lá, eu vou assistir a assinatura do contrato de construção das duas barragens, que vão dar uma regularização, esses números estão desatualizados, mas cerca de 20 metros cúbicos com 95% de

segurança, para 100%, ela... A vazão daria quase 14 metros cúbicos numa região que tem uma demanda total de 40, e vai ser um refresco para o Cantareira isso. Bom, eu chamo crise, a crise tem uma arena de discussão, se a gente pudesse passar uma linha divisória ali, de um lado nós temos os organismos gestores, de estado, governo, enfim, e do outro nós temos a sociedade, Ministério Público sempre atuante, mídia e etc., e de um lado você tem que tomar decisões, fazer as coisas, e do outro normalmente os comportamentos não são dos mais edificantes, ou se são edificantes para o propósito de cada um, nem sempre eles contribuem para resolver o problema, fica buscando culpado, você tem, às vezes, a própria Academia, os luminares, que tem solução para tudo ou os profetas do apocalipse, que tem também em muitos artigos. Então é preciso haver uma habilidade para lidar com isso, qualquer semelhança é mera coincidência quando vemos os plenários também dos nossos colegiados. Houve um avanço, esse é um caso, mas não se restringe a esse, de melhoria da regulação, a outorga de 2004 previa, foi uma grande evolução a outorga de 2004, porque não tinha regra, 2004 pôs regra, teve banco de águas, estabeleceu condicionantes, mas tinha uma série lá, até 2003, e permitia 36 metros cúbicos de retirada. Agora, em 2017, lembro que foi interrompida essa... Eu acabo em três minutos. Foi interrompida a outorga que seria de 2014, na crise foi suspenso, e só foi emitida em 2017, maio de 2017. Com a grande diferença, você agora vai retirar conforme, são faixas de retirada, limites conforme o nível de armazenamento, não é mais para tirar tudo aquilo, então eu vou trabalhar... Então, foi um avanço isso aí, é uma outorga complexa. Outra coisa que a gente ouviu durante a crise é: “não tem planejamento”, e a gente tinha sim, São Paulo tinha planos de longo prazo desde a década de 60, que olhava o ano de 2000, e antes de terminar o horizonte de planejamento desse Plano (...), nós fizemos o HIDROPLAN, que era apelidado como Planão, na década de 90, olhando 2020, e em 2007, a gente iniciou e concluiu o Plano da macrometrópole, que olhou 2035. Esse plano da macrometrópole foi essencial para a crise hídrica, aqueles 5.13 de Atibainha é resultado do modelo de simulação no macrometrópole. A SABESP pegou um plano existente, discutido com os comitês, com o sistema, e adotou na casa decimal o valor para o dimensionamento da obra, os 8.5 máximo, está lá no macrometrópole, uma série daquelas intervenções no Alto Tietê estavam discutidas nesse Plano. Então tinha planejamento sim. E o nosso sistema? “A gente faz Plano lá em São Paulo a cada quatro anos”, mas temos que concordar que eles não foram, assim, relevantes. Sim, nós fazemos de acordo o PPA, a gente faz o acompanhamento, a gente tem principalmente a partir de 2012 aqui, desse Plano de 2012, a gente faz de acordo com o PPA, faz relatório de situação do que foi executado, do que não foi executado. Os planos de bacia na mesma linha, a gente tem todos os 21 já... Mais de um revisto, e etc., mas também não se enfrenta esse problema, porque ele é penoso, discutir prioridade de uso, discutir restrição, isso é difícil, e você precisa fazer isso em tempos de normalidade. Essa é o grande desafio para o sistema, tem que enfrentar o problema. No gerenciamento está todo mundo sorrindo ali, mas você precisa construir pacto para a situação de crise, na situação de crise é pressão, etc., está ali o governador em Itu tendo que tomar a decisão, você tem prejuízos, e o rito da crise é um, e o rito do sistema é outro. Mas, nossos planos, eles têm elementos adequados para enfrentar, não só seca ou

931 estiagem? Tem? Não tem. Nós temos que rever isso. O que precisamos pôr
932 nos nossos planos para enfrentar eventos críticos? Por exemplo, eu tenho lá
933 uma área sujeita a inundação, eu preciso prever a área inundada, as cotas, é
934 uma relação, vazão versus área, isso é dominado, isso é possível fazer. E na
935 crise hídrica, ou na escassez? Eu tenho que ter prioridades de uso para o
936 Órgão Gestor agir, isso tem que estar no Plano, áreas críticas para
937 gerenciamento especial, restrições de uso para cenários, isso tem que estar no
938 plano, diretriz e verificação da elaboração de Plano de Contingência pela
939 atividade responsável. O setor de Saneamento tem que ter seu plano de
940 contingência compatível com cenários de crise. O setor industrial, o setor
941 hidrelétrico, nós colocamos isso na Lei agora, em dezembro de 2016, nós
942 mudamos a Lei do Plano Estadual, isso, hoje, é Lei em São Paulo, os Comitês
943 não vão fazer se quiser não, eles têm que fazer. Bom, para fechar, pontos para
944 uma nova agenda. Então novos parâmetros de risco, e essa palavra
945 redundância, na Austrália, eles têm quatro vezes... Eles tem reservação para
946 enfrentar quatro anos de seca, na Austrália, e nós não temos isso aqui, isso
947 custa dinheiro, estratégia de comunicação, revisão do conteúdo dos planos de
948 recurso hídricos para eventos crítica. Nós temos que encarar isso aí, e fazer
949 essa discussão. Planos setoriais de contingência, sistemas operacionais de
950 abastecimento, interligações, controle de pressão é um negócio que veio para
951 ficar, melhorou muito a gestão da SABESP, fomento a novo padrão de
952 consumo, tem que manter isso, certo? Para usar uma expressão da moda,
953 gestão da demanda, isso não é uma coisa de *marketing*, tem que ser
954 permanente também, e custa dinheiro. Plano de recurso hídrico como
955 estratégia de longo prazo, e o novo padrão; nós, na Engenharia, temos
956 hidrologia, você vê a vazão, quanto você tem de demanda, quanto você vai
957 fazer. Será que dois e dois são quatro, aí? Nós temos agora... Agora, nós não
958 temos uma metodologia para isso ainda, no Plano Diretor de Macrodrenagem,
959 da região metropolitana de São Paulo, que está na terceira versão, a
960 consultoria foi desafiada a enfrentar o problema das mudanças climáticas, que
961 ia ser perguntado, você não vai dimensionar só por aquela coisa ou período de
962 retorno e tal. Então, isso já foi feito, e já tem alguns experimentos. É difícil, nós
963 temos uma receita? Eu acho que ninguém tem, mas nós temos um novo
964 padrão. Isso parece bem claro, e para vocês, como é que faz? (*Palmas!*)

965
966
967 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Rui,
968 muito obrigado. Sua palestra foi muito elucidativa nas questões que a gente,
969 enfim, conhecimento mais detalhado do que ocorreu na crise, as suas causas,
970 e obrigada também pelas sugestões que você colocou no final, que já antecipo
971 que a gente vai tentar internalizar isso aqui para as diferentes câmaras
972 técnicas, eu achei essa sugestão muito importante.

973
974
975 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP)** – Todo mundo acha que é o caminho
976 feliz sempre, e não é.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – A outra coisa, eu vou fazer um comentário rápido, depois vou passar para todo mundo. Outra coisa que é importante também que a gente vê é essa questão da comunicação, quer dizer, tanto nessa questão positiva, quanto negativa que a gente vê, mas tudo isso baseado na falta de conhecimento, talvez, uma parcela da culpa desse problema que nós temos com comunicação, a gente tem com a falta que a gente tem de divulgação das coisas e de conhecimento. Por exemplo, a gente vê na imprensa e vê, não só na imprensa, muitos técnicos e muitos técnicos da área, que deveria saber disso, quando fala sobre água subterrânea, fala sobre rio subterrâneo, fala sobre mar debaixo da terra, o Aquífero Guarani, os caras falavam isso: “tem um mar”, além de não ser um mar, se fosse mar estava horrível, porque seria água salgada, então foi essa falta de conhecimento dá uma percepção errada para a sociedade. Então, isso eu acho que é importante a gente, sempre que possível, propiciar essas coisas à sociedade. Esse negócio de fazer planejamento, as coisas em crise, eu me lembrei de quando você estava falando disso, sobre isso, quando fazer... É a mesma coisa que você fazer compra mensal no supermercado com fome, que é o inverso, que você enche os carrinhos, aí é o contrário, todo mundo quer. Então a gente tem que saber realmente no momento que a gente está mais de abundância com relação a questão, o momento certo das pessoas racionalizarem. Bom, eu vou passar a palavra a todos que queiram falar, a gente tem uma pauta extensa, eu vou pedir que façam as perguntas, quem tiver pergunta para fazer para o Rui, aproveitar a presença dele aqui com perguntas, eu vou... Umas quatro ou cinco perguntas, depois ele vai responder uma por uma, e eu peço para todos que quiserem falar que se manifestem agora, três minutos para cada um. Eu vou colocar o tempo aqui, peço que o assunto diga respeito a esse tema, todo mundo vai ter a questão de falar pelo menos uma vez e, aí, a gente vai ter que passar para frente, para a pauta. Eu imagino que a gente teria, mais ou menos, são quinze para as onze, uma meia hora para ter as perguntas e, depois passar para a Rui. Vamos ver, o Wagner tinha pedido primeiro, a Cristina, quem mais? Cristiane, Wilson, o Fernando. Fernando. Débora. Quem mais? Fátima. Mais alguém? Então está. Eu peço que, enfim, que façam perguntas, se quiserem fazer perguntas além disso, complementar, mas eu vou controlar o tempo. Por favor, Wagner

O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (ABRAGE) – Perfeito. Primeiramente não é uma pergunta, eu queria só complementar algumas informações que eu acho que são importantes, até nessa linha da informação, porque muitas coisas acabam não vinculando. Queria parabenizar a apresentação do Rui, foi excepcional, uma visão ampla do que aconteceu, muito técnica e muito profunda. Eu queria comentar um pouco com relação a hidrovía, essa questão que foi realmente crítica, foi um cenário, assim, extremo, tanto para o setor energia, quanto para a hidrovía, e chegou-se até as últimas consequências, e digo que foi criada uma operação de guerra, foi muito bem mencionado um ponto importante é que a hidrovía, o (...) Tietê, ela só ficou interrompida no trecho de (...) a Três Irmãos, por quê? Principalmente porque é de conhecimento, e já inclusive está sendo feita agora uma obra de rebaixamento do canal, que eu acredito que pela extensão da estiagem, ela não iria deixar

interromper a hidrovía, mas atenuaria muito a situação, e a coisa chegou a um nível tão crítico, e envolveu aí, existia um comitê técnico da hidrovía Tietê-Paraná, que é muito atuante, muito forte, muito voltado para soluções práticas e problemas reais, o que aconteceu durante esse momento de crise, mesmo quando você não tinha calado suficiente para fazer o transporte de longo curso no trecho, foi gerado ondas... Ondas temporárias, ou seja, que formava-se um comboio de embarcações próximo da região de restrição, e isso monitorado pela Marinha, porque envolve questões de segurança, navegação, o Departamento Hidroviário no Estado de São Paulo, e a geradora no caso a (...) Tietê, criava-se uma onda artificial, aumentava a sua geração, passava-se comboio, ele seguia o curso, isso foi possível até que chegou ao limite de que não tinha mais água, não é? Nem para geração, nem para navegação. E uma outra coisa importante. E, aí, foi interrompido esse trecho por questões de segurança à navegação mesmo, decisão da Marinha do Brasil, porque acima de tudo não pode colocar em risco a segurança da embarcação. Outro ponto importante, o trecho à montante permaneceu normal, não teve nenhuma interrupção, o transporte de curto trecho, que envolve principalmente exploração mineral, areia, e etc., cana-de-açúcar, e o turismo permaneceu normalmente, não teve nenhuma interrupção. Agora, infelizmente, o transporte de longo trecho, que envolve, hoje, transporte de madeira para celulose da cabeceira do rio Tietê para a região de três lagoas, e o retorno com grãos, realmente ficou interditado por conta da restrição. Está ok? Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Obrigado, Wagner. O próximo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (ABRAGE) – É celulose, para celulose, sentido montante, ou seja, para Foz, e retorno com grãos, Centro-Oeste.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Ok. Cristiane. Eu vou passar os cinco que estão inscritos aqui, daí o Rui pode comentar, se quiser.

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Eu tenho duas perguntas para a gente tentar aproveitar a experiência, e de repente melhorar nossos parâmetros de projetos ou mesmo normas. Hoje, a gente trabalha, então, com índice de falha aceitável de cinco por cento, na maioria dos projetos, e a gente viu que para São Paulo, essa probabilidade de falha não está sendo mais aceitável, até porque enfrentou a falha. Então, que índice vocês acham que seria aceitável de falha? E, vocês acham que isso varia em função do número de consumidores atendidos, outra coisa é o controle de pressão, também foi uma fala, ele veio para ficar, especialmente por causa do índice de perdas.

Bom, a gente sabe que se a pressão é muito alta vai romper rede, vai ter vazamento, e quanto maior a pressão maior a vazão que sai pelos vazamentos, só que a gente tem um índice, a gente tem uma faixa prevista em Norma, que é de cem quilos pascal na pressão dinâmica, a mínima, até 500 quilo pascal na pressão estática. Então, primeiro, a SABESP operava fora dessa faixa de pressão, ou não, verificou que a operação de 500 quilos pascal estática é muito elevada? Então, assim, se eles fizeram algum estudo sobre isso, e teriam alguma contribuição a passar para gente.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –
Obrigado, Cristiane. Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e o Turismo) – Bom dia. Rui, eu vi a apresentação, achei bem detalhada, mas eu vou me ater a dois pontos, você falou no que toca as perdas, que não se usa o percentual, está se usando um outro índice de litros não sei o quê, eu acho que o percentual é uma visão rápida, que dá uma sensação, dá uma conotação rápida de eficiência da empresa responsável pela distribuição, e essa outra, me parece que põe, assim, uma nuvem em cima para você saber se é bom, se é ruim, se está havendo falha ou não. Se você pudesse explicar esse critério, e trazer para termos percentuais o atual índice de perdas da SABESP, eu agradeceria. Uma outra questão, que durante essa crise, o Conselho Nacional, ele ficou ao largo da discussão dos problemas, muita gente... Muita gente foi envolvida, se criou grupos, comitês, e todo mundo era... Queria resolver o problema, eu acho que também na crise essas coisas acontecem, mas eu queria saber com relação ao Conselho, o que o Conselho, hoje, pode fazer para ajudar a resolver o problema. Você falou que havia projetos que o Governo Federal ficou de financiar ou de apoiar no Estado, que iriam ajudar a resolver a crise, e que até agora isso não se mexeu. Quer dizer, aí eu te pergunto, será que o Conselho não tem como ajudar vocês a resolver esse problema. Então fico por aqui. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –
Obrigado, Fernando.

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – Bom, eu entendo que uma fala como a do Rui, aqui dentro dessa Câmara, ela serve para não falar exatamente sobre o problema criado, mas o que podemos tirar de lição dessa situação. No caso de a navegação ter sido afetada, ela fere um dos artigos da Lei, porque o Art. 15 diz que a navegabilidade deve ser mantida, e isso leva a preocupação do Wilson também, que é como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos se envolve. Eu, particularmente, entendo que nesse momento, aproveitando a crise de São Paulo, o Conselho deveria dizer: olha, realmente nós não temos condições, os comitês não têm condições de fazer a gestão de crises nesse processo. Colocar a questão das contingências

nos planos de bacia, significa que a gente está trazendo para os comitês uma competência que eles não vão conseguir ter, não é um tempo que um Comitê possa ter, então eu já propus isso, vou continuar insistindo nesse processo. Nós temos que separar dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos, na nossa faixa, a nossa vazão de permanência, aonde nós atuamos, passando de uma certa vazão, nós não temos condição de atuar, o sistema não tem agilidade suficiente, tem que ser instalado um gabinete de crise para fazer isso. Então, se nós fomos debater dentro da CETAP uma proposta para definir o arranjo dos recursos hídricos em momento de crise, eu acho perfeito, que se a gente for tentar trazer para o arranjo, a situação que o Rui, de repente chegou alguém da ONS e diz vai ser assim ou vai ser assado, a SABESP diz que vai ser assim, ou vai ser assado. Onde ficou o PCJ nessa conversa? Ele opinou exatamente se ele iria permitir a transposição ou não? Como ficou o Paraíba do Sul, a guerra entre os estados? É justamente isso que nós não conseguimos nos enxergar, o sistema de recursos hídricos não vai ter essa capacidade de dizer: “não, essa água aqui pertence ao Comitê do Paraíba do Sul, e contém uma crise nesse processo”. Então, existem situações onde a Política Nacional de Recursos Hídricos, ele diz assim: “não faz mais parte de mim, entrou numa situação que eu não tenho condições de fazer essa gestão, tanto na estiagem, quanto nas cheias severas”, isso é outra coisa, não é gestão de recursos hídricos mais. Por isso que a gente olha os planos de bacia e diz que está tudo bem na média, porque esse é o nosso campo de atuação, os extremos não fazem parte de nós.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –
Obrigado, Fernando. Débora.

A SR^a. DÉBORA CALHEIROS (FONASC) – Oi, Débora Calheiros, eu sou da região da bacia do Alto Paraguai, e sou especialista em limnologia, ecologia de rios, e com mestrado lá em São Carlos, (...) na Engenharia Civil. Então a questão que eu ia colocar é justamente isso, eu sou da região de Piracicaba, e essa questão do papel do PCJ e das instâncias federais, isso é importante porque na época, na hora da crise, São Paulo, a grande região metropolitana tem prioridade total, então isso está tendo, e teve outros grandes problemas nas cidades menores, como Itu, etc., foi drástico o que aconteceu lá. Então, a minha pergunta, que eu acho que é nosso papel perguntar, desculpe, eu estou aqui como Sociedade Civil, como FONASC, e atuo também na Universidade Federal de Mato Grosso, mas estou aqui como FONASC, a minha pergunta seria, qual o papel da privatização da SABESP nessa questão de falta de efetivação, porque o senhor mostrou muito bem ali que havia planejamento, mas não um planejamento de crise, envolvendo questões de eventos extremos, como já está se falando sobre a questão das mudanças climáticas há muitos anos. Então, qual foi o papel da não priorização da implementação dessas ações previstas, pelo menos das que já estavam previstas, nessa questão, porque o que eu li muito sobre essa questão, eu dei aula para os meus alunos relacionados a essa questão da crise, e eu vi que a questão da gestão, da priorização de dividendos para os acionistas tirou dinheiro dos investimentos

necessários para a maior megalópole da América do Sul. Então, alguma coisa teve de errado aí. Qual seria o papel dessa questão da privatização. A outra questão, como eu sou da área ambiental, de colocar questões ambientais, as perdas enormes que temos no País, perdas comparáveis países do Terceiro Mundo, nós somos do Terceiro Mundo, mas comparáveis a países piores na questão de gestão, que, por exemplo, na África. Então as nossa perdas, as perdas de São Paulo são altíssimas, as perdas no abastecimento, e também a não conservação mínima e básica das áreas de recarga e das nascentes, então isso também foi muito discutido pelo menos nos grupos que tem essa conotação ambiental, e não apenas hidrológica. Obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Tem mais duas... Tem mais gente. Então vamos fazer o seguinte, por favor, Rui, responde ou comenta rapidinho, por favor, o que o pessoal fez, e depois tem o Jefferson e o Alan. Está? E, aí, só... E a Jussara. Vai ter a Cristiane primeiro, depois o Clímaco, depois o Jefferson, depois a Jussara. Mais alguém? Não. Então a gente encerra por aí.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Bom, vamos tentar aqui ser telegráfico. Wagner, obrigado pela complementação, correto, a obra está em andamento lá, também não sei se ela resolveria tudo, mas mitigaria. E de fato houve as descargas como ondas que também mitigaram até onde foi possível. Ok. Cristiane, olha essa questão do risco, ela é praticamente uma decisão política, é quanto você está disposto a investir, lá se decidiu que precisava diminuir esse risco, hoje, pelas obras que estão em andamento, nós estamos diminuindo esse risco para 2% na região metropolitana, de cinco que era, o cinco, ele é um padrão, mais ou menos aceito para o setor de abastecimento público, 10% é para a indústria e 20% para o setor de irrigação. Então, são esses índices que nós adotamos no Plano da Macrometrópole, documentado lá no Plano, são esses índices que nortearam todas as simulações que foram feitas. Tanto que o Plano da Macrometrópole, as simulações... foi muito curioso, porque nós terminamos, foi um plano que foi interrompido no meio, durou cinco anos, mas era para durar dois anos, ele foi interrompido e, depois nós concluímos em outubro de 2013, fizemos seminários, e nos seminários se mostrou simulações do que aconteceria em São Paulo, em Campinas, se repetisse a seca de 1953, que era o pior histórico. E, aí, já era uma catástrofe, aí veio algo muito pior, quer dizer, é até irônico, mas, em termos do que a questão de número de pessoas versus riscos, não tenho condição de responder essa pergunta, eu acho que cada caso é um caso, e depende muito de uma análise de custo-benefício, eu acho, porque você tem... O setor de saneamento principalmente nos municípios médios e pequenos, ele é muito debilitado, pouco, eu acho, assim, não se dá a devida atenção e profissionalismo, os municípios não tem equipe, e vai levando, mais ou menos, então não tem o engenheiro nem para cuidar das coisas, pega o dinheiro, o prefeito pega o dinheiro, bate a fotografia, assina o convênio, e até inaugura a obra, não tem um operador capacitado, o País está jogando dinheiro fora. Pressão, maior vazamento, índice... Olha, a SABESP, ela obedecia a norma

1224 sim, você tem que... Eu não sei em Pascal, vou falar em MCA. Então, ela tem
1225 que fornecer, se não me engano, no cavalete, ela tem que ter, se não me
1226 engano, são quinze MCA, ou dez MCA, é dez e quinze, e ela fornecia. O que
1227 acontece? A população de baixa renda não tem caixa d'água, aliás, e, nem
1228 deveria ter caixa d'água, isso só no Brasil que tem esse negócio de caixa
1229 d'água, né? Porque já há uma insegurança cultural do sistema de
1230 abastecimento, mas ela fornecia e por alguma razão a pessoa morava, vamos
1231 dizer, precisava levar água mais alto e não tinha, essa é a explicação sem
1232 prejuízo de alguns pontos localizados que de fato tiveram problemas, mas ela
1233 garante, está nos documentos e que ela atendia a norma sim, tá? Wilson, olha,
1234 você tem razão, eu também acho muito mais simpático o índice percentual,
1235 mas essa é uma polêmica e a própria agência reguladora até o ano passado
1236 trabalha-se, inclusive nos relatórios internos para a questão de distribuição do
1237 PPR em percentual, mas em comum acordo com a agência reguladora está
1238 adotando isso que, segundo consta é aquele IW não sei o que, no IWR, IWRH,
1239 a associação internacional recomenda, tá? Para a população o percentual eu
1240 acho que é mais adequado, mas eles dizem, os especialistas na área, dizem
1241 que há algumas distorções. Em termos percentuais hoje, a Sabesp perde em
1242 termos totais 30% (trinta por cento), perdas físicas e financeiras. A perda física
1243 está na ordem de 19% (dezenove por cento) e a perda financeira 11% (onze
1244 por cento), essa perda financeira é em função de fraudes, em funções de
1245 ligações clandestinas, dos gatos e etc., quer dizer, na verdade, não é uma
1246 perda... alguém está usando essa água, tá? Se você olhar, na Europa é 16%
1247 (dezesesseis por cento) tá? Isso é uma falácia dizer que São Paulo está acima,
1248 se você pegar os indicadores, todos os relatórios que tem aqui o pessoal do
1249 planejamento vai olhar PNAD, vai olhar o que você quiser, a diferença dos
1250 indicadores do saneamento em São Paulo para o resto do Brasil é abissal, é
1251 absurdo, tá? O quê que o CNRH pode fazer? Olha, eu acho que todo sistema
1252 de gestão, eu acho que tem que pensar sim em eventos críticos, agora, uma
1253 coisa é, bom, pensar em eventos críticos, mas diretrizes para isso, estabelecer
1254 conteúdos, porque nós já temos aí vinte e tantos anos de funcionamentos de
1255 comitês estaduais e do sistema nacional 20 anos, está certo? Mas é muito
1256 lento o aprendizado nisso, nós fizemos um monte de plano lá que era um
1257 monte de papel, se esses planos não servirem para atuar, é um desperdício,
1258 embora seja muito interessante do ponto de vista social e sociológico toda
1259 discussão que a gente faz, mas é preciso dar um retorno para a sociedade
1260 prático dessas coisas, que o Governo... os projetos a financiar, na verdade, aí é
1261 um embate muito mais político, tá? No momento “olha, vem aqui que tenho, foi
1262 para o jornal, apareceu e não sei o que” tá? Nós trouxemos os projetos, para
1263 vocês terem uma ideia, nós trouxemos a transposição Jaguari-Atibainha, nós
1264 trouxemos estações de reuso, nós trouxemos as barragens pedreira e duas
1265 pontes, nós trouxemos uma adutora emergencial para Campinas, nós
1266 trouxemos até aproveitamento do Aquífero Guarani, pessoalmente, eu que
1267 escrevi esse projeto, nem sou um especialista em ‘água subterrânea’, mas
1268 pessoalmente isso foi embasado no estudo do pessoal do Instituto de
1269 Geociências, mas pessoalmente é uma ilusão porque você tem uma
1270 disponibilidade lá, só que tem que transportar essa água para o centro de
1271 consumo, aí o negócio fica inviável, tá? Então nós trouxemos todos esses
1272 projetos, apresentamos lá, veio uma equipe, apresentamos lá no Ministério do

Planejamento, o Ministério das Cidades e etc., mas eu acho que essa questão dos projetos é uma questão muito mais política, agora, o importante é ter projetos, tendo recurso ou não, a gente não tem uma cultura de ter projetos, a gente faz no afogadilho, faz conforme a necessidade, esse é um problema sério. Fernando, você é um cara realmente... eu te revi lá no Rio e você é um cara realmente contundente e coloca as coisas, e você é, vamos dizer, um prato cheio para polêmica, né? Então eu vou me permitir discordar de você, eu acho que os comitês e etc... e não é o contrário do que eu falei, os comitês tem um papel na crise, mas esse papel é muito antes da crise, na crise eu concordo com você, ele não é o locus para o comitê de crise, crise existe tomada de decisão, agilidade e responsabilidade, se você tem que tomar decisão, responder por ele, tá? Não pode ser uma responsabilidade diluída, agora, se o órgão gestor tiver cenários de crise, uma contingência que não é para o setor de abastecimento, não é para o setor hidrelétrico, não é para o setor hidroviário, cada setor tem que fazer o seu plano de contingência, com a sua linguagem com as suas informações. O setor de recursos hídricos tem que ter uma contingência que é da questão das incertezas hidrológicas, e dos eventos críticos, então aí... e impor programas para o setor fazer, impor, assim, prevê programas para os setores fazerem. Aquele desenho que eu mostrei ali das faixas de inundação ao longo do curso d'água não precisa estar no plano aquilo, mas tem que estar indicado lá para ser feito, como um projeto a ser feito, tá? Débora, olha, o papel... eu falo com muita tranquilidade do PCJ, eu coordenei a instalação do PCJ, eu fui Secretário Executivo durante sete anos e meio lá, me mudei para a região em função do Rio, em função da coisa, e é realmente apaixonante, e não tem como você instalar com a cultura, com toda aquela força, e todo mundo que tem o Rio que passa dentro sabe o que isso é importante, e aquilo impregna, e eu falei muito tempo que São Paulo roubava água de Piracicaba e etc., passado os anos, a gente vai criando cabelo branco e amadurecendo também, eu acho que aquela fotografia do final é que ilustra isso aí. O CEIVAP tem no seu *banner* de bandeira a ideia do compartimento também, e o Fórum Nacional das Águas qual é o tema dele para o mundo? É compartilhar água, então a crise, eu discordo de que na crise a prioridade era a região metropolitana, sempre foi garantida as vazões mínimas e nenhum dia... Campinas sofreu muito menos com a crise do que São Paulo, foi garantido vazão lá para as captações, então existe também uma questão que é política, quer dizer, é importante eu dizer que... então isso faz parte do embate, tá? Agora, a questão da privatização sabe, eu não vou entrar aqui na questão ideológica, mas eu acho que é um conflito cognitivo de falta de conhecimento, primeiro, dividendos para os acionistas deixaram de balela, mentira, isso é cortina de fumaça, eu disse aqui, se não fosse a Sabesp ser uma empresa robusta não teria a capacidade de enfrentar, se não fosse a Sabesp uma empresa com ações... é uma questão ideológica, eu acredito o seguinte, se eu tenho a capacidade de captar capitais e pagar esses capitais eu faço as coisas, a Sabesp não depende um centavo do Governo de Estado, sabe quanto nessas obras todas tem de dinheiro de Governo de Estado? Zero. Vai em qualquer outro Estado e eu ia te dizer o que ia acontecer, uma catástrofe, porque estão falidos, os Estados, e as companhias são débeis, salva algumas exceções, tá? Então, eu não vou entrar aqui, mas é uma questão legal, vivemos em um País do Estado de direito, se você gera lucro a lei define que

1322 você tem um percentual para dividendo, senão que remuneração que aquele
1323 capital que foi colocado lá teria? Isso é uma questão pura e simples, A mais B,
1324 2 mais 2 são 4. Perdas enormes, São Paulo altíssimo? Balela. Estude, vá ver
1325 os números.

1326
1327
1328 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*
1329
1330

1331 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP)** – Em termos totais 30% (trinta por
1332 cento), mas uma parte é perda financeira que é da ordem de 11, pode ter uma
1333 variação aí, algum delta aí que eu esteja desatualizado, mas ordem de
1334 grandeza é 30 dos quais 11 é perda financeira e 19 perda física. (...) de
1335 recargas em nascentes, é importante discutir isso viu Júlio? Muito importante.
1336 Eu sou fã da preservação de nascentes, do reflorestamento de matas ciliar, da
1337 contenção da erosão, e elas são importantíssimas para a contenção de erosão
1338 e para a melhoria da qualidade de água, isso tem trabalhos e trabalhos sobre
1339 isso. Agora, árvore não gera água, tem professores aqui, certo? Faz o balanço
1340 hídrico evapotranspiração, ela é maior do que a infiltração. Então, isso é outra
1341 bandeira que muita gente vai, mas veja, precisamos plantar árvores e proteger
1342 as nascentes, eu sou parte e cuido da gestão do Fundo Estadual de Recursos
1343 Hídricos, a gente faz muito projeto nessa área e é uma prioridade, agora, não
1344 vamos desviar as coisas, aqui é um plenário de técnicos e a gente tem que
1345 colocar as coisas corretamente.

1346
1347
1348 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Agora,
1349 eu vou passar para o... cadê a lista...?
1350

1351
1352 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP)** – Júlio eu só vou pedir, eu tenho mais
1353 10 minutos, tá? Por conta daquele meu horário, 10 ou 12.
1354

1355
1356 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Está
1357 bom, então vou pedir para o pessoal ser mais rápido, por favor, porque tem
1358 cinco aqui inscritos, e você também. A Cristiandrea, por favor.
1359

1360
1361 **A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC)** – Bom dia, eu sou a
1362 Cristiandrea Ciciliato, sou do FONASC, sou bióloga especialista em educação
1363 ambiental e recursos hídricos, sou de São Paulo. Primeiramente eu gostaria de
1364 dizer, segundo George Orwell que escreveu o livro *1984*, ele previu que todos
1365 nós estaríamos sendo vigiados, ou seja, qualquer um poderia estar com uma
1366 câmera agora e fazendo uma filmagem, no entanto, como eu estou com um
1367 pedestal isso pode ficar um pouco mais visível, então eu peço a todos se eu
1368 poderia estar fazendo a filmagem da minha fala e consequentemente poderia
1369 pegar alguém, tudo bem?
1370

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – O que acontece é o seguinte, eu estava junto aqui com a Liliane e nós estudamos um tempo nos Estados Unidos e eu lembro que na minha classe lá quando teve a filmagem da NBC lá precisávamos assinar, todo mundo precisou assinar um papel que permitia ser filmado, porque, enfim, como estava sendo filmado, eu falei “olha, eu ia avisar vocês” por isso que eu perguntei ali, está sendo filmado porque, às vezes, né? Então é isso, não foi... é só para deixar avisado.

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Não, não, eu entendo. Eu só justifiquei porque o fato de ter um pedestal fica um pouco mais visível, mas eu acho que todo mundo entendeu, e com todo respeito em questão de ética, tudo bem para todos? Tá, ok. Então continuando aqui, eu gostaria de saber na apresentação, esses bônus em relação ao consumo ele foi diferente para diferentes classes sociais? Foi diferente? Ou todas as classes tiveram o mesmo bônus? E outra questão é em relação ao reuso, o reuso ele teve um processo de conscientização dessa população? Porque segundo os dados, o índice de dengue aumentou drasticamente em relação ao reuso por falta de um trabalho de conscientização antes dessas formas, e afetou as pessoas que essa crise... e emendando a pergunta, essa crise afetou quem? Quem foram os realmente afetados em relação à crise hídrica? Outra pergunta é em relação ao Rio Itapanhaú, essa obra de transposição do Ribeirão do Sertãozinho, um dos principais afluentes do Rio Itapanhaú, essa obra vem sendo cogitada desde meados de 2015, há muitos argumentos que essa obra pode causar um grande impacto ao ecossistema a longo prazo, gostaria de saber se houve um estudo em relação a isso? E outra coisa seria, como eu sou do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018, nós estamos propondo alternativas, ou seja, quais são ao longo da história, quais foram os prejuízos com as transposições que já aconteceram? Será que existem alternativas viáveis, nós já estamos no século XXI, acho que podemos pensar um pouco mais em relação a isso, em relação a essas obras, e em relação ao plano, existem alternativas sustentáveis baseada nessa transposição em relação aos desastres que já aconteceram ao longo da nossa história? Então, seria isso.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – De que plano você está falando?

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – O Plano Nacional dos Recursos Hídricos. Já tinha previsto? Eu gostaria de saber.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Continuo não entendendo a pergunta.

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Bom, ou seja, para ficar um pouco mais claro, como eu sou do Fórum Alternativo Mundial da Água, gostaria de saber se existem alternativas que não sejam essas que estão sendo

colocadas como transposição que vai causar grande impacto ao ecossistema, e se existe estudo em relação a essas transposições? Seria isso, obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Ok, obrigado. Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria cumprimentar o companheiro que fez essa palestra, foi muito elucidativa porque fez uma macro análise, assim, mais sistêmica em cima de todos e várias variáveis que compuseram o problema, contudo, eu queria ouvir duas coisas, qual é, e como a gente está focado atualmente na questão das hidrovias porque enquanto segmento aqui na política de recursos hídricos a gente teve muita sensibilidade ao problema do desemprego lá no Tietê, foi terrível, a cadeia produtiva da hidro navegação e do setor agronegócio, na verdade, todo mundo manteve uma taxa de acumulação de capital e o seu padrão de reprodução de capital, mas o desemprego foi muito marcante na região que tinha diretamente vibração com o sistema de produção, o sistema de trabalho da hidrovia, isso deixou a gente um pouco preocupado depois que chegou a nós através de sindicatos de trabalhadores, de pessoal assim, então a gente entrou nessa discussão por conta desse problema e cumprimos nossa missão no sistema, levamos isso também lá no Comitê do Paranaíba, então hoje isso é uma questão que chama atenção porque não é interessante que tenhamos que enfrentar nova paralisação da hidrovia ou então trabalhar com modelos de hidrovia que gere novos problemas. Então eu queria pedir ao companheiro se ele poderia dar sugestões, já que a gente está nesse campo de achar solução, qual é a capacidade técnica, a capacidade institucional e legal do conselho, que sugestões você daria pra gente conseguir criar diretrizes dentro da competência do Conselho Nacional em relação a esse assunto? Então basicamente é isso, e por fim eu ouvi, eu senti talvez por falta de conhecimento ou convicção e princípio, que não se pode fazer muita distinção, cada dia que passa eu não vejo nenhuma... eu não consigo acreditar e levar muito a sério essa distinção entre técnica e política, a única técnica que eu realmente acredito é aquela que diz que 2 e 2 é 4, então você não pode mudar a matemática, porque a matemática é matemática, você não pode pegar um fenômeno e mesmo que você transforme ele em uma metodologia científica, em uma regra matemática, ainda assim nós corremos o risco quando a gente trabalha com fenômenos da natureza de termos variáveis novas, né? Depois eu acho que a própria crise de São Paulo teve uma didática muito importante e ao mesmo mostrou que a cadeia de fatos, como foi levantado a crise de 53 né? Tudo isso ficou insuficiente a luz do potencial que a natureza tem, do poder que a natureza tem a luz da nossa caverna de Platão, não sei se vocês conhecem o mito da caverna do Platão, mas tem hora que eu me sinto dentro do mito, dentro da caverna, então eu não confio muito nessa teoria de técnica e política separada, então separado o político termina justificando uma coisa que, às vezes, a técnica não se justifica, estou falando isso porque eu não consigo também entender que em uma situação de prioridades você tenha que tentar lucro em cima de uma situação de crise, então isso não é uma questão só de

moral também, é uma questão moral entre ética, por fim, qual é o conteúdo que se tem colocado? Eu vi uma entrevista do Presidente Jerson Kelman da empresa Sabesp que ele fez uma narrativa, até me surpreendeu porque eu nunca tinha visto antes ele levando em consideração a questão da Amazônia, era um potencial produtivo da questão das chuvas, quer dizer, ele teve o olhar ecológico sobre essa questão de mudanças climáticas, então qual é o nível do estado da arte do entendimento disso na concepção de soluções para a questão de crise hídrica, o que foi aprendido disso porque, às vezes, a gente demora muito de sair do discurso para a prática, né? Tudo isso é muito lento. Eu agradeço a atenção.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –
Obrigado Clímaco. Jefferson

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Bem, bom dia novamente...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –
Desculpa Jefferson, não é nada contra a sua palavra, estou falando geral, o Rui tem que pegar um avião, então pra gente... por favor, Jefferson.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Aquela intervenção que eu fiz, tá? Só uma coisa, indo ao encontro do que o Clímaco falou, não sei se você está sabendo que vai ter esse Comitê, esse GT – Grupo de trabalho sobre a hidrovía Tietê Paraná lá no Parnaíba, e a UNESP faz parte disso e também em uma das falas do Rui ele falou o seguinte, quem pode manda, e o ONS mandou, como também mandou fechar a comporta para poder encher o lago de Ilha Solteira para logo em seguida fazer a privatização, não é? Isso é em três meses ficou com a vazão muito reduzida das comportas à noite, e esse lago conseguiu ter uma recuperação muito boa, até a gente tinha conversado isso Clímaco no passado que foi um acordo entre ONS com a ANA para poder fazer isso, então a gente queria saber a contribuição do Estado de São Paulo, porque agora a (...) não existe mais praticamente, e como é que a gente vai fazer isso nos Comitês de Bacia para tentar melhorar essa situação, só isso. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –
Obrigado Jefferson. Alan.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Alan, da Agência Nacional de Águas. Eu queria falar brevemente só parabenizar de novo pela apresentação do Rui, eu acho que foi muito elucidativa, é importante a gente aprender com essas lições dessas crises para que a gente avance no nosso sistema, dizer que eu

concordo com nosso Presidente, e discordo com algumas opiniões aqui, eu acho que a gente precisava aproveitar as crises para avançar no nosso sistema de gestão para a gestão de crise, quer dizer, isso faz parte de gestão de recursos hídricos, não dá pra gente ficar só na normalidade, e dentre as diversas sugestões aí que o Rui colocou tem essa questão dos planos de bacia ter plano de contingência, definir prioridade de uso da água e etc., mas tem um ponto que é um pouco mais polêmico e eu queria perguntar de uma forma bastante transparente pra gente refletir um pouco mais sobre o papel do arranjo institucional durante a crise, a gente ver que no Estado de São Paulo e em outros estados também, há um movimento direto, por exemplo, do chefe do poder Executivo local, do Governador do Estado diretamente envolvido na crise, ontem a gente estava tendo uma reunião com o Ceará, com a (...) gerenciamento da crise também lá é um pouco a mesma lógica, quer dizer, o gabinete de crise se dá dentro do Governador, dentro do Gabinete do Governador, ele é envolvido nesse processo, né? Qual a sua opinião sobre isso, você acha que isso é bom? Isso ajudou no processo ou isso é ruim? Isso poderia ser evitado? Isso não dá para evitar de nenhum jeito, ou seria melhor o nosso sistema ter um arranjo institucional específico para a crise? Um outro exemplo é a questão do Supremo, né? Quando vocês propuseram a transposição para fazer o acordo entre os três Estados acabou tendo-se que recorrer ao Supremo Federal para ter o arranjo, será que o nosso sistema de recursos hídricos não conseguiria fazer essa articulação entre os interesses ou realmente a gente tem que recorrer a essas outras instancias? É só sua opinião um pouco, pra gente refletir um pouco sobre isso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Obrigado Alan. Agora encerrando com a Jussara, depois o Rui, por favor, responda.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu sou a Jussara, peço desculpas por ter chegado um pouco tarde, mas eu fui em um compromisso lá na ANA antes e perdi infelizmente parte da apresentação do Professor, mas eu peguei a parte final que é bastante importante pelas observações de como fazer plano, que nós estamos trabalhando aqui no conselho com duas Câmaras a de Plano e a de Outorga, trabalhando justamente prioridades de outorga e eu acho que esses aprendizados todos de São Paulo, com certeza devem ser considerados nesse trabalho, que está entre finalizar e reavaliar, enfim, e talvez ainda falta um pouco de amadurecimento, mas, enfim, é bastante importante principalmente a observação de que nos planos tem que ter contingência, né? Eu achei isso realmente um item bastante importante para ser repassado, não é uma pergunta, é só esse comentário. Obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Rui.

O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) – Vamos lá. Cristian, olha, a questão do bônus se você perguntar evidentemente, todos são iguais perante a lei, tem que ter isonomia, então não houve uma classe social que tivesse um bônus diferente, o que ocorre é que a tarifa ela é escalonada por faixas, então tem a tarifa até 10 metros cúbicos que você tem um custo, você tem outra faixa de consumo de 10 até 15 se eu não me engano, e assim por diante. Então, cada faixa tem um valor por metro cúbico, e o bônus ele era em relação ao próprio consumo, então você não tinha um bônus específico para determinada classe social, tá? Só que o resultado disso era função do próprio consumo e daquilo que cada um já pagava porque era em relação a própria média. Reuso e orientação, de fato nós temos aí um problema em tudo, porquê que a gente poderia falar, por exemplo, na crise teve gente que foi levado a armazenar água e armazenava água de uma forma temerária sem cobrir e etc., vinha mosquito depositava e etc., é do mesmo jeito que agora a gente tem o problema da febre amarela, então isso vai muito do grau de informação que se tem, se as campanhas ou o nível de informação foi suficiente ou não é claro que sempre pode melhorar, mas do ponto de vista geral isso é falado, acho que a educação ambiental é importante para chegar às pessoas de uma forma geral no sentido de levar conhecimento e mudar comportamentos, agora, é impossível você garantir em um trabalho de massa e em uma metrópole que tudo saia perfeito, mas é um ponto de programa que eu acho que deve ter sempre a gente... e eu acho que é uma das funções aí da educação ambiental, essa de levar conhecimento e mudar comportamentos. Crise afetou quem? Eu acho que a crise afetou todo mundo, em graus diferentes, como sempre, a gente sabe que a criança ela aguenta bem uma febre de 40º, o adulto se dana com 38º, então eu acho que a crise é mais ou menos isso também, os que estão mais vulneráveis sempre sofrem mais, isso não tem o que fazer. O Itapanhaú é um debate interessante, conheço essa tese, sou Conselheiro do CONSEMA também em São Paulo, estava na reunião quando foi apresentado, tem artigos, tem, inclusive manifestações da área da baixada que evidentemente são todas legítimas, mas uma preocupação de que essa água ela será tirada do eco... vai diminuir a vazão do ecossistema lá da região de Bertioga onde desagua o Rio Itapanhaú. Como toda obra, é feito um estudo de impacto ambiental, então há programas para monitorar isso e dentro do nível de conhecimento que se tem, se fez esse estudo, e se licenciou a obra com a devida cautela e com os programas de acompanhamento, aí você diz “mas no longo prazo vai acontecer isso” baseado em que? Então, nós temos que agir cientificamente, agora, se ocorrer um fato em qualquer coisa, quer dizer, a minha mãe ela fez uma cirurgia há 50 anos atrás, uma cirurgia de úlcera, o médico foi lá e fez, 40 anos depois surgiu um câncer, e foi dito que a técnica cirúrgica ela causava o câncer, e ela veio a falecer rapidamente, eu vou dizer que aquele médico a matou? Ele fez o melhor que ele podia com o conhecimento disponível naquela época, e nós temos que fazer o melhor disponível, agora, não dá para parar o mundo por conta de suposições, e se constatado, temos que ter a decência, a prudência e a ética de mudar. Então, a questão é essa, alternativas da transposição, transposição é sempre um conflito, e a última das alternativas, mas em uma megalópole em que eu falei aqui qual que é a vazão mínima lá, e a vazão média também está longe daquilo e uma pergunta que vocês poderiam fazer e que é muito comum, é até se falar

na imprensa, pessoas até do meio técnico, São Paulo vive esses problemas porque os rios são poluídos, tem dois rios lá dentro da cidade, porque não aproveita aqueles rios para abastecer? Então essa é também a questão do conhecimento, primeiro que não são rios, são canais, são mais canais de drenagem do que rios, quem for ver as fotos antigas vai saber que o Rio Tietê e o Pinheiros eram Ribeirões, hoje eles têm aquela calha porque são canais de drenagem. Segundo, qual é a carga difusa que tem ali? Se tivéssemos 100% (cem por cento) de esgoto tratado, provavelmente eles estariam em classe 4, proibido para abastecimento. Paris e Londres não... Paris não capta do Sena e Londres não capta no Tâmesa para abastecimento, capta em outros lugares, então eu preciso ter um pouco de cautela para falar as coisas, e São Paulo não teve alternativas, pode melhorar as transposições? Pode. E nós temos que aprender, agora, uma água que está disponível de excelente qualidade e que não tem nenhum conflito de uso com ela, e o uso ecológico é uso, correto? Sem dúvida nenhuma, não vou aqui discutir, até o uso contemplativo, olha que bonito! É um uso, mas a gente tem que tomar decisões conforme a necessidade e com a devida cautela é impossível. Clímaco, a questão do impacto, do desemprego, acho que é aquele cenário de guerra, e o cenário de guerra há efeitos, se foi certo ou errado e etc., eu até carreguei nas cores aqui de quem manda e etc., de fato o setor elétrico ainda tem uma prerrogativa no nosso contexto por mais organização e enfim, mas se tomou aquela decisão e como foi colocado aqui pelo próprio, e eu não sabia que a própria Marinha para a segurança do transporte hidroviário, mas é uma consequência, e crise tem mil consequências, a questão de capacidade técnica e institucional, eu acho que tem toda, o CNRH capacidade técnica, não sei se são os melhores quadros do País que estão no conselho em suas Câmaras Técnicas, mas certamente têm pessoas que salvo provem o contrário estão de boa-fé dando o seu melhor, então há uma capacidade técnica lá institucional, ele têm prerrogativas, por exemplo, o conselho já estabeleceu numerosas diretrizes, por exemplo, para reuso, para outorga, então ele pode fazer diretrizes para os planos de bacia, pode, é prerrogativa dele, em São Paulo no Conselho Estadual nós definimos em 2012 conteúdo mínimo do Plano de Bacia, não fez? Perde ponto, não recebe dinheiro do FEHIDRO, eu não vou prender ninguém, não tenho esse poder, mas a gente ‘taca tinta’, então é criatividade buscar mecanismo, mas tem prerrogativas, claro, e institucional para provar. Eu falei de política e técnica, eu acho que, por exemplo, tem saído muito na mídia como é são os Países escandinavos, ainda ontem eu vi uma matéria sobre a Islândia que é onde as mulheres estão na melhor situação, em função do dia da mulher, estão na melhor situação do mundo, lá são dirigidos por mulheres, eles se sentem bem com isso, dividem as tarefas domésticas e etc., e eu costumo sempre dizer que o mundo não é perfeito, se nós vivéssemos no mundo perfeito... já vou responder o Alan também. Você teria todas as instituições fazendo a sua obrigação e o Governo antes seria uma rainha da Inglaterra, mas não é assim, por quê? E aí a culpa é de nós mesmos, até o rapaz que não está aqui hoje que ele é do Rio Grande do Norte, eu falei no Rio o Fernando vai se lembrar, a gente falou da questão política e ele falou “não, os políticos que estão lá são exatamente o que nós somos, eles são reflexo da gente” então não adianta querer pintar a coisa, porque quem modula e quem direciona o comportamento do político é a reação social e a mídia, eles agem

1663 conforme as pesquisas de opinião e enfim, mas essa coisa é complicada, então
1664 eu concordo, eu estudei para que 2 e 2 sejam 4, e se cada um fizer o seu papel
1665 na sua instância o mundo vai funcionar muito melhor, mas não é exatamente
1666 assim, não é cartesiano assim que o mundo funciona. Jefferson, eu não
1667 entendi muito bem, mas eu acho que você falou de como é que a gente pode
1668 contribuir para melhorar a gestão de reservatórios, né? Eu acho que os planos
1669 podem contribuir, dar diretrizes para isso, mas quem tem uma outorga ou uma
1670 concessão essa concessão ela tem que estabelecer um regramento, então tem
1671 um problema regulatório aí, e eu acho que os planos, eles precisam contribuir
1672 para melhorar a regulação, a ANA, por exemplo, ficaria feliz se tivesse lá na
1673 crise tudo estabelecido, ela só ia operar, o (...) também poderia operar. Os
1674 órgãos estão perfeitos? Não, aliás, um parêntesis, a ANA está muito à frente no
1675 País, e graças a Deus que a ANA foi estruturada e tal e tem o quadro de
1676 excelência, e está fazendo muito, pode ter problema aqui, pode ter problema ali
1677 e perfis de pessoas e tal, mas está fazendo. Os nossos órgãos gestores que
1678 começaram muito mais não estão no mesmo nível, então a gente tem que
1679 melhorar tudo isso. Essa questão de Governo eu acho que eu já respondi o
1680 porquê o Governador entra e etc., eu acho que é isso, veja, eu acho que de
1681 certa forma sim porque de qualquer maneira aquilo, a responsabilidade maior...
1682 a gente ver os filmes antigos quem é que vai na frente do Exército? O cara vai
1683 lá se expor, é ele quem vai responder, ele foi eleito, ele tem legitimidade para
1684 decidir, ele foi eleito, se ele errar, ele vai pagar o preço, mas ninguém pode
1685 discutir a legitimidade de alguém que foi eleito. Agora, pode ser que... e a gente
1686 se aterroriza de vez em quando, eu mesmo me aterrorizei em várias conversas,
1687 participei de algumas, mas é complicado para nós, quando... não sei se eu
1688 devia contar isso, mas no dia que foi tomada a decisão da transposição do
1689 Jaguarí para o Atibainha todos foram chamados no Palácio, Secretários e tal, e
1690 aquilo foi tomado com base em um plano, não foi da 'bolsa do colete' tinha um
1691 plano, discutido, público, e aí veio lá o marqueteiro e falou "olha, nós não
1692 vamos chamar isso de transposição" e o técnico que 2 e 2 são 4, eu falei "o
1693 Senhor vai colocar o Governador em uma tremenda saia justa" todo mundo
1694 sabe quase desde o primário que isso é uma transposição, se vai tirar de uma
1695 bacia e vai colocar na outra, para ele entrou aqui e saiu aqui e continuou
1696 fazendo as coisas lá, o Governador ligou, o Governador do Rio ligou, fez lá o
1697 que tinha que fazer, à tarde eu estou saindo do meu serviço e vejo uma
1698 entrevista no café do lado na televisão do Governador, ele estava mostrando lá
1699 na obra fazendo assim... aí eu falei "Como assim? Para mim é assim, e ele
1700 está fazendo assim" que vai e volta, ninguém sabia disso no meio técnico, está
1701 errado o que ele tomou? Ele nasceu lá, ele sabe qual que é o povo dele, o
1702 povo do Vale do Paraíba, eu também sei como é o pessoal do Rio, você pode
1703 discutir hidro logicamente se aquilo lá vai ter função, se não vai ter função, mas
1704 ele decidiu porque ele estava mitigando com o conflito, tá? Bom, então a gente
1705 não aceita inicialmente, mas com o passar do tempo, eu vejo que o cara que
1706 tem que tomar as decisões finais, agora, ele precisa ouvir os técnicos para
1707 tomar a decisão, mas eu acho que o eleito tem legitimidade para isso. Jussara,
1708 como fazer plano? A gente está aprendendo também, e eu acho que lá em São
1709 Paulo a gente fez muito, muito e não serve para nada, é para cumprir tabela e
1710 não sei o que, e quando o plano realmente estabelecer e os órgãos gestores
1711 utilizarem a gente vai dar causa e efeito para isso, e eles vão ter uma finalidade

1712 maior, não é? Acho que não adianta a gente querer ser imediatista e ser um
1713 aprendizado e vamos fazendo.

1714

1715

1716 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Rui
1717 como é que está o seu tempo?

1718

1719

1720 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) –** Tenho que sair.

1721

1722

1723 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Olha, a
1724 Débora ia...

1725

1726

1727 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) –** Eu tenho que embarcar 12h35, são
1728 10 para meio dia.

1729

1730

1731 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Então a
1732 gente fica na curiosidade, porque também eu acho que tem outras perguntas e
1733 daí depois vocês podem entrar em um outro momento. O Rui está sempre aqui
1734 conosco, tá?

1735

1736

1737 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) –** Isso também é cachaça, viu? Embora
1738 eu não beba cachaça, eu gosto de caipirinha, mas essa... pois é, eu sou meio...
1739 eu sou Goiano e minhas filhas falam que eu sou um Goiano falso, eu não como
1740 pimenta, mas Baiano gosta mais um pouco. Mas eu adoro também debater
1741 essas coisas, e a gente está sempre aprendendo também, tendo outros pontos
1742 de vista.

1743

1744

1745 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Está
1746 legal. Muito obrigado pela presença, eu acho que foi muito elucidativo, acho
1747 que todos nós aprendemos, acho que tiramos daqui algumas sugestões que eu
1748 achei importante que a gente discuta no Conselho, é claro que você como
1749 Conselheiro também vai ter a oportunidade de participar depois e apareça
1750 sempre aqui na CTAP (*Risos!*). Obrigado.

1751

1752

1753 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (CERH/SP) –** Valeu, tchau gente, obrigado.

1754

1755

1756 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Sim?

1757

1758

1759 **A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) –** Só fazer um registro que eu
1760 estava verificando a informação, oi? Não está gravando? Ah! Cristiane do

Ministério do Planejamento. Eu estava verificando que o Rui falou do apoio do Governo Federal que a solicitação do Governo de São Paulo foi 3,5 bi, então eu estava verificando aqui quanto que tinha sido o financiamento do BNDS que foi de 2,6 bilhões e o demais o Governo queria que fosse recurso do orçamento da União, nesse caso, a Sabesp 'super' aviltaria, todos os investimentos depois compõem e tarifa e o Governo acaba priorizando os recursos do orçamento da União para municípios que tem déficit maior que tem mais dificuldade de pagamento. Só para registrar.

[2:42:45] A SRª. DÉBORA CALHEIROS (Fonasc) – Eu queria registrar também a questão fundamental que é só pensar em aumentar a oferta, isso é o erro que eu considero o erro fundamental da Gestão de Recursos Hídricos, sim, e a questão da privatização foi uma discussão ampla na mídia, não é ideológica, é mídia de profissionais do jornalismo de alto gabarito, então é melhor pensar de outra forma.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Ok. Olha, o Rui sair, você falar sem ele poder se defender vai ficar ruim, por favor.

[2:43:31] A SRª. DÉBORA CALHEIROS (Fonasc) – Eu queria que constasse em ata a nossa posição de que a questão da privatização foi debatida amplamente na mídia e com jornalistas de alto gabarito com informações fidedignas de que a questão da previsão e de implementação de obras e de ações foi prejudicada por essa questão de garantir os dividendos para os acionistas da bolsa de valores de Nova Iorque, isso não deixa de ser técnico, né? Não é da área de hidrologia, mas é da área de economia e de planejamento também. Obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Bom, gente, o que a Lili está lembrando é que a ata, está sendo gravada, a ata vai fazer parte... Quer dizer, não precisa... A ata é só um resumo do que nós vemos aqui, mas o que está gravado faz parte... A ata é o que está gravado, e é apresentado o resumo aqui. Agora, é a transcrição mesmo, agora nem é resumo mais, é a transcrição do que foi falado aqui. Então tudo que está sendo falado, pelo bem, pelo mal, a gente precisa tomar cuidado aqui. Tudo bem. E filmando, então, porque quando não está filmando a pessoa pode dormir que ninguém percebe, muito pelo contrário, mas quando está filmando... Então, eu vou passar para o item posterior, eu vou fazer só uma introdução rápida, que eu já comentei. Teve o Projeto Legado que todo mundo conhece, que foi uma iniciativa da ANA, enfim, teve... Colheu informações, sugestões, informações muito ampla dentro da sociedade, na medida do possível, alguns não participaram, enfim, mas teve aqui. Então teve um processo de composição do que seriam as propostas, saíram proposta para resoluções do Conselho, para moções do Conselho, propostas de Decreto Presidencial, propostas de mudanças na Lei, até de mudança na Constituição, isso tudo foi depois de

diversas peneiradas que houve na Agência, ficou o documento final com 20 ou 19, nunca sei direito esse número, eram 20. Vamos continuar com o número 20, e a Agência encaminhou para nós aqui na Secretaria algumas sugestões de... Inclusive com sugestões de onde, qual Câmara Técnica deveria discutir ou poderia discutir o assunto. Mas, eram 7 ou 8 sugestões das 20, como o documento chegou também integral para a Secretaria, teve uma decisão de que todas as 20 seriam discutidas, seriam apresentadas para discussão, porque cabe pela Lei das águas, cabe ao sistema, ao Conselho, a gente discutir questões de ordem legal, coisas que diz respeito a recursos hídricos. Então não significa, é claro, todos nós já sabemos, significa que nós temos o poder de decisão de algo que deveria ser mudança de Lei, que não somos nós aqui, claro que no Congresso, ou seja quem for. Mas, a gente pode, como Conselho, como já aconteceu em diversas outras oportunidades anteriores, se o Conselho tiver... Concordar com o que está escrito, com o tema, ela faz uma moção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que eu creio que deveria ter um peso para os dirigentes ou para o próprio Congresso. Então essa é a ideia, e aquilo que for de competência nossa, resolução, moção não, mas resolução, a gente discute. Mas, de qualquer maneira, o que nós vamos fazer é apresentar, fizemos uma redistribuição, apresentar aquilo que a Secretaria-Executiva achou conveniente por cada Câmara Técnica e, aí, vai caber a nós aqui de cada Câmara Técnica dizer: não, isso a gente não precisa analisar, ou a gente precisa analisar, isso, depois, vai ficar em um relatório. Está bem, o que foi proposto é isso mesmo, vamos tocar em frente e, daí já sai até com uma proposta de moção do Conselho, se não for aquilo que não foi proposto, a gente pode... Aquilo que o Conselho não tiver de acordo, o Conselho pode propor uma redação diferente e, depois ter uma versão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pode ser também que tenha um outro tema que está sendo encaminhado para a Câmara Técnica, que nós chegamos: isso aqui não diz respeito a nós, tem um aqui que temos inclusive dúvida. Isso diz respeito a Câmara Técnica do Plano, se for o caso. Então, a gente passa ao Plano, ou diz respeito às duas. Mas, é fazer essa análise preliminar e dar o encaminhamento. Nós temos, já foi criado um grupo técnico que vai ser sobre a questão de sugestão para mudar a Legislação, nem é bem a Lei, a Legislação sobre a questão de barragens e, aí, vai ser feito, a Cristiane está coordenando esse grupo, nós vamos ter, à tarde, nós vamos pegar especificamente, tratar especificamente do que esse grupo poderia fazer, dar as diretrizes para esse grupo, e muito das propostas que vieram pelo Legado, nós, pelo menos, na primeira leitura nossa, nós entendemos que deveria fazer parte também da discussão desse grupo. Então, nesse momento agora, pegar esses diferentes temas que o Legado fez, discutir o mais rapidamente possível, quer dizer, sempre o juízo, mas que nós não vamos, hoje, discutir o conteúdo, porque não dá tempo, óbvio. Mas, vamos ver qual o encaminhamento que nós damos para cada um: “Então, está, isso aqui vai ficar na CTAP”, então na próxima reunião a gente vê como faz e discute na próxima reunião um programa. Isso vai para o Grupo de Trabalho, então o Grupo de Trabalho vai tratar, e “isso não tem nada a ver com a gente”. Então, se não tiver nada a ver com a gente, a gente já resolve, e nem mais toca no assunto. Então essa é a ideia que se tem desses itens quase todos, todos, não é? Do 4 ao 7. É, do 4 ao 7, do que a gente vai poder fazer com relação a esses temas todos. Então, vamos dar continuidade.

Então, era só para contextualizar a todos de como seria esse procedimento do 4 ao 7. Fala Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e o Turismo) – Só por uma questão de eu me organizar, e acho que todo mundo. São meio-dia, eu queria saber, nós vamos ficar com a reunião até que horas, vamos parar para o almoço, vamos voltar? Qual é a metodologia de trabalho?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não sei, fica a critério de vocês. Vocês querem parar agora e voltar uma e meia, ou avançamos um pouco mais, e...?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu acho que a gente já pega direto o assunto, mas tentar ser o menor intervalo, porque eu tenho que sair às cinco.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Continua, então?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Não, a gente para, almoça, e começa com o assunto novo, e, aí, a gente vai um atrás do outro, rapidinho, mas é ter um intervalo pequeno a minha sugestão.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Então, está bem. Então concordamos que voltamos a uma e meia. Uma e meia, a gente começa aqui. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. À uma hora, então? Então, está. Voltamos uma hora, e uma hora, a gente começa aqui.

A SR^a. DÉBORA CALHEIROS (FONASC) – Eu queria constar, presidente, na ata... Sim, mas é que eu não falei, só para não perder o tema, em relação a essa questão da crise hídrica de São Paulo, eu queria só manter um comentário, e queria que fosse registrado, que a crise hídrica foi extremamente grave, muito grave, com problemas, principalmente, nas classes mais pobres, que não tem sequer caixa d'água em suas casas, eu queria a atenção e vocês, por favor. Mas, eu estou falando. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. É melhor à uma hora? É que eu não fiz o comentário e queria colocar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. DÉBORA CALHEIROS (FONASC) – Sim, mas eu preciso em algum momento gravar. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Sim, mas é que as pessoas não foram educadas o suficiente, eu pedi um pouco de atenção, é que de um minuto e pouco, mas tudo bem.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu estou controlando bem. Nós tínhamos concordado que ia parar a uma hora, então nós falamos isso, e na hora que estava todo mundo levantando, ia colocar. Então, vamos controlar, como sugestão do Conselheiro Clímaco, vamos controlar bem. Vamos voltar à uma hora, e uma hora damos a palavra à Débora, em três minutos.

(Intervalo para almoço).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Bom, gente, a Débora queria fazer um comentário, não sei que tipo comentário, mas não está presente, nós não podemos esperar, nós vamos continuar e, daí, quando ela vier, depois, em um determinado momento aí, quando der uma folga, a gente passa para ela. Então, a ideia é aquela que falei antes, é a gente pegar, e analisar, e ver o encaminhamento que dá, se a gente continua discutindo aqui, se a gente acha que não precisa discutir isso. Está bom? Enfim, assim manda pela Câmara Técnica. Então, primeiro, Lili, eu estou aqui com três, eu acho que não estou com todas. Para que.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (MMA) – Porque o 4^o, ele é na verdade...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Esse aqui? Ah, ele vem com a minuta, está. Está bom. Então, como eu mencionei, a ANA encaminhou algumas coisas para nós, e outras nós pegamos além daquelas que foram encaminhadas pela ANA. Está? Então, esse Item 4, é essa proposta... Sobe, por favor. É. Coordenação regulatória... É bem aquilo que nós conversamos um pouco de manhã, pelo menos o nome em cima está bem... Coordenação Regulatória: momentos de crise hídrica. Então, a justificativa, aí, que foi colocada é que tem demonstrado limitações, o sistema, para dar resposta. É, foi bem o que nós discutimos aqui sem ter... Demonstrado limitações para dar resposta eficaz à sociedade brasileira em situações de grave crise hídrica. Aí, ele propõe a revisão da Lei de criação... Quer dizer, uma proposta, aí é outra coisa, a revisão da Lei da criação da ANA, ampliando as suas prerrogativas para a atuação e articulação com órgãos gestores estaduais em toda a extensão da bacia hidrográfica adotando medidas excepcionais por caráter integrado. Bom, para isso tem uma proposta, que nós vamos discutir aqui, o tema, isso aí... É uma alteração de lei, é alterar... Essa de proposta alterar a Lei 9.984, que é a lei da ANA. A pergunta é: esse tema... Eu acho que é, bom, depois eu dou a minha opinião, mas é

saber se esse tema é pertinente, a gente discute... Discute não, a gente deixa para discutir depois do decorrer das reuniões nossas. Então, pergunto, eu vou colocar da seguinte forma, quem acha que não é pertinente, por favor, se manifeste. Não significa que, volto a insistir, que a proposta que está aqui é a que tem que ser seguida, pode ser que, ou não ser seguida, pode ser que as pessoas achem que possam fazer de outra forma, não precisa ter lei, enfim, mas o tema, o assunto é este. A gente discute. Não hoje, claro, a gente discute primeiramente o tema. Está? Contanto que a ANA já deu uma adiantada, fez uma proposta, mas não necessariamente precisa ser a proposta que está aqui. Está? Algum comentário?

[0:03:29] O SR. NÃO IDENTIFICADO – A dúvida da pertinência, se cabe a essa Câmara ou a uma outra câmara, ou se a proposta é pertinente, só para...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não... Primeiro, se é pertinente, pertinente é essa Câmara, né? Se tiver a ideia de ter que ouvir outras Câmaras também, a gente coloca aqui agora e, depois, a gente vê como é que faz isso. É obvio que tudo isso aqui, mudança de Lei, vai tudo passar pela CTIL, a CTIL vai ser ouvida sempre. O Fernando primeiro e, depois o Jefferson. O Jefferson primeiro? Então está.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Jefferson Nascimento, OTEP, é o seguinte, nessa situação de coordenação regulatória em momentos de crise, parece uma coisa piegas que eu vou falar, mas existem crises e crises, eu acho que num primeiro momento, aonde você já nota essa crise, não chegar ao agravamento, porque um problema, ele começa pequeno e vai crescendo com o tempo, você mapear isso, quer dizer, quando vai ser tomada essa decisão?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Desculpa te interromper, Jefferson, mas, agora nesse momento, é tudo pertinente o que você está dizendo, nesse momento não vamos entrar nesse detalhe, porque depois a gente pode entrar, é se esse tema vai fazer parte da nossa programação da Câmara Técnica. Por isso que eu falei quem acha que não deve, porque eu tenho a impressão que todo mundo acha que deve, porque que eu falei quem acha que não deve, se manifestar. Se como vai ser, se vai ser incluído, etc., depois a gente ver com mais calma no detalhe. Está? Fernando.

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – A princípio, eu concordo com a conclusão do Sistema de Recursos Hídricos, se vai ser a ANA especificamente ou não é que eu fico em dúvida.

2006 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** A gente
2007 vai ver isso.

2008
2009

2010 **O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) –** E outra
2011 coisa é em relação aos rios aqui, porque em um conflito, em uma situação de
2012 crise num rio estadual, a ANA vai entrar nesse assunto? Como? A
2013 dominialidade é que não está clara aqui também nessa questão.

2014
2015

2016 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Inclusive
2017 do jeito que está, da minha experiência na CTIL, para mim poderia ser até
2018 inconstitucional. Mas, isso não vem...

2019
2020

2021 **O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) –** Mas, isso
2022 não está colocado aqui.

2023
2024

2025 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Não,
2026 tem uma proposta isso aí, a gente vai discutir depois.

2027
2028

2029 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) –** Eu acho pertinente, inclusive
2030 essa dúvida do Fernando, dependendo da localização da crise, ela pode
2031 afetar... Ela pode estar afetada por áreas estaduais. Então, sempre estão.
2032 Então, isso tem que...

2033
2034

2035 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Aí, a
2036 gente vai ver como a gente vai tentar essa. Com certeza esse é um problema.
2037 Clímaco, e depois o Alan.

2038
2039

2040 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** É
2041 uma questão de encaminhamento, que eu queria resgatar as pendências que
2042 havia inclusive de temas que nós propusemos, no final tem isso, não é? A
2043 Plenária, não é? Então, e outra coisa é como é como a gente vai encaixar a
2044 questão do foco do tema das hidrovias.

2045
2046

2047 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) –** Isso aí a
2048 gente vai ver, você manda para a gente, está?

2049
2050

2051 **O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) –** Boa tarde. Eu queria só esclarecer um
2052 pouquinho a origem dessa proposta e, mais a sua motivação. Claro que a
2053 solução para o problema tem que ser discutido dentro do CNRH. Até uma

dúvida, Júlio, antes disso, se as outras Câmaras Técnicas também vão se pronunciar sobre isso, se eles vão atacar essa proposta...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Cada uma vai se ater naquilo que vai ser enviado para ela. Pode ser, como eu mencionei, pode ser que a Câmara Técnica fale: olha, não tem nada a ver com a gente, ou tem a ver com outra Câmara, ou também a outra Câmara também tem que participar, mas, aí, depois a gente faz uma...

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Junção. Eu desconfio...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Uma peneira grossa que nós estamos fazendo agora.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Eu desconfio, talvez pelo tema, a CTPOAR queira, talvez, se (...) também por conta da regularização. Mas, só o problema que existe é o da gente gestão compartilhada em bacias com dupla dominialidade de rios, a gente tem a dominialidade estadual e federal, e quando uma crise se instala afetando rio da União, para a solução da crise, a gestão da crise, é importante que haja gestões e gerenciamento em rios estaduais. E essa gestão compartilhada, hoje, não tem funcionado, que é essa constatação de todos e, depois de muitas discussões, tem aqueles que acham que: “ah não, a dominialidade deveria ser toda estadual”, talvez quebrar essa questão, e você ter uma mudança constitucional, tem aqueles que acham que a dominialidade devia ser toda federal, não é? E, depois das discussões da ANA, a proposta que a gente chegou foi: não vamos mexer em dominialidade e nem no arranjo constitucional das coisas, vamos criar algumas instâncias ou mecanismos para que a gestão seja feita compartilhada, mas que seja feita de verdade, mas que tenha um envolvimento aí de todos, e tenha uma certa coordenação durante a crise, como a gente estava conversando hoje, de manhã, a crise não tem como abrir espaço para disputas, a gente tem que ter mais cooperação e compartilhamento, e menos disputas, porque isso atrapalha o processo. Então, a ideia era ter alguma coisa que solucionasse esse problema. Agora, a crise também tem outro aspecto, Júlio, que não está aqui, ou talvez esteja...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Mas, eu não queria entrar na discussão, depois vai ter a oportunidade de você apresentar para todo mundo falar tudo isso.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Certo, certo. É só para destacar, porque aqui é uma questão mais de gestão, mas tem também a questão de intervenções estruturais, obras, e etc., que aí tem haver muito com a CTAP

mesmo. Só estou destacando, porque essa parte de gestão, talvez, tenha interface com a CTPOAR.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Nós já anotamos aqui isso, e verificar isso. Você tem razão, tem a ver com a CTPOAR também bastante. Bom, apesar de que esse foi encaminhado para ANA para cá. Esse não foi? Desculpe. Retiro. Retiro. Fomos nós que entendemos isso.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Só lembrando que nessa mesma linha, como essas coisas que a gente já está discutindo, junto com a CTPOAR inclusive, do GT de Prioridades, que eu acho que é em função disso aí, não é? É questão do planejamento, quer dizer, como é que isso pode ser, como o próprio Rui colocou agora de manhã, como colocar, acho que talvez também seja...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Está. A gente vai ver como vai desenvolver isso nas outras câmaras técnicas. Essa provavelmente vai se provavelmente nós vamos encaminhar para a Câmara Técnica CTPOAR, provavelmente não, nós vamos encaminhar para a CTPOAR também, está? Aí, depois, eles vem também, fazem essa análise e, depois, na hora que nós começarmos a entrar um pouquinho mais, a gente chegar a conclusão que realmente é coisa da CTPOAR, a gente para e deixar correr só com eles, se a gente tiver alguma opinião para contribuir, a gente contribui. Está? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Não, na próxima, não está recusado na peneira grossa.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Na minha opinião, é pertinente a discussão na CTAP também, porque vocês estão discutindo segurança hídrica, crise hídrica, etc., então também é pertinente aqui. Então, sobretudo, segurança hídrica.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Então, nós estamos na peneira grossa, para quem foi da construção civil, então vamos passar para a peneira média e, depois vamos para a fina. Bom, a próxima é... Cadê? A criação do Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica. Prevê... Cadê o...? Prevê a, bom, a proporção... Bom, vamos ver qual foi a constatação que tem o problema, promoção da segurança hídrica do Brasil passa por necessário estabelecimento de canais institucionais e de mecanismos operacionais voltados à gestão de recursos hídricos integrados, os quais permitem organizar ação do poder Público de forma coerente de forma coerente, observados os fundamentos de uso dos recursos hídricos. Lili, sobe, por favor. Propõe a criação de um Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica, tem até a sigla, e o aperfeiçoamento do certificado de sustentabilidade de obra hídrica, na forma de exigí-lo durante a etapa de planejamento das

obras hídricas. Isso aí também é um projeto de revisão da 9.984. Está? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Mas, não é Decreto. É revisão da Lei. É Lei. Está escrito aqui. Sim, Jefferson. Então, quem acha que... Tem pontos aí, por exemplo, certificado de sustentabilidade de obra hídrica, é uma coisa que eu acho que diz respeito a nós aqui também.

[0:13:15] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas, antes de criar um certificado de sustentabilidade, que sejam respeitadas as resoluções já criadas aqui. Tem uma de 2002, que fala que toda obra deve ver a interação rio aquífero, água superficial ou subterrânea, e isso não está havendo em lugar nenhum. Realmente foi deliberado, mas não foi cumprido. Então, se primeiro tiver que colocar, que todo mundo verifique essa Resolução, que é de 2002, e depois realmente se instale isso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Vocês estão vendo que há uma proposta de revisão na Lei, que é só dar mais uma atribuição para a ANA de exercer o papel da Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica, e não está definindo o que é aí, quem participa, a ser estabelecido por Decreto. Ou seja, o Decreto que ia dizer quem é, quem participa, quem deixa de participar, quem vai fazer, quem deixa de fazer. Fala Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu lembro que na época que estavam fazendo essas propostas, foi muito interessante o debate aqui nas Câmaras, e de nossa parte houve vários questionamentos, a gente vem de um momento, e eu acho que ainda vivendo esse momento de um de tentar restaurar o Conselho como um ator da política de recursos hídricos, como ente de valor político na formulação da política, e eu ainda ressentido com esse cenário, de ver uma atitude proposital de um Governo em fazê-lo com tanto cinismo, que o deu o tenha na sua felicidade, a ex-ministro Izabella, que tanto foi protagonista desta conduta, a gente fica pensando que isso aqui ainda é resquício desse tipo de pensamento. Eu penso o seguinte, eu não concordo, pelo menos à primeira vista, eu acho que existe um paralelo, a necessidade de se tomar decisões imediatas como disse o Rui, hoje de manhã, diante de um cenário de crise, sugere uma certa agilidade, e uma certa proximidade das decisões. Eu acho que se criar mais um órgão dentro da estrutura do sistema de gestão, ele é, mesmo que seja interministerial, ele é uma coisa meio sem sentido para mim. Eu penso que a gente deveria ter outro caminho.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não, espere aí. É que talvez você que não tenha pego o início, isto aqui são propostas que foram encaminhadas, se a gente não discutir aqui, e principalmente essas de (...), elas estão indo direto para o Congresso.

Entendeu? Então, o que nós estamos falando é se a gente deve discutir aqui ou não.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Deve discutir. Tenho uma proposta alternativa a isso aqui.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Então é isso, vai ser numa segunda etapa, com a peneira média, agora é a peneira grossa. Está bom? Então, isso daí também entra aqui. O outro item é... É outro também. Bom, esse... Classificação das águas para segurança hídrica. Aí, esse, talvez, não sei... A gente tenha que ver, se realmente. Estão encaminhando e foi encaminhado isso para o CONAMA, porque diz respeito as mudanças, enfim, dos níveis de qualidade da água, não de qualidade de água. Adotar o papel, adotar o nível. Como é? Fugiu... A Classe 01, por que hoje é Classe 02 para que onde não há definição por Comitê de Bacias ou não foi enquadrado. Então, normalmente é Classe 02. Então, a proposta é que a Resolução do CONAMA mude isso para a Classe 01. Fica mais rigoroso. Enfim, se a gente achar que isso é interessante, a gente não vai discutir isso. Mas, a gente pode, quer dizer, isso não é competência do Conselho. Mas, o Conselho, se for o caso, se achar que isso é interessante, ele pode encaminhar uma moção ao CONAMA dizendo que isso que é interessante, entendeu? E o CONAMA, claro que vai decidir como que faz, é o CONAMA que faz. Agora, a grande que se isso é aqui ou é no Plano, na Câmara Técnica do Plano.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu acho que é na Câmara Técnica do Plano. E, faz parte da nossa pauta essa discussão já, inclusive. Mas, aí discutir exatamente esse documento.

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – Acho que tem que discutir aqui, acho que é um assunto extremamente perigoso em termos de gestão de recursos hídricos, muito perigoso, a pessoa sempre olha o enquadramento por um lado no sentido de imaginar que vai ter uma qualidade da água melhor se botar Classe 01 ou Classe 02, mas a proposta do enquadramento é bem clara, em relação aos usos preponderantes, não tem uso para Classe 01, eu quero ver depois como é que os órgãos gestores atendem isso aqui e, depois ficam impedidos de dar as outorgas, porque é o que vai acontecer lá no Rio Grande do Sul, impedido de dar a outorga, porque enquadraram numa categoria, mas não posso usar. Então, ou o enquadramento é um instrumento para valer no sistema, e tem que ser entendido como ele foi concebido, e não enviesado. Ou, então é brincadeira, aí pode discutir em qualquer... Com todo respeito a Câmara Técnica do Plano, pode virar uma folha do Plano que fica lá no plano. Agora, se é uma questão para ser uma regulamentação do uso, eu discordo vir para cá.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Quer dizer, também para cá, talvez a de outorga também, né, a de outorga também por que... Não é?

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – Sim, mas a outorga vai decidir com base exatamente em quê? Se essa aqui é a Câmara que tem um papel de mais projetos, e ações, e estudos.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Sob esse ponto de vista da viabilidade está certo. Não estou falando de passar, nós podemos também. Também. Mas, talvez, com o plano... Sim, você ia falar, Jussara? Não. Então, vamos fazer o seguinte, essa aqui fica para a gente dar uma análise em uma peneira mais média, e também a gente anota aqui que a sugestão de encaminhar para a Câmara Técnica do Plano, e se for o caso, da Outorga. Está bem assim? Bom, o próximo assuntos é aperfeiçoamento da Política Nacional de Segurança de Barragem. Revisão da Lei 12.334. Isso, aí, eles sugeriram que viesse para cá. Bom, enfim, eu acho que não precisa nem entrar nos detalhes, porque a gente tem o Grupo de Trabalho para discutir isso. Então, isso ficaria aqui conosco, e já dentro do Grupo de Trabalho. Aperfeiçoamento... Não, isso aqui já foi. Acabou? Foi mais rápido do que eu imaginava. Então o próximo item é encaminhamento das recomendações do Grupo de Trabalho de Análise do Relatório, o Grupo de Trabalho que analisou o Relatório de Segurança de Barragem fez algumas sugestões para o Conselho, fez para diversos, e inclusive para o CTAP. A Jussara mais do que nunca está por dentro, foi ela que trabalhou nisso. E, para nós é só essa Revisão da 143 e 144, que eu faço questão de não decorar, fora a Resolução 05, as outras não eu sei número nenhum.

[0:21:57] A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – O trabalho do GT foi bastante extenso, então, assim, para não deixar a pauta muito poluída, mas, enfim, eu mandei para todo mundo esse resumo do que foram os encaminhamentos do GT, o que seria de competência do CNRH, o que seria da competência das Câmaras Técnicas, e o que seria de competência e funcionamento dos Grupos de Trabalho, e as específicas aqui para a CTAP. Então, para... Sob competência da CTAP, eu vou aumentar a letrelinha, está aqui, e aqui tem o resumo das recomendações do GT, que é um extrato do parecer deles. Então, o que eles recomendaram para o CNRH e para a CTAP. Eu vou aumentar essa letra aqui. Então, a primeira recomendação foi que a CTAP, no curso do processo de revisão da Resolução 144 apresente proposta de aprimoramento do relatório de segurança de barragem, abrangendo não só o conteúdo mínimo do relatório, mas também fornecendo orientações sobre a estruturação das iniciais de forma a subsidiar o CNRH na propositura de melhorias da segurança das obras. A dúvida era se a gente discutiria essa recomendação no âmbito do GT de Segurança de Barragem, ou no âmbito de CTAP, uma vez que ela é específica sobre o relatório. Então como vocês queriam manter, se no GT ou se aqui na Câmara Técnica. E a outra

recomendação é que no processo de revisão da Resolução 134, que apresente a proposta de aprimoramento dos critérios de classificação de barragens por categoria de risco e de dano potencial, especialmente para os casos de barragem sem informação e com risco estrutural e operacional. A terceira recomendação era que a CTAP avaliasse a necessidade de edição de regulamento que a definisse critérios mínimos a serem observados para fiscalizadores na elaboração de metodologia de fiscalização de barragens e na definição de atividades de monitoramento de cada um desses fiscalizadores, não é? O item D era sobre a análise, que a gente analisasse os projetos de Lei em trâmite nas duas casas legislativas, e emitisse um parecer com o intuito de contribuir para a construção desses projetos que estão em pauta no Congresso, tendo em vista que a segurança de barragem é indissociável da gestão e da proteção dos recursos hídricos. Então, essas foram as quatro recomendações para a CTAP.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Isso aí o Conselho aprovou, então posto. Você queria falar alguma coisa? A única coisa que eu queria comentar é que esses daí não têm uma proposta. Então, nós vamos ter... Vamos ter que preparar essa proposta para começar a discutir isso aqui. Está?

O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (ABRAGE) – É sobre aquela pergunta, se via CTAP ou se GT. Pela complexidade do assunto, envolve aí muitos aspectos técnicos que vão demandar um intenso trabalho, consultas, deve ser muito extenso, e para sair um trabalho bem criterioso, eu acho que tem ser no GT. E no CTAP já vir a coisa, uma apresentação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Você está falando, a sugestão A.

O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (ABRAGE) – Eu acho que para a grande maioria dos casos, aí, viu.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Para todos eles?

O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (ABRAGE) – Eu acho. Relativo a segurança de barragem, porque nós temos alguns aspectos, avaliação de projetos de Lei, então, na realidade envolve muitos aspectos técnicos. A classificação de barragens, envolve aspectos técnicos. Dano, critérios. Então, são assuntos complexos do ponto de vista... Passível de muita dúvida, e eu acho que não teria tempo hábil, ou não seria o fórum adequado no CTAP, eu acho que no CTAP deveria vir um trabalho já bem consolidado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Um pouco mais mastigado, não é? Também os itens, Cristiana? Então, vocês concordam, a gente para o GT esses quatro itens que foram propostos pelo Grupo de Trabalho pelo outro Grupo de Trabalho, que são dois Grupos de Trabalho. Bom, e isso eu gostaria... Eu gostaria da gente ter até o final do ano, alguma respostas sobre essas propostas que vieram do... Estar estudando, o andamento está assim, resolveu ou não resolveu, para a gente prestar conta do que foi sugerido aqui pelo outro GT. O outro tema é... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Sim, mas definição de cronograma vai ter que deixar para a próxima reunião, porque a gente precisa ter todos os outros temas todo listado aqui bonitinho para a gente dizer o que é prioridade e o que deixa de ser prioridade. Agora, tem um outro, o que foi já aqui como nossas... Atribuído à CTAP, foi aquilo que foi... Que está no CNRH, as propostas de prioridades, e também aquelas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e o Turismo) – Eu cheguei atrasado, 13h30, cheguei 13h34. Agora, é o seguinte, eu queria saber sobre esses itens anteriores aí, o que ficou, o que vai ficar para a CTAP analisar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Tudo.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e o Turismo) – Tudo?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Estamos fazendo uma peneira grossa, que eu falei, depois a gente... Quando for mais de tarde, a gente...

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e o Turismo) – Está, então está bom. É que eu pensei que já estava no fim da pauta. Obrigado. Desculpe.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – É porque é a peneira grossa, a peneira grossa passa tudo. Bom, então, gente, tem esses temas que nós fizemos aquela pesquisa entre os... Entre os Conselheiros, os Conselheiros mandaram isso. Tinha um critério de pontuação, e isso aí foi estabelecido uma certa prioridade. Não necessariamente tudo que está aí tem que ser discutido, têm coisas que, às vezes, são impossíveis de serem discutidos, tem coisas que estão muito genéricas, resolver o problema da fome do mundo, tem uns negócios que... Então, são esses itens que a gente também vai listar, se vocês quiserem eu posso ler aqui agora os itens, mas

seria listado depois com os outros que nós estamos incluindo aí. Vocês querem que leia, só para saber? Então, aumenta, porque eu não consigo nem com binóculo aqui. Não, aí a letra está boa. Tem coisa que já está feito. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Que é a revisão da 144.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Então, o isso já está feito, a gente não vai perder tempo com isso. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Então...

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – A próxima é a revisão da 143, que a gente decidiu agora.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Mas, mostra aí que eu quero ler.

[0:30:40] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só um esclarecimento, a Resolução 143 já tinha sido tomada a decisão que ia ser feita? É isso? Antes da análise da (...). Está. Ok.

[0:30:50] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só um esclarecimento também, a questão de criação desse novo Conselho que estava aventado, Conselho Nacional de Segurança de Barragem, isso também foi retirado, não é?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Da onde?

[0:30:50] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sim, foi. Ótimo.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (MMA) – Ele consta... O que nós mandamos para vocês é a versão final. A 1.0, que foi aprovada lá na BRH, ou foi apresentada na BRH, então o que a gente mandou, as quatro propostas, é o que compõe o caderno das 20 propostas, caderno final. Então, essa proposta no legado, ela permanece.

[0:31:27] O SR. NÃO IDENTIFICADO – No legado...

2445 **A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP)** – Na última versão, está lá.
2446 Eu briguei bastante com o Ozob, ele ainda falou assim, que caiu, por isso, no
2447 Projeto Diálogos a gente discutiu. Isso. Daí a brincadeira até foi que então tem
2448 que mudar o nome para 19 propostas, não 20. Mas, no final, ele está lá.

2449

2450

2451 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Eu
2452 conversei com o Maurício Andreas, e ele falou que o que vale é o está no site
2453 da ANA, que é 1.0. Então, esse daí...

2454

2455

2456 **[0:32:00] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É que ela está falando que no site
2457 está. Eu vou verificar lá. Então, mas, assim, a decisão que foi lá da
2458 Florianópolis foi que não teria.

2459

2460

2461 **A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP)** – Essa aqui é a versão 1.0
2462 tirada do site, antes de mandar para vocês, é oficial da ANA, o tirei todo, não fiz
2463 nem extrato. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Está. Isso. Ela é a
2464 proposta 2 aqui. Logo no começo.

2465

2466

2467 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Mas, são danados eles, porque
2468 eu perguntei lá durante a BRH, e foi dito que... Inclusive: “não, nós retiramos,
2469 aquela parte lá está pacificada, retiramos”.

2470

2471

2472 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Espere,
2473 aí, gente, vamos ver se nós estamos falando a mesma coisa aqui, porque de
2474 repente, porque para mim parece que está cruzando, quando começa a cruzar
2475 coisa na minha cabeça, eu... A Lili está falando que essa coisa é o Comitê
2476 Interministerial de Infraestrutura Hídrica, é isso? É outra coisa, não é? É outra
2477 coisa.

2478

2479

2480 **[0:33:01] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É o Conselho Nacional de Segurança
2481 de Barragem.

2482

2483

2484 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – É o
2485 Conselho Nacional da segurança de barragem.

2486

2487

2488 **[0:33:01] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É isso que eu perguntei.

2489

2490

2491 **[0:33:38] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Essa estaria dentro da modificação da
2492 Lei 2.334, não é o SINFRA, o SINFRA é um Decreto só do Governo Federal
2493 para financiar... Para articular o recurso público federal de infraestrutura.

2494 Comissão de Barragem era uma proposta de ter lá na 2.334. Mas, assim, não
2495 está pacificado. Entendeu? Tirou da proposta que não há convergência. É, só...
2496 Nós ainda achamos que é necessário ter a Comissão. Entendeu? Mas, como
2497 não houve a convergência, isso não está no legado.

2498

2499

2500 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Mas, a Comissão, da forma
2501 como foi discutido lá na BRH, ela é importante, ela é interessante. Exatamente.

2502

2503

2504 **[0:33:49] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Pois é, foi a discussão que teve lá
2505 também.

2506

2507

2508 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Exato, com certeza, porque aí
2509 convergiu com o que a gente estava pensando.

2510

2511

2512 **[0:33:58] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Naqueles moldes que a gente discutiu
2513 lá.

2514

2515

2516 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Exatamente.

2517

2518

2519 **[0:34:00] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Mas, uma coisa é Comissão, outra
2520 coisa é Conselho.

2521

2522

2523 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Não, o Conselho caiu e, aí, uma
2524 Comissão diferenciada, porque é um tema diferenciado. Então...

2525

2526

2527 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Ok,
2528 mas, isso daí pode... Esse tema inclusive pode entrar no grupo e ser visto isso,
2529 pode trazer para discutir como está. Está? Bom... Bom, então, depois... Deixa
2530 grandinho, por favor. Vocês veem que, à direita, tem uma coluna com
2531 pontuação. Os mais sem pontuação é daqueles que recebeu prioridade baixa
2532 para todo mundo. Está? Ou nem... Para não tirar fora ficou aí. Segurança de
2533 barragem situadas à montante de área urbanizada e diretrizes para operação,
2534 manutenção e fiscalização quanto a segurança das obras. Planos e
2535 emergências de contingência. Emergências de contingência. Isso aí não está
2536 na própria Lei já de barragem, que tem a...

2537

2538

2539 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Eu pergunto o seguinte, na
2540 discussão da revisão das duas, o objetivo do GT é discutir as duas e, talvez,
2541 quem sabe alguma resolução complementar se for o caso. Então, eu acho que

como nós vamos estar com todo o cenário, a gente vai estar debruçado sobre essa questão, essas coisas vão surgir.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Então, isso daí também seria um tema que o GT vai tratar.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu entendo que sim.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Está ok. Agora vem o nosso...

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Posso só fazer uma sugestão? É o seguinte, uma das coisas que... O seu nome é? Alan, quando o senhor estava aqui discutindo com o Alan, que a gente já fez alguns trabalhos sobre isso, segurança de barragens, a perspectiva como o País encara, e como os operadores de barragem encaram essa segurança de barragem. Certo? Precisa ter em algum lugar na Lei uma obrigatoriedade e/ou punição para quem não entregar isso, porque você já fez um relatório, a Marta Sugaz já fez outro relatório, nós estamos com 20 mil barragens ou mais. Certo? Quantos entregam? De livre e espontânea vontade isso? É uma questão de segurança hídrica, e segurança, eu vou falar um termo aqui que eu sei que tem gente que não gosta, nacional. As pessoas podem morrer por isso, eu fui à Minas Gerais agora, os taludes que tem lá são no mínimo impróprios, certo? E não têm nenhum plano de segurança em um monte de cidade que vive daquilo, não é? Não quer que a barragem nem de rejeito, nem outro tipo de barragem seja fechada. Então, eu acho que já passou do momento de se discutir também medidas para que o Governo, ou via ao Ministério, se ajude a fazer, que essas pessoas entreguem o dever de casa, pouquíssimas barragens nesse país tem um plano de ação emergencial, pouquíssimas, quando tem são Ctrl C + Ctrl V, em muitas delas. Está? Então tem que tomar um cuidado realmente grande. Relatórios são feitas. Mas, a ponta de lança não está tomando nenhuma providência. Acho que a gente tem que sair daqui, senhor presidente, com uma deliberativa nesse sentido também, mais forte com relação a isso. Eu fiquei, Minas Gerais ali, o Clímaco conhece, aterroriza a região de Itabira, aquela região toda ali, Então é meio complicado. Muito obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Tem razão, eu fui convidado, fiquei pouco tempo lá, mas teve um evento, há uns quinze, vinte dias, aí, no Ministério Público Federal, e eles convidaram os promotores lá, do Brasil inteiro. Tinha promotor... Todo mundo de terno, só estava eu... E, eles estão... Criaram uma questão uma área deles lá somente... E eles estavam pedindo isso, que tivesse uma promotoria em cada Estado responsável pela área de recursos hídricos. Já tem na parte ambiental em alguns Estados. Minas, eu acho que tem alguma coisa assim. Então, eu acho

que essa parceria, pelo menos quando eu estava na Diretoria de Revitalização, a gente tem parceria com o Ministério Público, é fundamental para evitar que essas coisas ocorram. E, eu acho que é uma coisa que a gente pode fazer uma parceria para muita coisa, a gente podia fazer uma parceria com o Ministério Público, para evitar essas coisas. Porque o que a gente faz? Multa? Multa paga e continua igual. Então não adianta. Quando paga. Quando multa.

[38min43seg] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Aproveitando essa deixa que você está colocando, eu acho extremamente interessante que a gente pense na possibilidade de ter aqui uma reunião com eles, para a gente ter uma orientação, a gente colocar todas essas dúvidas que o Jefferson coloca e etc., quer dizer, como é que a gente faz? Como é que a gente pode conciliar isso?

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu senti no tempo que eu estava ali escutando que falta embasamento técnico, eu tenho vontade, mas falta embasamento técnico.

[39min11seg] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – E eles precisam também conhecer a nossa visão, as dificuldades intrínsecas, né. Eu acho que isso é importante para não haver decisões, ou ações deles equivocadas.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Fernando. O Fernando tinha pedido da (...).

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – Então, essa é mais uma daquelas coisas que servem de exemplo de como é que a República Federativa do Brasil é uma piada, né. O fato da Lei Federal de Segurança de Barragem e aí agora tem que cobrar. Beleza. Como? Como é que eu cobro? Faz uma Lei pensando no Nordeste, ótimo, coloca lá a barragem no Nordeste é uma repartição pública, são federais, coloca a Lei pensando nas hidrelétricas, ótimo, tem todo uma... A barragem privada dos irrigantes, como é que eu fiscalizo esse negócio? Tem que fiscalizar o Ministério Público, encher o meu saco colocando lá que vai prender, que não sei o que mais, se eu não executar a segurança de barragem, vem o INCRA, um Órgão Federal encher o meu saco dizendo que eu tenho que fazer a classificação da barragem, diz ele que não são minha, são deles, o órgão federal. Então, é mais um exemplo dessa coisa que no Conselho deveria alguém ter levantado a mão, no caso os irrigantes deveriam ter levantado a mão dizendo: só um pouquinho, como é que vai funcionar isso exatamente no Rio Grande do Sul? Nós estamos com 16 mil e temos mais, vamos chegar a 25 mil barramentos, frouxo, aí como é que vai fiscalizar, como é que vai chegar aqui e vai dizer que o órgão não fiscaliza? Como é que se fiscaliza 25 mil barragens? Como é que se faz isso do pão, pão, queijo, queijo? Vocês vão..., a União vai chegar e vai me fornecer recurso para fazer isso? Não. A ANA vai assumir? Não. A CERH vai assumir? Não.

Quem vai assumir esse negócio? É o Departamento de Recursos Hídricos vai ter que assumir esse negócio. Com base em quê? Quem é que pensou essa Lei para ser aplicada? Agora, você vem querer dizer que nós vamos cobrar. Assim, dentro do sistema de outorga está sendo colocado para cobrar. Agora pergunta quem é que está fazendo isso? Ninguém. Então, vamos lá, vamos colocar os prazos, vamos colocar isso, é simples, não é? Chega lá e diz assim, agora estamos chegando lá e mostrando para o pequeno agricultor lá que tem uma barragem, não estou mentindo, 2 metros de altura em cima de uma estrada, a sua barragem vai ser classificada como dano potencial associado e elevado e, portanto, vai ter que ter um plano de ação emergencial, esse negócio. É simples. E aí o cara vai dizer assim: é muito mais fácil, então, eu romper esse açude e não me preocupar mais com isso, porque a Lei pode ser tudo mérito do mundo, todos, mas não foi pensado na realidade desse País.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Está certo. Esse aí... O Grupo de Trabalho vai absorver todas essas sugestões. Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria aproveitar a fala do companheiro, eu esqueci o nome dele.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – O Jefferson, o Fernando.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – O Fernando, lá do Rio Grande do Sul, e dar um testemunho que no momento em que estava em discussão no Congresso Nacional a Lei de Segurança de Barragem, ela já veio a partir de um esforço de alguns parlamentares, um senador e uns deputados em decorrência de alguns acidentes que deram uma certa repercussão, um deles foi do Piauí, uma barragem imensa no Piauí, Algodões, né, você é da região lá? Vocês são informados disso. E aí esse clima gerou rapidinho que o Congresso se manifestasse sobre uma legislação para segurança de barragem. Eu vim no avião com o antigo senador, o falecido senador Eliseu Resende, de Minas Gerais, e a gente por coincidência eu sempre encontro com pessoas importante de Minas Gerais sentada comigo no avião, as últimas vezes tem sido a Ministra Cármen Lúcia, eu tenho pedido para sair da minha cadeira e ir para outra, porque eu não suporto, é duas vezes que eu fui escalado na empresa área para ficar perto dessa senhora, e eu não posso ficar calado, então, eu prefiro sair, fico em outra cadeira. Mas, aí o Eliseu Resende também estava se mostrando preocupado com isso, eu falei: “olha, Eliseu Resende, senador, tem um projeto tramitando na Plenária, na Câmara e eu acho que o Senado poderia ser o grande ator desse processo para sair mais rápido”. Aí o Eliseu Resende, depois a assessora dele me ligou e ficou assim muito animado, me parece que ele deu um empenho muito grande para essa Lei de Segurança de Barragem, e a coisa foi feita muito rapidamente. Mas, eu disse para o Eliseu Resende: “agora coloque o Conselho Nacional de Recursos

Hídricos dentro desse negócio, porque essa Lei tem que ter gente que conhece”. E ele acatou, felizmente uma das poucas que acontece um negócio desse, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi colocado na Lei, aí começou a vir uns consultores do Congresso Nacional aqui, tal e eu só sei que veio com um pacote para cá já dizendo: é papel do Conselho. A Lei quando estava tramitando já tinha um pacote dizendo que o Conselho tinha que entrar. Eu me senti muito gratificado com isso, porque eu acho que esse Conselho tem realmente a ver com isso, mas na hora que a gente foi opinar e teve um GT que fez esse trabalho para fazer o papel do Conselho e do relatório, foi um embate muito grande de grupos aqui dentro que parece que queria esvaziar esse relatório, e eu tive muita dificuldade, mas como era uma Lei que já estava no Congresso. Então, o Conselho teve que mostrar serviço e quando o consultor veio para Plenária para apresentar, eu disse: vai embora logo antes que o Conselho acabe com essa Lei; aí ele foi embora e o Conselho teve que acatar a Lei, mas aí para sair daqui de dentro foi um parto esse tipo de legislação. Então, eu penso, dando um esclarecimento ao meu colega do Rio Grande do Sul, que às vezes o Conselho e as pessoas que estão aqui estão mais para resistir a aplicação da legislação, do que fazê-la aplicar para ir para a frente. As pessoas estão aqui para resistir a fazer com que a Lei não funcione para evitar um jeito da Lei não funcionar. Essa foi a impressão que eu tive com o papel do Conselho da Lei de Segurança de Barragem. Mas, está aí, é Lei e nós vamos ter que dar conta de cumprir um papel, e eu acho que a sua sugestão, se fosse na época colocada, certamente não passaria, por conta do medo do setor elétrico de deixar esse negócio solto.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Está bom. Eu não participei disso, eu não sei como é que foi.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Então, eu tive essa história para contar, mas um Senador da República botou esse Conselho dentro da Lei de Barragem, que Deus o tenha, e deu muito trabalho e está dando muito trabalho, justificando o salário de muita gente.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Mas, essa impressão sua, eu não sei se ocorreu, ou não, mas não é a impressão do que eu tenho geral do Conselho não. Eu acho que aqui a gente mais ajuda do que atrapalha, claro que cada um tem os seus interesses a ser defendidos, mas estão defendido claramente aqui dentro para todo mundo. Bom, então isso aqui fica, vem e fica ela no Grupo de Segurança de Barragem. O Lili, por favor. O próximo item é ausência de eclusa em barragens, ausência de eclusa em barramento existente a ausência de estudos e viabilidade da navegação, planejamentos de novos barramentos. Isso aí é um tema que vem há muito tempo. Tudo quase se resume em quem paga, ninguém é contra ter eclusa, é o resumo de quem paga.

2738 **[47min19seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Uma questão de ordem Júlio.
2739 Ficou lá em vermelho o Ministério Público. Só um pouquinho.

2740

2741

2742 **[47min24seg] A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Não, isso aqui são anotações
2743 minhas.

2744

2745

2746 **[47min26seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – “Anotações”. Está bom.

2747

2748

2749 **O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Não, não, não
2750 está escrito aí não. Então, eu acho o seguinte, eu acho que é necessário
2751 talvez, lá atrás já vieram e já discutiram, a gente tinha discussão bastante
2752 animada entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Transporte
2753 sobre isso, os representantes naquela época eram bem... Mas, enfim, eu acho
2754 que é interessante, talvez interessante, trazer aqui para um esclarecimento,
2755 porque tem muito, sabe, para quem não conhece os detalhes, ninguém é
2756 contra ter uma eclusa, ninguém é contra. Mas, o problema é outro, é questão
2757 de custo, questão do que é navegabilidade é canoa, barco? Vocês viram aqui
2758 que de manhã da questão do Tietê, que a Marinha interrompeu, porque o (...).
2759 Então, é isso, quer dizer, e se for só barquinho não vai construir em uma
2760 barragem de Itaipu uma eclusa para passar um cara com canoa lá, não
2761 adianta, quer dizer, tem toda essa... Mas, isso aí eu não quero entrar nesse
2762 detalhe lá, mas eu acho que é bom e interessante vir os dois Ministérios aqui,
2763 se for o caso, o representante e fazer uma apresentação, contar aqui para a
2764 gente nivelar. Eu acho que é bom a gente entender mais com detalhe o
2765 assunto, tirar certos mitos que existem sobre isso, né?

2766

2767

2768 **[49min05seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O que o senhor sugere sobre
2769 isso?

2770

2771

2772 **O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Eu sugeriria
2773 convidar os dois Ministérios para vir aqui fazer uma apresentação sobre o
2774 tema.

2775

2776

2777 **O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS)** – Quando
2778 você vai fazer um Plano de Bacia está lá colocado na Resolução que a gente
2779 tem que pensar os usos atuais e futuros, não tem navegação. Então, não tem
2780 por que imaginar que vai ter eclusa. Então, não tem navegação prevista nesse
2781 processo?

2782

2783

2784 **O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Têm detalhes
2785 que a gente, às vezes, tem explicação porque não tem. Então, agora o outro.
2786 Esse eu pulei, não é? Problemas e navegação do rio ocasionados pela

construção da hidroelétrica..., de usinas hidroelétricas. Exemplo calado de rio Madeira, construção de Usina de Santo Antônio e Jirau. Está dentro, né? Se for isso calado é questão de hidrovia, né? Os itens para baixo já têm uma prioridade baixíssima. Do de 100 praticamente os votos, muito o que aconteceu foi que a pessoa que sugeriu isso não explicou direito e ninguém entendeu, e ninguém votou. Não, eu estou falando dos debaixo, mão estou falando desse que aconteceu aí.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – A Santo Antônio já foi construída, já está lá a Jirau, e o povo já se ferrou mesmo, não tem jeito, mas a ideia de se fazer essa eclusa na época era uma coisa latente, como ainda é toda vez que tem algum empreendimento assim. Eu acho que essa questão de eclusa e de facilitar a navegação, ela tem que ser não uma questão de custo como a Vossa Senhoria fala, mas uma questão de conceito, de conceito que se tem do que é coisa público e coisa privada, porque o seguinte, o que é público tem custo para o público, se o Governo faz uma concessão de uma hidrovia, ou de algum outro, algum outro direito de uso de uma coisa pública, o público tem o direito de ter retorno do que é seu. Então, essa questão de custo para mim é uma semântica mal..., ela é do reducionista o problema. Eu acho que o seguinte, a coisa merece crédito, porque quando o Governo liberou aquelas, por exemplo, o Santo Antônio e Jirau merecia ter eclusa para impactar imensamente no desenvolvimento regional da região com o transporte. E, então, foi um erro político.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Quando vierem os representantes, você pode tocar especificamente nessas usinas aí. Eu acho que serve também para você entender o porquê estou querendo, isso vai servir para você entender o porquê eu estou falando que é econômico. Quando você fala, quando você menciona que o..., você está imaginando os caras passando com a canoinha. Agora, eu não conheço empresa de transporte hidroviário público, você conhece? Público? Do Governo do Estado?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Tem. E o tradicional transporte que existe tipo na bacia do Amazonas, se fizer algumas barragens lá. Existe uma cultura de transporte de canoinha de pequenos barcos que se você acabar com elas é um impacto imenso na vida das pessoas.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não vamos discutir agora, não tem a necessidade de passar com a canoa dentro da barragem, existem outras coisas, o cara chega com a canoa para, passa para um outro sistema, você tem razão de não interromper o fluxo, mas não precisa ter eclusa. Existi outros meios para o cara transpor uma barragem e continuar.

[53min18seg] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – O que importa é ter um mecanismo de transporte.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – E que o interesse público, quer dizer, quando eu falo público não é só das grandes empresas não, é de toda a população que tradicionalmente usam o rio se manter vivo, se manter como direito adquirido. Então, essa lógica economicista que se impõe, eu acho que isso aconteceu anteriormente e vai acontecer novamente, mas alguém tem que pagar e o público já está pagando de uma maneira muito cara.

O SR. RODRIGO DANIEL MENDES FORNARI (MME) – Rodrigo Fornari, eu sou do Ministério de Minas e Energia. Eu só queria fazer uma ponderação de que a gente não pode ver a situação isoladamente. O tema é bom e é sensível, tanto que não é de fácil solução, né. Mas, por que eu digo que a gente não pode ver isoladamente? Quando a gente tem a implementação de um empreendimento, são vários pontos que são atrelados, que são avaliados juntos em benefício daquela população para tentar mitigar, evitar as tonalidades negativas. Pegando os exemplos que a gente está trazendo aqui de Jirau e Santo Antônio, são nos Madeira, diversos problemas surgiram com aqueles empreendimentos e demandas que chegam até hoje para o setor. Mas esse daí não foi um ponto que nos chamou atenção até o momento. Têm outras situações e tal, então assim, é lógico que não se pode deixar abandonar, é lógico que a gente tem que avaliar eventualmente um rio que hoje ele não é utilizado para uma atividade reprodutiva, navegável, ele pode se tornar no futuro eventualmente a Engenharia da conta de fazer ajustes necessários no futuro. O que a gente não pode é tentar jogar sempre para os outros setores, que não o de Transportes especificamente, uma conta que talvez não é justa. Em relação a dizer que a conta tem que ser jogada para a população, esses empreendimentos também trazem benefícios para as suas populações não só no sentido da geração de energia, a gente tem compensações financeiras que são arrecadadas, vai para a União, vai para os Estados e para os Municípios, que são os mais impactados, né, especificamente. Então, assim, para concluir e não me prolongar. A situação é complexa, é importante a discussão realmente, mas ela não pode ser vista de maneira isolada, né?

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Isso aí vai servir para discutir aqui com mais profundidade e esclarecer muitos pontos aqui. A parte..., bom não vou entrar aqui. A interface da gestão dos recursos hídricos da calha e da área sedimentar. Da Bacia Sedimentar Terrestre do Solimões. Em relação a exploração de petróleo, gás natural, atualmente desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente. Eu não sei não, mas isso no meu modo de ver não tem nada a ver com a gente aqui, né? Eu não sei qual é o parecer de vocês. A questão, eu não sei de onde, eu acho que não tem a ver conosco aqui, né? E não tem justificativa.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Política de Recursos Hídricos não fala só em quantidade de água, fala em qualidade. Eu acho que todos os usos deveriam ser de alguma maneira outorgado, seja esse, aquele, ou daquele. O impacto de uma atividade e, sobretudo, numa calha de um rio merece essa adequação de que tipo de outorga e como seria essa outorga. Mas, isso não seria conseguido ver na Câmara de outorga, se eu acho que a CTAP não desse algumas diretrizes para isso.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu sinceramente, tecnicamente, eu não consigo ver onde isso pode entrar nisso. Eu não sei se vocês conseguem, por favor, me ajudem aqui, porque, enfim, não sei o que nós vamos ver aqui.

[57min13seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que a questão de impacto ambiental já está bem regulamentada pelo CONAMA e a Política Nacional de Recursos Hídricos só fala em questão da quantidade e da qualidade que deve estar colocado lá nos estudos. Eu não sei se está tendo problema de qualidade, mas fora isso não vejo por que.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu acho que esse tema é um tema que a gente pode talvez encaminhar para a área ambiental, para o CONAMA.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Através de uma moção?

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Pode ser uma moção, alguma coisa assim, uma recomendação, um negócio mais simples, né? Daí eles veem se é pertinente, porque realmente está dentro do (...).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Por exemplo, se a água, se o impacto, ou se o empreendimento interfere na classe da água, ou então, tem algum rebatimento do enquadramento, a gente pode se colocar nessa linha.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Se você pega qual o programa urbano que tem com relação mais parecido com isso que você está falando, infiltração de posto de gasolina no aquífero, não é, isso é um problema sério, mas nós da área de recursos hídricos não temos a gestão, isso aí é questão ambiental, você vai multar por poluição. Sim, Fernando.

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – O que nós temos feito lá nos planos que o Departamento tem se desenvolvido sem consultoria, nós estamos seguindo exatamente a 357. Então, nesse caso aqui, a gente estuda quais são os parâmetros que nós devemos buscar na análise de qualidade da água para entender a influência desse negócio. Mas, isso já está na 357. Agora, o que a gente poderia se manifestar aqui, aí sim de forma mais política, é perguntar a qualidade dos planos que têm sido feitos nesse país com o critério de enquadramento totalmente insuficiente que diz respeito a 357 e aí vem aqueles 5, 6 parâmetros aqui em uma bacia que tem uma exploração de petróleo, tem uma exploração de aromático, e simplesmente não (...). Aí vem aquelas coisas absurdas de enquadrar os rios por classe 1, porque analisaram o foco uniforme, não sei o que mais, e aí diz que o rio é bom, dar para fazer uma série de coisas, quando na verdade os parâmetros são insuficientes. Então, nesse caso sim, eu acho que o Conselho deveria fazer uma análise do que tem sido aprovado nos planos em relação aos programas de qualidade, mas não especificamente em um caso como esse.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Está certo. Aí já seria já uma recomendação para (...). Bom, então, o próximo o que é? Acabou? Então, acabou. Bom, esse daí eram aquelas recomendações, aquelas tiradas de todas as contribuições que na última enquete, essa palavra nem usa mais, que houve, que aconteceu com relação a que seria interessante ser discutido aqui no Conselho. Fora esse, tem essa contribuição que o Clímaco falou que vai enviar para nós e tem mais as prioridades do plano. As prioridades do plano têm alguma coisa com relação a CTAP? Tem, né? Eu acho que já foi até cumprido. Não, né? Eu vou passar a palavra para o Wilson, mas eu só vou dizer, um instante só Wilson. O que, então, nós vamos fazer? Nós vamos pegar tudo isso que nós conversamos aqui e vamos transformar isso talvez em uma tabelinha, e daí na próxima reunião a gente volta a discutir para tentar ver prioridades nessa questão aí, o que nós vamos tratar primeiro e o que tratar depois.

[1h01min15seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu só queria olhar o Item 1, 2 e 3 dessa tabela, por favor.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Esse já foi feito, o 1 já foi feito.

[1h01min30seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Está em discussão no GT, e o Item 1, 2 e 3?

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Já terminou esse.

[1h01min36seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não tem? Está bom. Não, tudo bem.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Muito bem. Então, o último item da pauta é... Então, o cronograma e o Plano de Trabalho na próxima reunião, a gente acerta, está bem? Deixa eu chegar no final. Segurança de Barragens. Então, agora, nós vamos estar fazendo oficialmente, né Cristiane, a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho, depois eu vou passar a palavra para a Cristiane, que nós aqui colocamos como coordenadora desse grupo. Teve uma série de manifestações de pessoas participantes da CTAP e outras que queriam participar, que querem participar do Grupo de Trabalho, está em aberto. A ideia é que esse grupo desenvolva as questões referentes a essa mudança, se for o caso, quais são as mudanças necessárias na Legislação, quer dizer, não é somente mudança na Lei de Barragem, quer dizer, é aquela velha história que a gente tem, que todos nós sabemos aqui, pelo menos eu, eu tenho isso na cabeça muito claro da relação benefício-custo de mandar uma Lei a ser discutida outra vez, porque daí volta com um monte de coisas que nós nunca vimos e perdemos outras. Então, na medida do possível, a gente tentar resolver com Resoluções, ou o que for aqui, ou mesmo o Decreto, ou Portaria, ou Portaria da ANA, enfim, coisa que a gente possa resolver já no nosso... Agora, se for necessário fazer uma proposta de revisão de Lei, fazer como mencionei em diversas reuniões na época do legado aí, uma relação benefício-custo. Eu sempre citei um exemplo de uma coisa que sempre me foi muito..., que eu tinha uma preocupação que era a questão da Educação Ambiental, que eu até comentei na época, eu comentei que lá atrás eu fiz um *paper*, um trabalho dizendo: chamei de 7º instrumento, que foi aquela época que tinha aquele filme de terror, o 7º instrumento, né, que eu dizia e continuo achando que foi uma das poucas falhas da Lei 9433, foi de não ter Educação Ambiental como instrumento de gestão. E a gente ver aqui da necessidade. Agora, isso é o tipo do tema que não tem ninguém que não concorda, né? E se for para o Congresso, eu tenho certeza que se for para votar isso, se tiver todo mundo, vai votar favorável, a não ser que tenha algum problema político que não tenha nada a ver. O risco é os outros artigos e voltar com a Educação Ambiental que a gente quer e acabar com todos os outros que participação (...). Então, essa relação benefício-custo, a gente preciso ter muito claro. Então, o que acontece da gente não mandar essa questão da Educação Ambiental para lá? Vai modificar o que está acontecendo? Muito pouco, né? Vamos supor que aprove. Então, essa relação do que está acontecendo hoje sem a Lei, essa relação benefício-custo a gente precisa ter muito claro nesses encaminhamentos que vão fazer. Então, a ideia é esta. Eu vou passar a palavra para a Cristiane. Por favor, Cristiane.

[1h05min30seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Gente, eu gostaria de participar desse grupo, pelos irrigantes.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Está bom. Depois você pode entrar com a Cristiane. Desculpa. Não era você, mas vamos aproveitar que a Débora tinha pedido a palavra por 3 minutos no máximo, para ainda falar sobre aquilo que o Rui Brasil fez, falou aqui. Eu quero deixar bem claro Débora, você sabe disso, mas para a fim de registro aqui na nossa ata, que o Rui já não se encontra mais aqui presente, né? Então, ele não teria a oportunidade de contestar alguma coisa, ou de esclarecer alguma coisa que você vai colocar aqui. Está bem?

A SR^a. DÉBORA CALHEIROS (FONASC) – Sim. É que como não teve a possibilidade de réplica do que ele falou, eu só queria registrar, como cidadã, como pesquisadora da área de recursos hídricos, e como paulista e paulistana, que 30% de perdas, ele colocou que as perdas são poucas, mas 30% de perdas no Sistema de distribuição é alto. E também que o que a gente questiona frente ao que aconteceu é que a maior cidade do país, mais rica do país, com o Estado mais rico do país, com a capacidade técnica, com conhecimento e universidades do mais alto nível do país na área de hidrologia, recursos hídricos, chegar no ponto que se chegou em São Paulo alguma falha há, né? E a falha aqui ele não demonstrou aonde estava a falha, ele só colocou que poderia ter sido uma coincidência climática negativa, né? Então, o nosso questionamento é esse, colocar que no nosso ponto de vista e de quem questionou o que aconteceu em São Paulo, são outros pesquisadores que eu li muito sobre isso para poder dar aula sobre isso, a questão é séria, e apesar da previsão, a falta de colocar a questão das mudanças climáticas, eu acho que não é só um problema de São Paulo, é um problema do país. Eu até sugiro que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tenha uma Câmara Técnica de Mudanças Climáticas fundamental, e/ou um GT, mas eu imagino que seja já nível de mudanças climáticas de Câmara Técnica. Então, eu achei que faltou esse questionamento e também a colocação de que todas as estratégias praticamente do Governo do Estado foram para aumentar a oferta, buscar novos mananciais e aumentar a oferta que é um erro também de toda a questão da gestão do recurso hídrico no país. No meu ponto de vista obviamente e aumentando a oferta sem priorizar a eficiência do sistema, principalmente em uma região de 10 milhões de habitantes, porque as cenas que a gente viu na TV de pessoas pegando água de rio, de córrego poluído urbano, né, não deveria acontecer em São Paulo, ou em lugar nenhum do mundo, mas não deveriam acontecer. Ainda mais nessa situação de ter uma capacidade técnica financeira de uma empresa do porte da Sabesp, e no Estado e numa capital a maior capital da América do Sul. Então, algum problema houve e é um problema de gestão, e de priorização de pedir implementação para o planejamento futuro, que não houve. Então, só para deixar registrado a minha opinião. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Então, Cristiane.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) – Boa tarde. Aparecida Vargas, Conselheira titular do Conselho Nacional. Eu queria indicar a Júlia Sagaz também para membro desse GT, ela é da ABIAP, representante das geradoras...

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não, tudo bem, eu vou reconhece-la, mas não há necessidade de fazer. Pode depois passar para ela.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) – Por e-mail? Porque como tinham indicado, eu achei que fosse agora aqui.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não precisa, não há necessidade.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) – Está bom. Mas, é bom que a Júlia se apresente para todo mundo já conhecer.

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Ok. Então...

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – Só para não deixar passar em branco. Eu esqueci uma coisa que me incomoda muito. Quando alguém fala que 30% e o Rui falou isso de perdas, é uma linguagem que o setor de saneamento usa, que tem que separar, e ele separou, ele falou: 19% são as perdas físicas, são os vazamentos. O máximo ideal, real, no mundo real que a gente persegue na gestão do saneamento é 15% de perdas físicas. Então, nós somos..., a Sabesp, então, nesse caso está com 4% de diferença. No top é 15%, ele falou que a Europa é 16%, a gente consegue muito mais do que isso. O resto das perdas são perdas contábeis que não interessam para a gestão de recursos hídricos, pelo mesmo é à perda da Companhia de Saneamento. Então, é só para não deixar dizendo que a coisa é 30%, não, a coisa é 19 para um ideal de 15 e um possível de 16.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Ok. Agora vai a Cristiane. Pronto.

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Boa tarde. Cristiane, do Ministério do Planejamento. A gente conversou na última reunião da CTAP no ano passado, quando eu me apresentei e em substituição ao Paulo Isobe para coordenar o GT de Segurança de Barragens. Até gerou bastante confusão

naquela reunião, porque estava criando outro GT sobre o Relatório de Segurança de Barragem, então gerou bastante confusão naquela reunião. Então, até por isso uma das primeiras coisas que eu vou querer discutir com os senhores é um alinhamento sobre o objetivo do GT. Então, só para recuperar, foi uma decisão da 38ª Reunião Extraordinária do CNRH, de 2015 ainda, de dezembro de 2015, que indicou para a CTAP a criação de um Grupo de Trabalho sobre Segurança de Barragens, tendo como ponto de partida as Resoluções 143 e 144, que versam sobre os procedimentos relacionados à segurança de barragem. Aí, eu recuperei um pouco do histórico do que aconteceu ao longo de 2016 e 2017, houve uma reunião do GT na Coordenação do Paulo Isobe, à época, e ocorreram em paralelo a isso várias oficinas promovidas pela ABRH, ABES e CBDB, eu não sei se tinha outra instituição junto, se eu falhar vocês vão me corrigindo e eles fizeram várias propostas, especialmente em relação a Lei, até porque na primeira reunião do GT aqui teve um encaminhamento de discutir os projetos de Lei, de alteração da Lei de Segurança de Barragens que estavam no Congresso Nacional. Então, um pouquinho diferente do que o Plenário do CNRH nos solicitou que era a partir das Resoluções, houve muito debate sobre a Lei. E eu particularmente sou bastante alinhada com o Júlio, né, quando a gente manda para o Congresso, a gente sabe como vai, às vezes, a gente discute e discute, e chega no que a gente acha: não, agora está bacana, está perfeito aqui para a gente implementar; a gente manda para lá e não sabe como volta. Óbvio que também tem o debate, tem outras visões, todo mundo tem e é à casa do povo. Então, todos os interesses são discutidos lá, mas, às vezes, vêm uma coisa que na nossa área a gente fica um pouco inseguro de como volta. Então, retomando essas atividades do GT a partir do fim do ano passado, a gente, a Sarita que trabalha comigo, a gente fez primeiro um levantamento de todo o histórico do que tinha sido feito, do que já tinha de contribuições estruturadas que chegaram para o GT. Então, a gente fez uma compilação dessas contribuições para ser o ponto de partida para o GT que a gente está retomando agora. Então, eu vou começar. A gente abriu, então, a partir daquela reunião para todo mundo que tivesse interesse dentro da CTAP se inscreveu e indicar representante. Então, eu vou começar falando quem já está indicado. Mas, a gente está aberto, eu acho que a qualquer tempo quem tiver interesse e quiser contribuir, pode participar do grupo. Então, aqui por ordem alfabética, até queria que os presentes se manifestassem, porque eu também não conheço todo mundo ainda. Então, foi o Alan, da ANA; a Ana Virgínia do..., não está presente, da UFF. Eu, Cristiane, a Sarita, nós lá do Ministério do Planejamento; o Gustavo Gazzinelli tinha se inscrito, a gente recebeu um e-mail falando que vai ter uma substituição para este representante. Já foi? Então, a gente só espera o nome do..., já recebeu o nome do representante da Fonasc? Está bom. Está bom, tudo bem, eu que não tive tempo ainda de incorporar aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – É aberto, quem quiser participar não tem titular e suplente, todo mundo participa. Então, da FONASC também o João Clímaco, a Jussara da BRH né, a Patrícia e Juliana, também não está presente. Você? Você é a...? Mônica. Está bem, está mais em baixo. O Wagner da ABRAGE, você, aí o Professor Carlos Barreira Martinez da UNIFEI que ele já tinha sido indicado pelos grupos do GT – Grupo de Trabalho anterior, então a gente fez contato com ele, e ele se disponibilizou a participar e colaborar com a gente. O Carlos Henrique do CBDB, mas hoje a gente tem o José Marques aqui que é o Vice-Presidente do CBDB que está... que eles também estão participando do grupo. Só para separar, esse primeiro grupo aqui são representantes na CTAP das organizações, e aqui tem outros participantes, ou seja, está aberto para outros participantes indicados né por membro de CTAP para participar, então da AESB tem a Eloneide que a Mônica está representando, a Maria Aparecida da ABRAGEL, o Oscar Machado da ABRAGE, e não está, né? (...).

[1:18:42] O SR. NÃO IDENTIFICADO – É só... na reunião onde foi discutido, onde foram indicados inicialmente aqueles representantes, da vaga dos Conselhos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina tinha ficado o Fernando como representante né, a gente tinha colocado na época.

[1:19:02] A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Na verdade, eu acho que vocês acabaram indicando, agora eu fiquei confusa também se não foi para o outro GT – Grupo de Trabalho, entendeu? Porque nesse daqui eu não recebi nenhum e-mail de confirmação, como a gente reenviou esse e-mail para vocês duas vezes e eu não recebi nenhum retorno por isso que o nome não foi incluso, tá?

[1:19:24] O SR. NÃO IDENTIFICADO – É, então foi um equívoco então de entendimento, mas era essa a ideia.

[1:19:31] A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Então, assim, eu não vejo problema nisso né, a gente vai começar ainda as atividades, até hoje a gente quer discutir, fazer esse alinhamento do objetivo do grupo e discutir uma proposta de plano de trabalho com vocês, então só pedir para quem eu não falei o nome aqui, melhor, quem não está com o nome escrito que é melhor, o seu está Jussara. Quem não está o nome escrito nessa lista se puder mandar um e-mail pra gente, porque daí fica a organização direitinho com o e-mail, melhor para a Liliana, para secretaria.

[1:20:20] A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Assim, olha, eu só não quero que acabe ficando confuso de que vocês receberem alguma coisa então eu tentei consolidar, isso foi o que nós conseguimos consolidar depois do envio de três mensagens.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[1:20:39] A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Pois é, só que assim, é o que eu estou dizendo, em vários momentos em reunião do conselho alguém te para no meio do corredor e fala “ah, eu também quero entrar”, mas não mandam isso oficialmente, então pra gente consolidar fica muito difícil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[1:20:55] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Não, não, mas que estavam nas reuniões aqui já foram colocadas Aparecida.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) – Não, eu estou falando que os nomes que a gente está colocando hoje aqui foram dois nomes, eu acho que assim, entre o e-mail e a ata agora aqui, eu acho que está mais do que consolidado se a gente falar o nome, para evitar essa dificuldade.

[1:21:10] A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Sim, eu só tenho receio assim, de que as pessoas, por exemplo, comecem a mandar as coisas para mim, uma vez que, tem uma coordenação do GT – Grupo de Trabalho, então o que eu fiz foi tentar consolidar e passar isso para quem está coordenando o GT – Grupo de Trabalho, se não fica um telefone sem fio. O que eu pedi para a Cristiane foi para me copiarem, então se vocês precisarem, a CTAP precisar de informação eu sei o que está acontecendo no GT – Grupo de Trabalho, mas quem coordena isso não sou eu. Então, eu acredito que os encaminhamentos daqui para frente devam ser com o GT – Grupo de Trabalho.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Ok. O encaminhamento fica...

[1:21:49] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Deixa eu só... é só um esclarecimento de uma dúvida, a Câmara Técnica sempre tem uma relatoria que vem pela secretaria, o GT – Grupo de Trabalho, não? Só pra gente poder saber, porque se o GT – Grupo de Trabalho tem a relatoria, o procedimento é o mesmo, a gente manda para a secretaria.

[1:22:02] A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Se vocês decidirem assim, sim, mas é porque isso não tinha sido discutido, isso foi... né?

[1:22:10] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É porque geralmente os GTs - Grupos de Trabalho têm as relatorias aqui da secretaria, até com uma forma de centralizar, eu acho que é complicado essa história de não ficar centralizado aqui na secretária.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Espera só um pouquinho. Uma coisa é você ter uma reunião uma vez a cada dois meses ou três meses e ter a relatoria, porque a relatoria não é só chegar aqui e passar coisa lá, não é? A outra coisa é o GT – Grupo de Trabalho que tem uma dinâmica muito mais rápida de ter uma coisa escrita, eu acho que quando for necessário a gente pode apoiar, agora, eu acho que o próprio grupo pode estabelecer um certo sistema, eu acho que, não sei se vai ter relatoria, não sei, aí vocês ver o que melhor funciona. Eu tenho uma outra sugestão que antes de você falar isso, não tem nada a ver aqui, mas... viu Cristiane? Ficou uma sugestão, quando tem... já discuti com um colega nosso no Ministério da Ciência e Tecnologia foi outro motivo, mas a história é a mesma, a eficiência versus participação. A eficiência quando é um cara... se uma pessoa é só eficiência ela em si é uma participação zero, se você quiser uma participação total você vai fazer um plebiscito para cada coisa que você queira, e a eficiência é zero, né? Então, eu acho o seguinte, esse grupo está com um número de quatro ou cinco pessoas. Então, como sugestão de metodologia, quando surgir alguma coisa que precisa da opinião do grupo, eu acho que deveria ficar estabelecido o seguinte, vocês estimam um prazo cindo dias, 10 dias, de acordo com o negócio, então aquele que não se manifestar significa que concordou com aquilo que estava lá. Agora, tem que ter essa regra, quer dizer, não manifestou em 10 dias, não me venha com 20 dias na hora que lembrou e depois falar “choveu, não sei o que, o cachorro ficou doente” sabe? Com aquelas explicações todas. Então, deu o prazo, não cumpriu? Toca em frente, daí progride, se depois vier puder sentar, tudo bem, agora não pode depois voltar atrás, se não a coisa não vai andar, tá? É uma sugestão de encaminhamento de estabelecer para cada assunto um prazo específico. Fala Jussara.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – O Alan lembrou aqui, já estava... nós já tínhamos conversado a respeito disso, inclusive lá na época, na reunião que a gente teve lá no simpósio da ABRH o Gilberto Canali, e aí agora eu estou perguntando para ele, confirmando aqui se ele pode fazer parte do grupo, porque o Canali tem uma experiência grande também, é bastante importante que ele possa participar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu quero lembrar vocês, principalmente as pessoas do segmentos da sociedade civil que são custeados por nós ou pela secretaria passagem e viagem, passagens e diárias custeadas... custeada a passagem diárias né, claro, que o Grupo de Trabalho a não ser quando tem uma reunião junto com a Câmara

Técnica não dá para pagar a passagem e diária, tá? Então, a participação eu acho que vocês podem, enfim, claro, eu acho que não vai dar também para ter uma dinâmica, vai ter que trabalhar isso via eletrônico, sei lá, *Skype*, eu acho que hoje em dia todo mundo tem *Skype*, faz via *Skype* e que eu for, a Cristiane mais do que nunca sabe dessas coisas, tá bom?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Deixa eu perguntar. A Adriana disse hoje que vocês estão com equipamento àquele semelhante ao da ANA, não estão? Mas, eu acho que a ANA poderia também nos apoiar em fazer as reuniões, porque no GT – Grupo de Trabalho, ajuda muito, nós fizemos no GT – Grupo de Trabalho prioridades de...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não, mas como que a ANA vai apoiar?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Emprestando a sala, mas disse que agora tem aqui, tem sala aqui, aqui está funcionando? Pronto. Então, a gente pode usar, porque funcionou bem, o GT – Grupo de Trabalho prioridades eu não vim nas reuniões aqui, mas eu estive presentes em todas elas, inclusive via celular.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – O bom do equipamento da ANA, apesar que *Skype* faz isso também, mas o equipamento da ANA permite que você pegue lá participação múltipla e quem está na outra não precisa ter equipamento da ANA, pode ter um micro e participar da mesma forma.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu tenho uma informação que após a revisão do último regimento... está ruim? Eu tenho a informação que após a última revisão do regimento essa dificuldade que tinha da participação da sociedade civil no caso de GT – Grupo de Trabalho, foi alterado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Foi?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Foi.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu não tenho certeza, eu estou com a cabeça meio antiga aqui, pode ser que tenha sido, se for isso...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria esclarecer isso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Tá, não, tudo bem, pode ser, mas de qualquer maneira não dá para fazer uma reunião, por exemplo, o GT – Grupo de Trabalho vai ter uma reunião a cada 15 dias, eu já até antecipo, a gente não tem recurso para isso, o nosso recurso é limitadíssimo, limitadíssimo mesmo, se for mostrar vocês vão ‘chorar’ aqui, apesar de todo empenho que nós tivemos aqui, o Clímaco que foi um dos que se empenhou nisso também de aumentar nosso orçamento quando a gente pediu previsão, mas continua limitado. Então, uma... se for isso, se for realidade, está certo? Uma ou outra reunião dá, mas não dá para fazer uma coisa a cada 15 ou 20 dias, tá?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Também não atribuo tanto assim meu trabalho isso, mas eu queria dizer para vocês que é há um equívoco nessa questão de participação do Conselho, o custeio da atuação do Conselho e a fonte das rubricas para pagar esse custeio. Quando a gente aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos a gente também, no meu modo de ver, e o PPA, a gente também está de certa forma dando cumprimento a legislação para facilitar a operação financeira da Agência Nacional de Águas, sabe? Eu acho que todo o plano de contas da Agência Nacional de Águas ele também tem um fundamento na formulação e aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. E esse plano de contas, na legislação pelo que eu conheço, ele tem um 0,75% aí, uma coisa de uma porcentagem que é da Gestão. Acontece que, essa rubrica gestão existe na ANA, e ao meu ver existe no Ministério do Meio Ambiente, só que eu participo de um Comitê de Bacia Federal, de uma Bacia Federal, e a rubrica que paga a participação nossa no Comitê Federal é através da ANA. Então, eu penso que a mesma rubrica, a mesma atividade que eu faço no Conselho Nacional deveria ter como fonte de recurso o Conselho ser custeado por essa rubrica que está indo para a ANA e não o Fundo do Ministério.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Bem, eu gosto da sua sugestão, mas eu falei na plenária, eu penso que o povo aqui não é tão ingênuo de não ter pensado nisso. Eu acho que a gente tem algum outro motivo, que para viver essa penúria, essa penúria que ele fala é desnecessária, entendeu?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – A gente tem... a gente acredita exatamente como você fala que o dinheiro é para o sistema, e nós fazemos parte do sistema, isso aí tem sido já há 15 anos vem sendo discutido. Eu digo para você que nos últimos seis meses aí, por aí

melhorou, um exemplo foi o que você teve um café da manhã na reunião do Conselho que todo mundo que isso aí, você que faz tempo você ver que nunca teve, isso aí foi com os recursos aí que a ANA colocou. E, às vezes, agora nesses últimos tempos, quando a gente tem uma necessidade também a gente pega e a ANA custeia uma ou outra passagem, agora, o que nós pretendemos é que não seja, assim, uma questão de ficar pedindo, é uma questão de alocar pra gente ter...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Existe base legal e eu acho que não é... e é muito moral, não é imoral, é bem moral, bem legal, e é compreensível, porque nos Comitês de Bacias Federais é isso o que acontece.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não, eu sei, eu sei que tem isso, mas, enfim, está melhorando, está melhorando eu acho que vai atender.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – É preciso fazer resolução na CTCOB?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Vai atender...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Não, me diga, é preciso propor resolução na CTCOB?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Vai ser complicado, mas a gente está melhorando, eu acho que a tendência é melhorar, tá?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Tá, obrigado. Vou fazer uma resolução mesmo assim, para lhe garantir.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Sim.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Júlio é que eu realmente, eu estava resolvendo o problema das passagem ali e perdi a hora da listagem né, então eu queria incluir, se fosse possível incluir o Gilberto Canali, ele já respondeu disse que 'ok', é possível?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Tá, está bem, tudo bem. Depois você manda contato, telefone, essas coisas todas, tá?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Mando, mando tudo. Mando agora.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Todo mundo também viu? Aparecida, o colega lá, todo mundo precisa mandar, porque não é só dar o nome, porque senão... (*Risos!*).

[1:31:36] A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – É, senão eu não consigo mandar e-mail para ninguém. É, então, eu vou pedir que quem deu o nome aqui hoje que passe aqui para mim já o nome o e-mail, porque eu incluo no grupo e aí qualquer detalhe, se faltar o telefone, se faltar alguma coisa aí vocês vão receber o e-mail do GT – Grupo de Trabalho então aí vocês podem me responder. Eu só não consigo se eu não receber aqui o e-mail vocês. Bom, e aí, então, se todo mundo estiver de acordo a gente combina isso, né? Como o GT – Grupo de Trabalho tem muitas pessoas a cada atividade a gente estabelece um prazo, né? Eu acho que a cada atividade a gente diz qual é o prazo e quais os termos né, de manifestação, e aí também vamos tentar isso de usar a tecnologia o máximo que a gente conseguir para fazer as videoconferências, pode ser de grupo, pode ser de quem quiser também falar ou discutir alguma coisa comigo a qualquer tempo eu estou disponível aqui para os trabalhos do grupo. Agora, a gente pensou assim, em ter uma relatoria, mas o que eu tinha entendido era que ia ser um dos membros do GT – Grupo de Trabalho assim como foi naquele do relatório de Segurança de Barragens. Então, se alguém puder se indicar para a relatoria... (*Risos!*). Nenhum voluntário?

[1:33:17] A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Por isso que eu sugeri a Secretaria Executiva, que está aqui dentro, o documento fica todo centralizado aqui, eu acho que isso fica mais fácil porque as pessoas trocam gente, e a Instituição não, a Instituição fica.

[1:33:33] A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Tem condições?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu sugiro o setor elétrico para ser secretaria.

[1:33:38] A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – (*Risos!*). Só que o representante não está aqui.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Olha, eu não sei, a gente pode começar, a gente pode começar, tentar ver como é o ritmo, mas se a coisa ficar muito apertada, não vai ter condições.

[1:33:57] A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Eu acho que a gente não perde o registro. Eu digo que a gente não perde o registro mesmo eu não fazendo relatoria, porque eu acompanho o que está acontecendo no grupo, eu sou copiada, eu posso participar das reuniões, eu teria interesse até de ser membro do grupo, mas eu não consigo, a gente não vai conseguir fazer esse encaixe, se for a decisão do grupo e da presidência da CTAP que eu faça a relatoria, assim, eu acho complicado porque cria um telefone sem fio entre pessoas que não estão trabalhando juntas, é uma etapa a mais, é um degrau a mais, eu acho pior do que a relatoria ser feita no grupo como foi feita no relatório de Segurança de Barragens, teve a condução do ‘Cássio’ com a relatoria da Jussara, é muito mais produtivo que o grupo converse entre si do que ter que ficar prestando conta para mim, às vezes, não consigo dar o mesmo ritmo que você precisam.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Foi tão bom o resultado que não sei se a Ju... (*Risos!*)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[1:35:08] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Sabe o quê que acontece? Eu acho que esse ponto a gente tem que deixar bem amadurecido né, porque a gente tem que ter a noção da nossa capacidade de trabalho, esse trabalho é grande, esse aqui é maior do que eu acho que o de prioridades, é um trabalho mais denso esse que nós estamos abraçando. E cada um de nós aqui tem um emprego atrás né, então não é assim, não é uma disponibilidade integral que a gente para trabalhar com isso, então no GT – Grupo de Trabalho prioridades a ANA estava no grupo, e aí a turma do grupo fez esse trabalho de relatoria e sistematizava tudo que nós fazíamos, então quando chegávamos na reunião do GT – Grupo de Trabalho a gente então trabalhava, discutia, alterava, trocava redação, mas o trabalho já vinha sistematizado. Então, seria importante que a gente pudesse ter, a ANA não está no GT – Grupo de Trabalho?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[1:36:10] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É você não é Alan? Então, seria muito interessante porque você já tem uma experiência lá, tem um grupo para discutir interno e, inclusive para ajudar, eu faria essa...

3570
3571
3572
3573
3574
3575
3576
3577
3578
3579
3580
3581
3582
3583
3584
3585
3586
3587
3588
3589
3590
3591
3592
3593
3594
3595
3596
3597
3598
3599
3600
3601
3602
3603
3604
3605
3606
3607
3608
3609
3610
3611
3612
3613
3614
3615
3616
3617
3618

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – O que você acha Alan? Não precisa ser você, qual nome dele, o... aquele que foi o defensor da lei do...

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – O Rogério Menescal.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Isso. Roberto, eu não sei se gostaria, né?

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Não, se vocês acharem, tudo bem dá pra... Eu estava achando que a Jussara era melhor, por causa do resultado da outra.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Olha, como é que nós fizemos o GT – Grupo de Trabalho prioridades? O Gonzalo fazia todo esse trabalho com a equipe lá dentro né, e aí claro, ele mandava para mim, eu olhava, eu relatava quanto a isso, eu não me oponho, eu não disponibilidade de pegar todo o conjunto e fazer toda a sistematização, aí depois a gente vai afinando, a Cristiane também, enfim, eu acho que o Canali também é muito bom nisso. Ótimo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Acho que o Canali é uma boa ideia, se ele topa né?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Se ele topasse né, mas, enfim, acho que a gente pode ir costurando, mas era bom ter o apoio de uma equipe como vocês têm lá que já trabalham com isso, fica fácil, e aí nos traz aquilo que sair do grupo sistematizado para acelerar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Tudo bem. Alan.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Se todos concordam tudo bem, o Menescal ainda não, o Menescal está muito envolvido no Fórum Mundial, porque ele está à frente até da execução do Fórum e tal. Acabado o Fórum, ele é outra pessoa para reforçar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Ele sabe do grupo né?

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Ele sabe do grupo, ele estava na Reunião da CTAP, a última né, tentasse envolver mais ou menos, mas ele é uma pessoa também chave para estar no grupo, né?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – É. ‘Ok’.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Só uma coisa, do grupo no final, se espera um relatório? Tem alguma coisa, assim, o tipo de produto...

[1:38:22] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Então, é que isso que eu gostaria que a gente alinhasse né, entre os objetivos. Eu acho que a gente precisa sim apresentar um relatório das discussões. A Plenária do CNRH pediu para a gente a discussão das resoluções, do Conselho né, 143 e 144, então eu imagino que a gente vai apresentar minutas de propostas de alteração das resoluções, se for o caso, ou até como a colega falou antes, até uma proposta nova de Resolução a depender das discussões no grupo, e ainda né, como já foi iniciada a discussão antes sobre os Projeto de Lei que tramitam no Congresso Nacional, o que a gente tirar lá que for proposta do grupo também alguma minuta de Projeto de Lei ou de repente alguma moção...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Essas que estão entrando agora também do legado...?

[1:39:29] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É, essas coisas do legado, então eu acho que a gente vai ter várias minutas de propostas para as normas, para a legislação e os regulamentos, mas eu acho bem importante a gente ter um relatório para fundamentar todas aquelas propostas, né?

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Um relatório e respectivos pareceres, né? A cada minuta a gente tem que ter o parecer justificando a minuto.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não vai dar, claro, para vocês estudarem e analisarem todas as minutas em conjunto, pode até ser que tenha uma ou duas, então a sugestão é que, conforme for terminando né, terminou uma minuta seja o que for a resolução já encaminhe para cá, encaminhe pra gente, quer dizer, não precisa esperar tudo ficar pronto para depois encaminhar, não, já vai em andamento, né? Já vai encaminhando para ser discutido de repente aqui volta, vai, volta, tudo isso, não é?

[1:40:33] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Uma outra ideia seria também de repente fazer um rodízio de relatoria né, porque também pode ser uma coisa que pode ser que tenha alguns assuntos mais complexos, e eu acho que tem que ser muito bem dosado o tempo das discussões para não estabelecer uma coisa superficial, não é? A pauta está longa.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu acho que a sua sugestão vem bem agradar, porque como são diferentes, né? Tem diversas minutas de Resolução, Projeto, não é só mexer na lei de barragem, então pode ser que para cada um deles possa ter um relator específico para não jogar todo o trabalho em uma pessoa só, se tiver uma pessoa que queira fazer isso eu acho que é uma boa ideia até.

[1:41:32] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Eu acho que, assim, até com relação a quantidade de trabalho que esse grupo vai ter, de repente a gente estabelecer metas menores, e fazendo algumas coisas, e ver o prazo, porque os GTs - Grupos de Trabalho têm até 6 meses, não é? Aí isso vai...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[1:41:59] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Fica prorrogando se for necessário. Só deixa eu encaminhar aqui o e-mail então para a Liliana, estou mandando. Bom, então para a reunião de hoje a gente pensou nisso de fazer esse alinhamento dos objetivos, então como eu percebi que as discussões anteriores foram muito focadas na Lei de Segurança de Barragens, eu queria alinhar com vocês isso, de a gente tentar fazer o máximo de coisas possíveis e que tenham a eficácia que a gente precisa em normas infra legais, e ver as alterações na lei realmente as mínimas necessárias. Eu até queria ver aqui com o Júlio, porque isso a gente vai precisar de um suporte legal, então se a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente dar esse auxílio, como é que funciona, porque a gente precisa ver, assim, olha nós temos hoje um grande problema na identificação do empreendedor se a gente quiser em uma Resolução do CNRH definir alguns critérios, melhorar essa forma de identificação, vai ter a eficácia ou não, só alterando a lei? Entendeu? Se pode ser, porque normalmente, assim, a lei tem lá a grande diretriz e um Decreto regulamenta e diz, olha vai ser aplicado desse e desse jeito. Nesse caso, foi transferido para o CNRH, então as nossas resoluções teriam essa eficácia? Isso tudo a gente vai precisar de um suporte jurídico para saber.

[1:43:57] O SR. NÃO IDENTIFICADO – A consultoria nossa ela reage através de burocracia, enviando Nota Técnica, enviando aquelas coisas que vocês sabem, daí eles têm... como é que chama que eu aprendi...? A cota. Eles têm a cota, e mandam de volta a que é no fundo a resposta do negócio. De qualquer

maneira, teria que consultar eles se eles podem fazer esse tipo de coisa, eu sou meio pessimista com relação a isso. Agora, a gente pode consultar.

[1:44:40] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Ou de repente então, assim, eu não sei se entre os membros têm algum advogado, né?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[1:44:47] A SRª. NÃO IDENTIFICA – Ah, ótimo! Então, pronto, já temos a nossa consultaria.

[1:44:50] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É, na realidade de (...) eu posso falar, mas essa questão que você está apresentando mais específica de abrangência, da restrição, tem que ver que tipo de usuário que é (...) entendeu?

[1:45:03] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Está bem.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – O Canali também é advogado, é engenheiro e advogado (*Risos!*).

[1:45:11] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É, então a gente tenta com o...

[1:45:12] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É, o Canali também é advogado.

[1:45:14] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Então a gente tenta com os membros e o que não for possível a gente...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Mas eu, quando eu estava aqui na CTAP antes, na CTIL também, eu acho que a gente tem que buscar, independente, claro que tem que pensar em coisas legais, enfim, totalmente legal, mas tem que buscar aquilo que a gente acha melhor, sabe? Tecnicamente melhor, e depois a gente ver a questão de... quando eu falava isso na CTIL o povo arrepiava comigo, sou advo... eu dizia que...
(Inaudível).
(Microfone desligado).

3764 **[1:46:40] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Tudo bem então, alguém acha que o
3765 objetivo do grupo é diferente desse? Acha que deveria ter alguma coisa a
3766 mais? Não, assim, a gente trabalhar na revisão focada nas normas e o que
3767 pode ser infra legal, deixando só o que a gente nesse trabalho de revisão das
3768 norma identificar de mais sério que precisa e a alteração da legislação partir
3769 para ela, de forma nenhuma desconsiderando todas as contribuições que a
3770 gente já recebeu, até porque foram feitas, por exemplo, a ABRH fez muitas
3771 oficinas, discutiu com muita gente e a gente não pode desconsiderar aquelas
3772 propostas, então, mas olhando elas verificar o que pode ser incorporado em
3773 norma infra legal? Então, assim, que o nosso objetivo fosse, vamos... até foi o
3774 que o Plenário nos pediu né? Do CNRH. O foco nas resoluções e só deixar
3775 como proposta de alteração na lei o que realmente for extremamente
3776 necessário.

3777
3778
3779 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – Eu
3780 tenho uma sugestão (*inaudível*), mais confortáveis, que aqueles temas que
3781 dizem respeito ao legado que seja relatoria de outro seguimento que não seja a
3782 ANA, pra eles ficarem mais confortável com relação a isso, senão vai ficar até
3783 uma situação ruim se quiser mudar, daí vai ter... né?

3784
3785
3786 **[1:48:33] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu acho que nessa mesma linha o
3787 relatório anual, não é? Que também passa pelo grupo o relatório anual, não é?

3788
3789
3790 **[1:48:42] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Sim, isso, o relatório de Segurança de
3791 Barragem.

3792
3793
3794 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3795
3796
3797 **[1:48:45] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Não, mas é porque tem trechos da
3798 resolução, dessas resoluções que a gente vai trabalhar que falam sobre o
3799 relatório de Segurança de Barragens, acho que é por isso...

3800
3801
3802 **[1:48:55] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É, tem um ponto do GT – Grupo de
3803 Trabalho que é revisão do conteúdo do RSB, não é? Incrementa-lo com base
3804 no relatório do...

3805
3806
3807 **[1:49:04] A SRª. NÃO IDENTIFICADO** – Isso, a gente recebeu, tem que
3808 colocar não é? Tudo que o plenário pediu pra gente quando analisou, quando...

3809
3810 **[1:49:13] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então assim, tem outros assuntos, são
3811 todos relacionados a norma, mas assim, tem alguns assuntos que não são só
3812 de revisão de norma porque não existe ainda proposta da revisão de norma,

então você pensa que a gente incluiria isso também ou não? No GT – Grupo de Trabalho? Na análise do RSB foram apontados algumas falhas, alguns problemas que existem na Política Nacional de Segurança de Barragens, né? Até a gente discutiu aqui na CTAP, por exemplo, financiamento do problema financeiro de você financiar operação e manutenção e aí você leva degradação de infraestrutura e não consegue fazer, recuperar e atender os requisitos da lei, até existia no nosso legado, mas ela saiu, porque não havia convergência sobre aquilo lá. Então, assim, é um outro tema que não tem nenhuma proposta aí.

[1:50:11] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É, o que eu acredito...

[1:50:12] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas é um tema dos que estão lá, talvez eu acho que o relatório que analisou ao receber fala disso também um pouco, então...

[1:50:20] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Acho que assim, que a nossa missão é trazer melhorias à legislação de Segurança de Barragens. Eu só estou falando pra gente focar no que for infra, mas obviamente quando a gente estiver trabalhando no que for infra legal a gente vai identificar várias coisas que provavelmente não sejam resolvíveis por normas infra legais. Só que quando a gente for identificando esses pontos, aí a gente discute no grupo que tipo de encaminham dá. Eu acho que poderia ser assim.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu estava preocupado porque na pauta dessa reunião veio um material do relatório da RSB que é avaliação, não é? E gente participou desse GT – Grupo de Trabalho, foi até o Gustavo que participou, não é? É.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – É outro Grupo de Trabalho, mas eu estou preocupado porque veio muitas diretrizes e sugestões de alteração desse relatório. Eu não sei porque tem dois grupos sinceramente, eu acho que não deveria ter dois GTs - Grupos de Trabalho, um para analisar o relato e o outro para (...). Agora não tem mais isso, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Não, eu estou querendo é propor que... o que foi sugerido no... o que foi aprovado na Plenária por ocasião do encaminhamento do último relatório de Segurança

de Barragens, veio da Nota Técnica essas sugestões que o Alan está falando aí, e que o nosso segmento apontou uma série de preocupações. Eu não sei, mas para nós aquilo ali... um dos motivos de eu ter vindo hoje nessa reunião é porque é para reforçar a prioridade naquilo ali, e que pese nossa preocupação com a legislação toda, aquilo aqui é o único Marco que a gente tem operacional de dizer como deve fazer no que diz respeito ao papel da ANA e do Conselho hoje. Então, a gente já tem uma série de coisas ali que é uma 'trabalheira', e tem muitas coisas ali que são... e aí eu acho que eu queria pedir um entendimento melhor do paradigma que, às vezes, rege nosso trabalho na Câmara. Nós somos uma Câmara Técnica, mas nem sempre a gente está aqui para poder discutir técnica de alguma coisa, por exemplo, quando você tem um problema de fato que diz respeito à Segurança de Barragens ou algum uso inadequado em uma bacia através de algum empreendimento de grande 'monta' que dá o impacto, a própria Resolução que cria CTAP nos permite fazer um estudo, um acompanhamento desses empreendimentos que têm uso impactante nos corpos d'água, e se posicionar dando subsídios técnico ou não, quer dizer, nós não temos que nos preocupar em fazer Resoluções exclusivamente para poder dar diretrizes técnicas, porque nem sempre a gente pode fazer no meu modo de ver, mas o Conselho precisa se posicionar sobre questões que têm a ver com a sua missão e a Câmara Técnica tem que na sua origem, na sua competência o papel de dar esse subsídio. E aí isso seria através de um posicionamento do Conselho, através de uma moção. Eu acho que você não pode chegar e entrar em detalhes técnicos de eclusa para poder justificar ou não se tem que ter eclusa nesse ou naquele empreendimento. Eu não consigo ver isso aqui como plausível para essa Câmara fazer, mas o Conselho pode se posicionar sobre a questão de eclusa nesse ou naquele empreendimento, ou em todos os empreendimentos, ou em um tipo de empreendimento aí você tem um detalhe técnico para poder colocar. Então, eu penso que temos que ser flexíveis a esse nível de entendimento, quer dizer, nós temos que nos posicionar, não é só fazer uma Resolução que dá diretrizes para definir o comportamento ou a forma como aquele agente público vai executar uma determinada outorga ou coisa assim, e têm coisas que a gente não vai poder fazer isso, mas temos competência legal para nos posicionar. Então, eu estou dando essa informação, porque eu tenho expectativa que essa Câmara cumpra esse papel.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Vai ser assim. As Câmara Técnica qualquer coisa que saia do grupo vai passar da Câmara e vai passar pelo Conselho, nós não decidimos nada, nem o grupo, o relatório é outra coisa. O Relatório de Segurança de Barragem é um relatório feito; a ANA, ela sistematiza, nem a ANA que gera, a não ser as delas, ela sistematiza as informações recebidas pelos outros órgãos, põe tudo isso no relatório e manda para nós, e o relatório, por isso que está em grupo separado, o relatório tem a sua característica própria, têm prazos para ser cumprido. A ANA tem que entregar em tal dia, nós temos que analisar em tal dia, tem que entrar na reunião do Conselho para enviar até o dia 28 de dezembro para o Congresso. Então, e é uma coisa que não dá. Então, isso aí já está tendo um grupo que analisa especificamente isso, que é uma coisa separada, é uma coisa, outra

coisa. Agora, eles fizeram diversas propostas. Essas propostas que estão aqui, aí sim essas propostas que couber ao Grupo de Trabalho, ela vai analisar.

[1h56min34seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Pois é, eu estou preocupado com essas propostas.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não, mas já está incluída.

[1h56min39seg] A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – São essas que a gente discutiu no Item 8 hoje de manhã. Isso, mas aí o GT vai discutir e vai chegar à conclusão se é moção, se vai dar um relatório.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Vai ter isso.

[1h56min53seg] A SRª LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – É isso. Esse documento que a gente discutiu hoje pela manhã, então com as recomendações para a CTAP, vocês decidiram que ia ser discutido no âmbito do GT. Foi isso.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – A título de informação, eu devo dizer que houve uma Audiência Pública numa Comissão que eu não estou lembrada agora no Senado Federal presidida, ou foi secretariada pela Senadora Fátima Bezerra para tratar dessa questão de barragem e já “meteu o pau” nesse relatório. Entendeu? Já deu uma crítica assim a esse. Então, a Fátima Bezerra, quando eu vi na televisão com aquele semblante tão assim angelical, com aquele sotaque nordestino tão peculiar fazendo um esculacho no trabalho do relatório, sugere que nós vejamos o posicionamento dessa senadora nos anais do Congresso em relação a essa questão de barragem, e possamos fazer uma melhoria para atender uma instância de poder eleita diretamente pelo povo, embora tenha muita gente ali que não mereça isso, mas a gente tem que dar uma olhada, viu Alan, eu estou te pedindo que a Comissão da Fátima Bezerra já escrachou o nosso trabalho já.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – A gente até se manifestou lá no CNRH em relação à questão e a gente colocou que o problema não é o relatório, o problema é a notícia que ele traz, né. Às vezes, a gente quer matar o pombo por causa da informação que ele traz, né. Então, o retrato da implementação da Política de Segurança de Barragem do Brasil ainda é precário, e é isso que ele traz. Eu acho que é fundamental o que a gente colocou na reunião do CNRH é atacar os problemas que o relatório indica.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Mas, foi no CNRH, ou foi na Comissão lá no Senado?

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Foi no CNRH quando foi analisado o parecer da CTAP. Então, a gente colocou essa questão. Sem também não obstante, as sugestões de melhoramento que a CTAP fez, que foram encaminhados à ANA e vão ser incorporadas no próximo relatório, vão ser avaliadas quanto a sua incorporação no próximo relatório, né? Quer dizer, até o (...) da ANA que trabalha no relatório.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Então, eu sugiro a esse grupo que pegue esses depoimentos dessa reunião na Comissão do Senado.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Opiniões têm diversas, né, mas assim, eu só estou falando que o nosso comportamento está sendo esse, a gente precisa pegar o relatório o que ele indica de problemas e atacar os problemas lá, e o GT vai atacar alguns deles. E a melhoria do relatório vai ser feita para próxima. Então, a gente consultou o parecer da CTAP, a gente falou aqui e tal tem várias críticas construtivas, por exemplo, indicadores da implementação da Política de Segurança de Barragens, que não tem hoje no relatório, né, a gente precisa construir esses indicadores também, não pode ser a ANA a inventar qual é o indicador. O GT talvez possa indicar quais são os indicadores que a gente consiga calcular também, porque a ANA pega informações dos Estados. Então, os Estados vão precisar calcular isso, informar para a ANA sistematizar. Então, tem uma série de coisas que são importantes que estão lá e a gente vai buscar implementar, vai levar um tempo.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria pedir ao Presidente da Câmara e do GT, e também informar a Jussara, que na penúltima Plenária do Conselho, nós nos manifestamos acerca do Relatório de Segurança de Barragem sobre um fato que não foi aprovado no GT no relatório que saiu da Câmara, mas na Plenária nós aprovamos, e foi até a Conselheira Theresa que pediu para aprovar na Plenária. Acontece que nos anais nos documentos, não sei se você lembra disso, os documentos que saíram da penúltima Plenária sobre a aprovação da..., porque nós colocamos um indicador a mais nesse relatório e a Plenária aprovou a nossa proposta, que não foi aprovada aqui. Mas, nos documentos que saíram não têm essa sugestão aprovada, o resultado. Eu anoto, porque esse assunto vai ter que ir para a ANA também. Foi aprovado pela Plenária, não foi pela Câmara. Eu queria que você tomasse conhecimento e mudasse. E, na verdade, a Jussara até foi contra na Plenária, mas a gente insistiu e esse relatório que saiu daqui,

a Nota Técnica tem que ser alterada, porque a Plenária pediu para alterar e não foi alterado.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Só um esclarecimento. A gente tinha que..., a função nossa é propor melhorias para o próximo relatório. Entendeu? Aprovar, ou não aprovar o relatório, mas propor melhorias. Então, provavelmente isso está registrado até que o próximo relatório venha já com essas coisas que você está falando, por isso que pode não ter ficado nesse, deve não ter ficado nesse, mas para o próximo.

[2h02min13seg] A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – E ele também não foi alterado na Nota Técnica, porque eu não tenho o poder de alterar isso e colocar no site da CTAP uma nota diferente daquela que me foi passada, e assinada pelo relator, e por quem coordenou o grupo. Então, o relato do grupo foi um, o que a Conselheira Theresa pediu ficou anotado na ata da reunião sobre isso, mas na ata da reunião do Conselho, aquela anotação sobre o relatório, mas a gente não tem..., sobre a Nota Técnica. Mas, a gente não tem como alterar, nós relatores, a Nota Técnica de um Grupo de Trabalho.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria pedir a Secretaria do Conselho que encaminhasse a ANA um adendo, tendo em vista aquela proposta, que é importante, que encaminhasse a ANA com um adendo ao...

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Deixa só eu te perguntar Liliana. O Conselho já encaminhou formalmente para a ANA sugestões para o (...), e recomendações?

A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP)) – A gente já encaminhou o resultado da Plenária, com as recomendações e uma cópia da Nota oficialmente. Não, com a ata e com os relatórios depois do CNRH.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Você sabe quando que foi isso, ou não?

A SRª. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Eu posso olhar agora no SEI e eu já dou a resposta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – E no meio das recomendações têm esse dado novo nosso, que foi aprovado em ata, foi aprovado pela Plenária.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Porque assim, a gente já sabia das recomendações, a gente já estava trabalhando internamente.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Isso. A gente mandou um Ofício formalizando, porque nada mais sai daqui sem passar via SEI. Então, obrigatoriamente eu sou obrigada a colocar no sistema.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Então, a Secretaria encaminha a ANA uma informação como adendo, que além daquele documento, tenha aquele ponto específico que foi aprovado pela Plenária.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Está claro. Voltando à terra agora, vamos voltar, porque nós saímos do assunto principal que nós estávamos aqui que era essa questão aqui do Grupo de Trabalho. Vamos lá Cristiane.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Então, você pode colocar o Plano de Trabalho? Bom, como algumas pessoas que estão entrando no GT não receberam o meu primeiro e-mail, eu vou mandar de novo aquele primeiro e-mail para todo mundo. Ele tinha alguns documentos que eram..., deixa eu pegar aqui, um breve histórico do que já tinha acontecido no GT, a lista dos integrantes, e essa proposta de Plano de Trabalho que a gente vai olhar, e eu mandei uma consolidação da Lei de Segurança de Barragens e das Resoluções vigentes do CNRH com as propostas estruturadas, que a gente já teve acesso, que foi o resultado das oficinas da BRH, CBDB e do projeto legado. A gente sabe que parece que tem algumas recomendações da FONASC, mas a gente não achou um documento estruturado para já poder jogar aqui. Mas, como vocês já fazem parte do GT, a gente fica mais tranquilo, porque vai ter..., vai ficar aqui organizado. Então, aí também, as contribuições que estão vindo agora oficialmente da Plenária do CNRH, por causa do Relatório de Segurança de Barragens, isso não está incorporado, a gente vai, até porque nesses documentos se você... Abre aquele tabela Excel, se vocês olharem é assim, proposta já de alteração de artigos da Lei, ou inclusão e os que veio do CNRH não é assim, é para a gente pensar e abordar alguns temas. Então, assim realmente a orientação para o nosso trabalho que está vindo do CNRH. Mas, eu mandei esses documentos, esses comparativos, até todos têm o link para o documento original de quem propôs; tem o link para a Lei Vigente, que está no site do Planalto; tem o link para os Projetos de Lei; tem o link para o resultado das oficinas; tem o link para o site do Projeto Legado. Então, assim,

4104 quem quiser de repente sai alguma atualização. Então, todo mundo tem o
4105 endereço eletrônico para acompanhar essas atualizações. Então, esse material
4106 foi enviado, mas assim para lembrar tudo que já foi discutido antes e aqui tem
4107 os resultados. Mas, ele ainda não é nenhuma consolidação do trabalho do GT,
4108 que a gente realmente vai estar iniciando agora; é mais o material de apoio que
4109 todos nós acho que vamos ter que ler e considerar no nosso trabalho no GT.
4110 Então, o Plano de Trabalho que a gente enviou e quer discutir com vocês hoje,
4111 ele, na realidade, ele está bastante simplificado, né, e eu acho que por tudo
4112 que até o que eu já escutei aqui, ele vai levar muito mais tempo do que está
4113 escrito aí, e vai ter muito mais atividades. Então, eu queria de repente a gente
4114 discutir esse Item 2 e 3, e aí a gente fazer um Plano de Trabalho um pouco
4115 mais dinâmico, conforme a gente for tendo os resultados de cada etapa, de
4116 cada discussão, a gente ir organizando reuniões e organizando algum evento,
4117 algumas discussões, além do que está aí, porque eu acho que vai ser bem
4118 mais amplo e vai precisar de mais tempo, por isso que eu já até perguntei de
4119 prorrogação de prazo aqui.

4120
4121
4122 **O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (Abrage)** – Eu estava refletindo aqui, eu
4123 tenho uma sugestão. Wagner, Abradee. Eu estava olhando o Planejamento e
4124 refletindo, será que não seria mais lógico a priorização de partir da ordem de
4125 precedência da Legislação, começar com a Lei depois, porque não ficaria uma
4126 coisa talvez mais lógica, porque de repente a gente está trabalhando uma
4127 Resolução.

4128
4129
4130 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4131
4132
4133 **A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP)** – Por isso que eu estava
4134 tentando alinhar o objetivo com todo mundo antes, porque assim a ideia é a
4135 gente ir do infralegal para o legal para ver tudo que a gente consegue resolver
4136 no âmbito do CNRH, que a gente tem mais governança, que a gente consegue
4137 até ter mais agilidade, né, e de repente dar resultado mais rápido para o setor,
4138 que é o que a gente quer, e daí na discussão do infralegal verificar o que
4139 realmente tem que ser alteração legal. Então, por isso que a gente estava
4140 pensando, inverter, ir de baixo para cima.

4141
4142
4143 **O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (Abrage)** – Faz sentido. É para a gente
4144 não ter retrabalho, de repente chega no final e fala: isso aqui impacta lá atrás,
4145 perdendo tempo aqui, não é?

4146
4147
4148 **A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP)** – De qualquer forma, a gente
4149 não vai poder colocar, fazer uma Resolução do CNRH diferente da Lei que
4150 esteja vigente no momento, né? Então, por mais que a gente tenha alguma
4151 proposta de alteração na legislação, a gente ainda não vai poder ter uma
4152 Resolução já contando com essa alteração. Bom, então, a primeira coisa que a

gente gostaria de fazer com o GT era um trabalho de nivelamento entre todos os participantes, mas do que nivelamento, né, de compartilhamento de experiências, porque cada um é de um setor diferente, cada um tem experiências diferentes e o que contribuir com a proposta. Então, o que a gente pensou foi começar fazendo um workshop, então, para fazer esse nivelamento de conhecimento e para trocar experiências, e com a apresentações, especialmente dos implementadores da política, né? Então, a gente sabe, por exemplo, que nas oficinas da ABRH, que em vários outros grupos, fora esse que já foi discutido, a ANA tem um grupo, né, com os fiscalizadores que discutisse, mas não está aqui no âmbito do Conselho e nem da Câmara. Então, a ideia é trazer aqui para dentro para todos os membros da CTAP e do GT terem esse nivelamento, e para a gente partir para as análises na sequência. Então, o que a gente imaginou foi trazer o fiscalizador federal, a gente separou por grupo aqui, primeiro barragem de rejeito geração de energia e as de regularização de água para usos múltiplos. Então, separamos em três blocos, eu não sei vocês, mas assim para mim as de rejeito de mineração industriais são a maior incógnita, eu não conheço muito. Então, gostaria muito de ouvir especialistas nesse setor, porque as nossas Resoluções, elas abrangem todas as barragens. Então, a ideia foi trazer o representante do fiscalizador federal, que o DMPM, do Ibama também, que fiscaliza algumas as industriais, eu acho que tem... Ele, qual que ele fiscaliza?

[2h12min26seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – O Ibama não tem nenhuma barragem que fiscaliza. Eu acho que pode retirar rejeito.

[2h12min30seg] A SRª LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – Na verdade, a sugestão que a gente deu de deixar o Ibama assim, foi pelo seguinte, eu trabalhei na fiscalização e no licenciamento de hidroelétricas por muito tempo, e a gente também tem área de mineração dentro do Ibama. O que eu coloquei, eles não têm a obrigação de fiscalizar o barramento, não é isso? Mas, eles têm sim um grande volume de dados e de conhecimento, tanto porque avaliam os projetos, quanto porque na sua fiscalização do licenciamento fazem vistorias com a regularidade, e com uma capacidade talvez que alguns setores não tenham. Então, existem, o que eu quis dizer foi que existem dados no Ibama disponíveis e que a gente não vem trabalhando com eles e nem incorporando em nenhum momento. Então, existe um volume de dados muito grande, tanto de projeto, quanto de acompanhamento, eles não fazem o monitoramento de barragem, eles fazem o monitoramento das condicionantes de licença, mas a gente visita todas essas hidroelétricas e todas essas barragens, às vezes, com maior frequência do que os próprios fiscalizadores.

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Bom, aí também representante dos fiscalizadores estaduais de empreendedores na Defesa Civil, que a gente achou bem relevante, especialmente pela interação que teve que ter com eles, até para saber como isso está acontecendo na prática. Do

Ministério Público, até porque já tinha sido proposto no GT anterior. Na parte de geração de energia, o fiscalizador federal, Aneel, e representante dos empreendedores também; e para a água os usos múltiplos, também o fiscalizador federal, fiscalizadores estaduais e representante dos empreendedores. E aí a gente queria solicitar a eles que viessem nesse *workshop* falar sobre as suas experiências, mas também trazer quais são as indicações que eles assim, quais são as dificuldades que eles encontram na implementação da segurança de barragens, e quais seriam as suas propostas. Essa foi uma ideia inicial que a gente teve para esse nivelamento e compartilhamento de informações, experiências e é isso que eu acho que a gente poderia discutir, e ver o que agregar, o que mudar, o que incorporar, discutir se a gente consegue fazer isso em um dia só, se é um *workshop* de dois dias. Então, vamos.

[2h15min14seg] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Cristiane, a gente está, do Setor Elétrico, a gente está sugerindo você colocar a ONS também, por serem os operadores das barragens, operador junto com a ANA, mas aí a ANA já está aqui, mas a ONS não está.

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Primeira coisa, com o *workshop* todo mundo concorda? E aí, então, vocês acham que têm condições da gente fechar de repente essa proposta ao menos dos participantes, a gente faz uma coisa mais aberta? Vocês já convidam ao menos os..., divulga no CNRH, se a gente consegue organizar ele, a gente estava prevendo para fazer em abril, ver se a gente tem condições de fazer em abril, eu não queria que ficasse muito para frente, até porque o GT anterior ele se arrastou tanto e acabou não avançando, a gente está aqui parece que começando no início de novo. Então, eu não queria deixar grandes espaços, grandes lacunas, muito tempo sem a gente se reunir, sem discutir, sem trocar e-mails para realmente fazer o GT andar e trazer algum resultado o mais rápido possível, né? Até o Júlio colocou aqui que no fim do ano quer levar algum resultado para o Plenário do CNRH.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (Presidente da CTAP) – A minha sugestão, como é um *workshop*, o objetivo é de nivelamento e é de convidar as pessoas que dentro do sistema, nós da Câmara Técnica com certeza, talvez os Conselheiros e uma, ou outra dentro do sistema que a gente achar importante, porque também, enfim, não podemos fazer um negócio de 400 pessoas, é uma coisa... Tem que ser objetivo, é aquela coisa de participação versus objetividade. Então, eu imagino uma coisa... Com, sei lá, uns 70 ou 80 integrantes, no máximo para... Um negócio desse tipo já é grande já. Mas, aí, a gente pode, mas acho que dentro do sistema, não seria coisa aberta, porque na verdade é para nivelar a gente, não é para nivelar a sociedade, daí você ter outro...

4251 **[2:17:43] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Isso mesmo, para nivelar a gente.

4252 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP)** – E,
4253 também esse *workshop*, ele fica atrelado com a próxima reunião da CTAP, a
4254 gente aproveita e faz uma reunião ou antes ou depois, de preferência, acho
4255 que depois, já para... Vendo os resultados que tem o *workshop* talvez, alguma
4256 coisa.

4257
4258
4259 **[2:18:03] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Ou ver também, por exemplo, se o
4260 pessoal que já fez, né? Alguns trabalhos o resultado das oficinas, a ANA está
4261 aqui para apresentar. Então, eu acho que vai trazer isso, mais representante do
4262 CBDB ou da BRH que queiram apresentar, vocês acham que tem mais alguém
4263 que a gente tem o que colocar aí? Não?

4264
4265
4266 **[2:18:32] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só uma informação, talvez, lá na ANA,
4267 a gente tem feito as oficinas com os fiscalizadores e com os empreendedores
4268 também, então já fizemos algumas, esse ano, se não me engano, Alexandre,
4269 são quatro que estão previstas com os fiscalizadores. Então, é... Enfim, quando
4270 se fala em fiscalizadores está pensando em chamar alguns, não é
4271 representante, porque são 40, são 35 fiscalizadores.

4272
4273
4274 **[2:19:00] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – A gente vai, inclusive precisar da
4275 ajuda de todos os membros do GT para identificar quem chamar, porque, às
4276 vezes, a gente fala uma substituição, mas tem uma pessoa lá dentro daquela
4277 instituição que, na realidade, é ela que a gente precisa convidar, porque sabe
4278 do envolvimento, da atuação, então eu vou precisar da ajuda de todos vocês,
4279 porque eu não sei quem chamar. *(Risos!)*

4280
4281
4282 **[2:19:23] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A gente ajuda.

4283
4284
4285 **O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS)** – Teria que
4286 chamar alguém do sistema CREA, CONFEA, porque esse negócio não é feito
4287 por ninguém, além dos engenheiros, companhia ilimitada, e seria bom chamar
4288 alguém de alguma universidade que tenha engenharia hídrica ou alguma coisa
4289 desse tipo para falar sobre isso, porque falar para dentro do sistema e, depois
4290 não chamar quem vai executar ou quem vai formar é loucura.

4291
4292
4293 **[2:18:32] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então, indo ao encontro do que o
4294 Fernando falou, eu estou gripado aqui. Chamar no caso o ex-presidente
4295 daquela sociedade brasileira, o... Esqueci o nome, depois eu pego o nome, e
4296 encaminho para vocês, que é um professor lá da Bahia, já milita há um tempo.
4297 Como é o nome dele? O marido da Ivanilde. Carlos Medeiros. Está no grupo
4298 já? Então, está representado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Esses seminários que você comentou na ANA, eu não entendi direito, vocês convidam os empreendedores? É isso? Os fiscalizadores?

O SR. FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES (CRH/RS) – Os fiscalizadores, então todos os anos a gente faz oficinas com os fiscalizadores.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Não sei como é o sistema de vocês, seria possível o pessoal do grupo que quiser participar dessa... Pode?

[2:20:59] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sim. Porque quando você colocou ali, as pessoas já concordaram, pensei, poxa, mais um. E, esse pessoal que está trabalhando com as barragens já tem se reunido há um tempão discutindo essas questões, mas de fato é preciso ter um nivelamento com o GT.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Seria possível convidar?

[2:21:08] O SR. NÃO IDENTIFICADO –

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Sem dúvida, porque a ideia é quem tiver a oportunidade de ir vai, porque daí conhece os problemas que têm, os detalhes, essas coisas.

[2:21:16] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Você tem a data do primeiro quando vai ser? São regionais, nenhuma em Brasília?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[2:21:18] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Acho que este não vai ter nenhuma em Brasília, decidiram fazer regionais.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Mas, é só avisar, quem puder participar vai.

[2:21:26] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Esse ano, a gente resolveu mudar um pouco, a gente fazia um com todos, a gente fez o ano passado, esse ano a gente resolveu fazer quatro regionais, e os quatro serão no primeiro semestre, mas nada impede... A gente já tem o canal, os e-mails, a gente tem uma facilidade de ajudar o grupo para os convites, saber quem chamar, a gente pode auxiliar nesse sentido.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria sugerir, aliás, eu costumo fazer isso em vários eventos das outras Câmaras Técnicas, que como a gente trata de questões, que embora técnicas, ela tenham um impacto, um efeito social muito grande, e daí a responsabilidade da existir um Conselho, e estamos aí para fazer esses normativos e tudo mais, não é para nós mesmos, nós estamos fazendo isso para a sociedade. Nós, na verdade, somos autores de uma política pública dando normativos para regular um uso de um bem público, então no fundo, tudo isso vai ter que redundar em um efeito na vida da sociedade, na vida dos cidadãos. Então, eu estava... Eu estou propondo que nós consideremos colocar nesse *rol* de estrelas maravilhosas, o nome de alguém dos movimentos de barragem, que atua no campo da nossa luta, entende? Então, eu queria sugerir o nome, ou seja lá quando vocês quiserem, de pessoas que construíram um acumulado de informações na perspectiva da sociedade civil. E já tinha até relações com o Estado em vários níveis, e desde os mais radicais até os mais... Essa semana, hoje, foi assinado um convênio que já certamente há uns 20 anos atrás, nunca seria assinado com o Governo de Minas, entre o Governo de Minas e o MABE, é de 20 milhões de reais para gestão de fontes alternativas de energia consorciadas em barragens hídricas, e fazer plataformas fotovoltaicas no reservatório, e quem vai gerir essa parte é o movimento, essa coisa, na verdade, é produto de uma relação histórica, de uma dialética de luta, de conflito, e o MABE, em que pese a gente ter uma certa dificuldade, às vezes, de conversar com eles, porque eles já estão no *status* da serem muito queridos nos gabinetes. Então, eles estão agora com esse convênio, e a gente acha bom que isso tenha acontecido, quer dizer, uma fonte alternativa de energia sendo implantada dentro do mesmo espaço de uma fonte tradicional, por um ente que sempre combateu as barragens, então, assim, é uma coisa da política isso. Então, a gente tem algumas ideias que poderiam se evoluir para isso, através de atores que a gente possa colocar ali no meio, e ser... Contribuir.

[2:25:11] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Clímaco, você está falando das (...), que aconteceu hoje? Foi com uma sociedade civil, foi com uma ONG, não foi com o MABE, e não é fonte alternativa sozinha, é geração hídrica associado a fonte alternativa. Não vamos colocar as notícias...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – O MABE não é uma pessoa jurídica, é um movimento social.

[2:25:33] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Mas, a notícia que eu tive é que foi com uma ONG.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – A ONG, na verdade, ela é um braço operativo ligado ao MABE.

[2:25:42] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Mas, não foi fonte alternativa sozinha, é isso que estou falando, é geração de energia hidrelétrica associada a fonte alternativa.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu acho que isso foi uma notícia boa, porque constrói-se uma convergência de interesses em prol das mudanças que estão havendo. Eu acho que daqui a 15 anos, a matriz energética não vai ser a que vai detonar, que vai dar o tom, não vai ser a eletricidade. Em função do desenvolvimento tecnológico. Então, isso eu aprendi foi com os próprios companheiros do movimento. Então, essa briga de sobrevivência, às vezes, ultrapassa a razão, levando ao sistema a querer aproveitar o máximo que pode de rio em prejuízo da sociedade, porque sabe que daqui a 10 anos, nós estaremos fazendo a produção de energia por várias fontes, e ela não vai ser uma matriz que vai impactar no contexto geral. Então, na verdade, existe uma corrida para fazer exploração de energia elétrica em rios que não há necessidade daqui a um tempo. Então, eu estou dizendo que essa proposta foi aceita. Não, Presidente? Está lá.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Lembrando sempre que o grupo está tratando daqueles empreendimentos que foram decididos ser feitos, quer dizer, não está discutindo fontes alternativas. Está discutindo, uma vez que decidiu fazer uma barragem, o que a barragem deve ter, o controle, a operação e a manutenção, não é discutir se deve ser feita ou não deve ser feita a barragem. Isso é um outro... Isso é uma outra discussão.

[2:27:34] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É, o que eu estou dizendo em função do que você está falando, eu não sei aonde cabe o MAB aqui, porque o papel dele é antes. Você pediu para inserir o MAB.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu não falei do MAB, até porque o MAB não é parte do nosso movimento que está aqui representado legalmente, existem vários movimentos no Brasil, vários tipos de iniciativas sociais, e eu não tenho nenhum preconceito contra nenhum ator do setor elétrico, e eu espero que o setor elétrico não tenha, porque nós estamos aí no meio da praça, no meio do mundo, falando, gritando.

[2:28:06] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Mas, o que ela quer dizer não é essa questão, não é ter preconceito, ela quis dizer da visão técnica, o que... Qual é a contribuição técnica que esse grupo pode dar.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Não, eu acho isso uma proposta, uma conversa intempestiva, preconceituosa, como se na população brasileira...

[2:28:27] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Não é preconceituosa, é um questionamento.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Na população brasileira existem pessoas que estudam, conhecem mais o setor elétrico, até porque, às vezes, ele mesmo não se conhece, e a gente tem esse capital acumulado de análise de pessoas sérias que estão aí fazendo estudos, e que merecem ser respeitadas.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Clímaco, só esclarecendo, aqui nós estamos discutindo, você falou... Mas, não... Mas, não, vamos, mas vamos fazer o seguinte, o que está sendo discutido é um seminário, é o simpósio, o seminário para... Gente, um seminário, um simpósio para discutir, para nivelar as pessoas que vão trabalhar no Grupo de Trabalho, principalmente no Grupo de Trabalho que vai tratar dessa questão de segurança de barragem. É muito bem-vindo segurança de barragem que tenha movimento social, porque se cair a barragem morrem não sei quantas pessoas lá na frente e tem problema. Então é bem-vindo, eu acho que é bem-vindo. Agora, nós não estamos discutindo se deve construir a barragem ou não, isso é outra conversa. É outra conversa. Então, já estão partindo do princípio que vai ter uma barragem, já que vai ter uma barragem, o que é melhor para fazer essa barragem.

[2:30:00] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Só para dizer o que eu anotei aqui, eu coloquei representante da sociedade civil, e a gente está com essa preocupação, por isso que a gente tinha colocado a Defesa Civil, mas a gente colocou aqui representante da sociedade.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Mas, eu acho que a Defesa Civil é importante. Por favor.

O SR. MARCO (CBDB) – Nesse *workshop* para ele ser eficiente, o CBDB pode ajudar você, Cristiane, se você tiver interesse, existem alguns programas de

pós-graduação muito interessantes com mestrado e doutorado só baseados em segurança de barragens, que são os maiores críticos a alguns problemas da Lei, que eles podem entregar isso de bandeja e pronto, como existem quatro cursos de especialização também em segurança de barragem, já formaram turma, são mais de 50, 60 profissionais formados, que poderia te ajudar no *workshop* o pessoal já vem com esse material que eles consideram importante e pronto, talvez te ajude, e você envolve a universidade, que é sempre interessante nesse processo.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Vou pedir que você nos indique então com nome, contato, está bom?

O SR. MARCO (CBDB) – Indico para vocês, com prazer, já faço isso essa semana, essa semana não porque está acabando, porque está acabando.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Um deles é o Carlos Henrique, que já está no grupo. Ele trabalha com especial... Na Bahia. Ele faz... Um dos quatro faz pós-graduação, eu acho que é ele.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Bom, se a... A Cristiane, ela tinha colocado, não sei se posso fazer, isso Cristiane, de tentar imaginar uma data para esse evento. Eu acho que ela tinha colocado, você acha que é um evento de um dia ou um dia e meio, ou dois dias, e vai estar ligado com uma reunião no outro dia, no dia seguinte, da CTAP, então a proposta que nós temos aqui é na semana, de 24, é terça-feira, 24 a 26, dois ou dias, 24 a 26 de abril. Está?

[2:32:12] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Tem que consultar a agenda do pessoal da ANA, desse evento aí que não pode colidir.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Fora em março agora.

[2:32:30] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu tinha... Tem um outro evento nessa semana de 24 a 26 de abril, está? Tem um outro evento lá na ANA, que eu estou participando nessa semana. Não sei que dia que vai ser exatamente.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Nós vamos ter que, infelizmente, num grupo total desse aqui, qualquer dia que a gente marca vai estar um ocupado. Dá uma olhada, porque isso é importante a participação sua, dá uma olhada.

[2:32:52] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Porque o evento seria onde?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu acho que aqui em Brasília, aqui mesmo. Está? E, aí, a gente... Cristiane, se você topa, o que vocês acham? Um dia, um dia e meio, isso é importante.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Dois dias, eu acho. Acho que sim.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Dois dias? Então, dois dias de evento, e mais o dia da CTAP, então ficaria 24 e 25 o evento, e 26 a CTAP. Está? De abril. E, agora, nós vamos correr atrás de local, de patrocínio da ANA para o evento. E, por aí vai.

[2:33:25] O SR. NÃO IDENTIFICADO – A gente tem que negociar a data.

O SR. WAGNER PERNIAS LOPES (ABRAGE) – Ok. E os temas do... Do seminário? Nós vamos abordar os mesmos temas? Sim, os agentes, mas o tema seria uma abordagem sobre segurança de barragens, o mesmo tema para todos os agentes na visão deles, é isso?

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – O que eu imaginei era que a gente ia solicitar a eles que trouxessem um relato das suas experiências e a indicação das dificuldades e das propostas que eles têm para melhoria de segurança de barragem, assim, na minha visão é realmente saber como está a implementação, o que cada um deles está enfrentando desde o que fiscaliza, até o empreendedor que tem que cumprir várias coisas, por exemplo, a história de o fiscalizador vai dizer: eu não sei nem que é o empreendedor, mas alguns empreendedores vão chegar para a gente e vão relatar N outros problemas. Então, assim, a Academia, assim, a ideia, na minha visão, era a gente conhecer a visão dos atores envolvidos.

[2:34:45] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Cristiane, desculpa te interromper, mas só para tentar contribuir, a gente já fez alguns eventos lá no Ministério, e a gente observou, assim, que quando a gente deixa muito aberto a conversa, o foco das discussões acabam sempre partindo para o lado negativo, pelas más experiências, eu acho que seria importante a gente tentar deixar claro que o que a gente busca é uma agenda positiva, quais os desafios, quais as melhorias que são necessárias implementar para facilitar a vida deles, digamos, pode até exemplificar com problemas do dia a dia que surgiram,

dificuldades, mas tentar reforçar que o foco principal é uma agenda positiva. Está? Em cada um deles.

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – De repente, a gente discute no grupo por e-mail, perguntas orientadoras para as apresentações, o que acham?

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Era exatamente isso que eu ia colocar, por exemplo, como nós temos, bem objetivo, nós temos que olhar a 144, o que ela trata? Todos os processos, 1.433, ela trata da classificação, como é que faz, quais são as dificuldades. Então, essas respostas tem que vir, a gente tem que dar resposta a essas resoluções, estão ok? Está satisfazendo, você acha que dessa forma está ok, tem coisas diferenciadas? As questões da tipificação de problemas, têm problemas, por exemplo, em geral a hidroelétricas, a parte elétrica geralmente são obras maiores, mais cuidadas, tem toda a irrigação, que é outra tipificação, a mineração é outra tipificação. Então, trazer isso e ver, olha essa 1.433, está ok, isso é? Eu acho que tem que ser direcionado bem, porque senão nós não vamos chegar ao objetivo de ter alguma conclusão ao final desse processo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – De recomendações, de estudos, é um montão, isso é trabalho para muito tempo. Então, eu acho que a gente tem que imaginar, o que nós vamos fazer nos próximos quatro, cinco meses dessas, toda essas coisas, as resoluções e, aí, ver dentro desses documentos que se for só as duas resoluções, ou mais alguma coisa aproveitar para... Alguma que tiver alguma coisa correlata, fazer, eu acho que é importante. Esses questionamentos, no sentido de obter respostas para as perguntas, porque o companheiro... Perdi o seu nome. Que o Rodrigo colocou, é isso mesmo, além da ficar em aberto, a tendência é trazer as coisas negativas sem proposta de solução, e fora um falar de passarinho, outro falar do Corinthians, outro falar... Daí a coisa não fecha nunca, então se não tiver direcionado, e voltando. E voltando, eu acho que para... Relacionado com isso, eu acho que o pessoal, os participantes é basicamente o pessoal do Grupo de Trabalho daqui da CTAP e, talvez, os Conselheiros, eu acho que não tem mais, porque é um nivelamento nosso, não é nivelamento para quem gostaria de ouvir o (...), mas não é para isso.

O SR. LUCAS (CBH) – Cristiane, até para um regimento melhor do *workshop*, eu tive a oportunidade de participar da CTCT, e a gente fez três oficinas lá de reuso e uso nacional da água nos setores agrícolas, industrial e doméstico, e a gente adotou uma metodologia na última oficina de formação de Grupos de Trabalho no período da tarde após as apresentações e, aí, para cada grupo foi fornecido um questionário exatamente com as expectativas do GT, quais são os gargalos, a regulamentação existente é suficiente ou não, e isso funcionou muito bem, eu acho que é uma sugestão boa para vocês para ter um resultado prático realmente do evento, e não ficar só nas apresentações teóricas e tudo

mais. Então se você quiser, a Raquel é a relatoria. Então, tem os questionários daquelas oficinas, vocês podem até usar como modelo para esse *workshop*, e direcionar a discussão em Grupos de Trabalho focados dos participantes da oficina, no caso do *workshop*, e foi... O público alvo foi esse mesmo, o pessoal do Conselho, não abrimos muito para participantes de fora, os convites foram bem focados, e funcionou muito bem.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Eu estava pensando aqui, de repente, eu gastei muito da sugestão, de repente no convite para quem vier apresentar, a gente até manda o formulário, e pede para eles entregarem escrito para a gente ter uma resposta de cada um, que eu acho que vai ficar aberto para a gente fazer esses grupos de discussão, a não ser que a gente faça em um negócio de quatro dias, que tem muita gente para falar.

[2:40:17] A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTAP) – O que seria ideal, porque é o que aconteceu com o pessoal do reuso, como eram três temas bem específicos, então foram três seminários em tempos distintos, tem uma consultoria contratada pelo Interágua, que faz essa consolidação das três oficinas. Então, assim, caso evolua para isso, eu acho que daí tem até a chance de conseguir uma contratação, o problema é que esses programas do Interágua estão acabando, estão muito próximo do final. Exatamente.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Bom e, aí, então, eu queria ver se a gente, em duas semanas, trocando e-mails, se a gente consegue, então, fechar essas questões orientadoras e ter a lista de participantes, de palestrantes no evento. O que vocês acham? E o local.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu acho o seguinte, eu acho o seguinte, essa questão de cronograma aí, você deve ouvir e decidir logo, porque não tem que ter democracia nisso, porque senão não tem jeito, e naquilo que até se entregou no prazo certo vai para frente, senão... Porque senão não dá, porque aí um num dá, outro está de férias, não tem jeito, daí não cumpre os prazos.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Então, na segunda eu já mando um e-mail, se der tempo, hoje ainda, eu já mando um e-mail de novo para todo mundo, e solicito a vocês a indicação dos representantes e também das questões orientadores, enquanto isso eu pego o formulário, que já foi usado no outro, e vejo o que a gente pode adaptar e compartilho com todo mundo.

[2:42:10] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Cristiane, eu só queria sugerir, essa questões da data, realmente no dia 26 e 27, não estou, estou em outro evento. Se fosse possível fazer 17 e 18 de abril, ou na semana seguinte. 17 e 18 de abril, fica muito ruim? Ou 19 e 21.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – A gente colocou 24 e 25, o seu é 26 e 27? Você não consegue?

[2:42:33] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Dia 26, ficaria a CTAP. Dia 25, ela não pode também. Se fosse 19, 20 e 21. É que é dois dias, e depois a CTAP.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Eu não sei se a gente consegue organizar até lá.

[2:42:55] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Desculpe, então 18, 19 e 20.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Na outra semana não dá, porque dia 1º de maio, vai cair numa terça-feira.

[2:43:04] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Então, seria na anterior, que a gente otimizaria mais, faria mais rápido.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Pode ser 23, à tarde, e 24, inteiro, e 25. Pode ser isso?

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Então, a gente pode fazer um esforço, assim. Eu tenho o receio de a gente não conseguir organizar até lá. Passagens, diárias, não sei. Eu acho que a gente pode fazer um esforço, eu olhei aqui, para mim está livre a agenda nessa data, na semana anterior, no dia ou 17, 18 e 19.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Pode ser 18, 19 e 20, quarta, quinta e sexta, se for o caso. 21. Mas 21 é sábado. Vocês querem então fazer 18, 19 e 20? 20 CTAP, 18, 19. Eu acho que não é melhor inverter, CTAP fica por último, que é melhor. Então, ficam 18, 19 e 20. Então, está. Já tem que riscar a agenda aqui. Bom...

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MPOG) – Assim, só com relação ao restante do Plano de Trabalho, tinha colocado só em relação a circulação de relatórios para a gente fazer algumas reuniões presenciais. Eu acho que disso

dá para tirar, mais é a forma de trabalho da gente discutir bastante coisa por e-mail, até porque fica tudo registrado por escrito, e fazer as reuniões presenciais que a gente conseguir, mas usar muito a tecnologia para conversar, e vamos estabelecer prazos para cada coisa. Eu acho que em função do que a gente falou antes, vai ser dinâmico o que vai acontecer para frente. Então, esse plano de trabalho acaba mais dando para a gente uma forma de trabalhar mesmo, do que realmente prazos, e eu acho o que prazos a gente vai estabelecendo, acho que depois do *workshop*, quando a gente se reunir e ver os resultados deles, nossas frentes de atuação, a gente consiga estabelecer melhor, no mais é isso, eu vou mandar um e-mail hoje ou segunda. Do plano de trabalho. E a minha expectativa era a gente concluir o trabalho até setembro. Mas, acho que não vai dar não.

[2:46:49] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que é um pouco o que o colega falou, talvez, se pudesse ter produtos intermediários, talvez se a gente identificar alguma coisa que consiga rapidamente ter algum tipo de consenso de convergência. E já traz para a CTAP.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – E, aí, na sequência do *workshop*, a gente já combina, tenta fazer uma consolidação de tudo, e uma reunião justamente para definir esse plano de trabalho, e os produtos intermediários.

[2:47:17] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Talvez até possa orientar as prioridades.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Eu tenho uma sugestão, você definir, por exemplo, as resoluções para esse *workshop*, o conteúdo das resoluções e ver mais, sei lá, um ou dois e, aí, distribuir, falar para o pessoal do grupo, o conteúdo... Vai se discutir o conteúdo desses documentos, quais são as perguntas chave a ser feita... Daí em cima, aí com essas respostas é para auxiliar a análise, claro, desses documentos. E, daí, vai ter outra etapa, vão ser documentos diferentes, outras perguntas diferentes.

[2:48:00] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não sei se seria concentrar o tema do *workshop* na 143 e 144. Eu acho que é... Só essas duas resoluções, não um caminhar de critérios, não é? Acho que é produtivo. Realmente é produtivo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Presidente da CTAP) – Tem algum comentário, acabou a pauta. Vocês têm algum comentário? Alguém quer fazer algum comentário? Não? Essa é a parte mais perigosa do processo. E, bom... Já que não tem nenhum comentário para ser feito, eu agradeço a

4787 presença de todos. Eu achei que foi bem produtiva a reunião nossa, e pelo
4788 menos der uma peneirada nas coisas e orientações. Então, até dia 18, 19 e 20.
4789 É isso? Mês que vem. Obrigado, então, a todos. Cristiane, boa sorte.